

Perspectivas Económicas em África

2012

Países Africanos da CPLP
Comunidade dos Países de Língua Portuguesa



*Empowered lives.
Resilient nations.*



**Economic
Commission
for Africa**

AFRICAN DEVELOPMENT BANK

DEVELOPMENT CENTRE OF THE ORGANISATION
FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME

UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA

As opiniões expressas e os argumentos utilizados nesta publicação não refletem necessariamente a posição do grupo do Banco Africano de Desenvolvimento, seu conselho de administração, ou os países que representam, a OCDE, o Centro de Desenvolvimento, o Programa de Desenvolvimento de Nações Unidas, a Comissão Económica de NU para África, a União Europeia, o Secretariado do Grupo de Estados de África, Caribe e Pacífico ou os estados membros de quaisquer das instituições anteriores.

Este documento e todo mapa que tenha sido incluído são sem prejuízo do estatuto de ou da soberania sobre qualquer território, da delimitação de fronteiras internacionais e do nome de todo território, cidade ou área.

Corrigenda ao Perspectivas Económicas em África poderão ser encontrados online na página: www.africaneconomicoutlook.org/po

© Banco Africano de Desenvolvimento, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Comissão Económica para África (2012).

O conteúdo desta publicação pode ser copiado, baixado ou impresso para uso pessoal. Partes do conteúdo dela, bases de dados e produtos multimídia também podem ser utilizadas em documentos, apresentações, blogs, sites e materiais pedagógicos, após reconhecimento da BAfD, OCDE, PNUD, CEA como fonte e proprietária do copyright. As solicitações de permissão para uso público e comercial e os direitos de tradução devem ser enviadas a rights@oecd.org. A permissão para a reprodução parcial para uso público e comercial desta publicação pode ser obtida diretamente através do Copyright Clearance Center (CCC), info@copyright.com, ou do Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) contact@cfcopies.com.

Índice

Visão Regional	5
Angola	7
Cabo Verde	23
Guiné-Bissau	39
Moçambique	53
São Tomé e Príncipe	69

Esta é uma edição complementar para as Perspectivas Económicas em África 2012.

Outro volumes Regionais estarão disponíveis para:

Norte de África
África Oriental
África Ocidental
África do Sul

Visão Regional

As economias dos países africanos de língua oficial portuguesa têm características muito diferentes e enfrentam diferentes tipos de desafios. Angola e Moçambique estão entre as principais economias de África em termos de crescimento do produto interno bruto (PIB) previsto para 2012 e 2013. No entanto, dependem fortemente da extração de recursos naturais e registam pouca ou nenhuma diversificação económica. Cabo Verde, pelo contrário, integrou o grupo de países menos desenvolvido em 2007 e é um dos poucos países africanos que podem atingir os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, até 2015. No entanto, permanece vulnerável a choques externos e depende de recursos financeiros externos, incluindo a ajuda pública ao desenvolvimento e as remessas oriundas da sua diáspora. Finalmente, o grupo também inclui dois “estados frágeis”, a Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, com o primeiro a enfrentar uma contínua instabilidade política, que entrava o desenvolvimento económico, enquanto o segundo continua fortemente dependente de ajuda pública ao desenvolvimento para assegurar o funcionamento do Estado.

Com excepção da Guiné-Bissau todas as economias lusófonas vão ver o seu desempenho económico fortalecido em 2012 e 2013. Em 2011, um declínio nas receitas do petróleo, em resultado de uma menor produção de petróleo bruto, e nas exportações de Angola foi compensado pelo forte crescimento do sector não-petrolífero. O crescimento real do PIB deverá melhorar substancialmente logo que os campos de petróleo reentrem em operação e os novos projetos iniciem a produção. Angola é o segundo maior produtor de petróleo de África, logo depois da Nigéria. O crescimento económico e a sustentabilidade orçamental ainda permanecem altamente dependentes das receitas petrolíferas, restringindo a diversificação económica e impedindo a tão necessária criação de emprego.

Em Moçambique, as receitas com a exportação de carvão dos primeiros megaprojetos minerais, que entraram em operação em 2011, juntamente com o forte desempenho registado nos serviços financeiros, nos transportes e comunicações e no sector da construção, permitiu acelerar o crescimento real do PIB. O retorno de fortes fluxos de investimento directo estrangeiro, sobretudo nas indústrias extractivas, o forte crescimento agrícola e o investimento em infraestruturas devem impulsionar um elevado crescimento real em 2012 e 2013.

Em 2011, o programa anticíclico de investimento público de Cabo Verde compensou a contração do investimento privado e permitiu manter um nível adequado de desenvolvimento das infraestruturas. Cabo Verde tem registado um desempenho exemplar em termos de governação do sector público, mas as infraestruturas colocam restrições ao crescimento económico sustentável. A estratégia de desenvolvimento de Cabo Verde, a médio prazo, visa transformar a economia através da diversificação da sua base produtiva.

Em São Tomé e Príncipe o sector dos serviços tem sido até ao momento o factor dominante com vista a impulsionar o crescimento económico, representando cerca de 48,6% do PIB e empregando cerca de 60% da força de trabalho, em 2011. O crescimento económico global foi impulsionado, principalmente, pelos sectores da construção, pelo consumo, pelo turismo, pelo comércio e pelo sector mineral. A produção de petróleo, cujo início está previsto para depois de 2016, tem potencial para transformar estruturalmente a economia de São Tomé e Príncipe. A Guiné-Bissau depende essencialmente da exportação de castanha de caju, que representou 90% das exportações em 2011 (comparado com 81% em 2008/09) devido a chuvas favoráveis e a uma colheita excepcional. O crescimento real do PIB deverá desacelerar em 2012 e 2013, em linha com uma queda no preço internacional da castanha de caju, em resultado da crise da zona do euro, bem como do golpe de estado de 12 de Abril que pôs fim a três anos de relativa estabilidade política.

Angola, São Tomé e Príncipe e Moçambique são propensos a altas taxas de inflação, o que representa um pesado fardo sobre os segmentos mais pobres da sociedade. Em Angola a inflação deverá cair para valores abaixo de um dígito em 2013. O país continua a implementar o programa Stand-By Arrangement do Fundo Monetário Internacional com vista à implementação de uma restritiva política orçamental e monetária. Na sequência da agitação social de Setembro de 2010, o Banco de Moçambique implementou uma rígida e consistente política monetária, apoiada por uma política orçamental prudente, que permitiu reduzir a inflação anual, no fim de 2011, em dois pontos percentuais. Um quadro favorável é esperado para conter a inflação, permitindo espaço para a flexibilização da política monetária em 2012.

No seu conjunto, os países lusófonos não possuem uma estratégia clara e abrangente para lidar com o grave problema do desemprego dos jovens. Em Angola, um número crescente de jovens qualificados não responde às necessidades do mercado de trabalho e continua desempregado. As várias iniciativas levadas a cabo pelo Governo moçambicano não geraram o emprego suficiente para os cerca de 300 000 novos candidatos ao mercado de trabalho, por ano. Cabo Verde também enfrenta uma taxa de desemprego



relativamente alta, especialmente entre os jovens (que representam mais de 50% da força de trabalho). Na Guiné-Bissau a deterioração do sistema de ensino, resultante dos conflitos persistentes, combinada com baixos níveis de qualificação, são os principais obstáculos para encontrar um trabalho remunerado. Um projecto de apoio à criação de emprego e rendimento foi criado, em Junho de 2011, com vista à integração na vida civil activa dos militares desmobilizados. Em São Tomé e Príncipe uma parte relativamente grande dos desempregados corresponde a jovens qualificados correndo-se, assim, a médio prazo, o risco de desafiar a estabilidade política e prejudicar a prosperidade económica.

PROJEÇÕES MACROECONÓMICAS

Crescimento real do PIB (%)	2003-07	2008	2009	2010	2011(e)	2012(p)	2013(p)
Angola	15.3	13.8	2.4	3.4	3.5	8.2	7.1
Cabo Verde	6.9	6.2	3.7	5.4	5.0	5.1	5.2
Guiné-Bissau	1.7	3.2	3.0	3.5	5.1	4.6	4.9
Moçambique	7.7	6.8	6.3	6.8	7.2	7.5	7.9
São Tomé e Príncipe	6.1	5.8	3.3	4.5	4.3	4.4	4.6
ÁFRICA	6.0	5.6	3.1	5.0	3.4	4.5	4.8

Preços no consumidor (inflação em %)	2003-07	2008	2009	2010	2011(e)	2012(p)	2013(p)
Angola	38.1	12.5	13.7	14.5	13.5	10.0	9.4
Cape Verde	1.8	6.8	1.0	2.1	4.5	3.3	2.5
Guinea-Bissau	1.2	10.4	-1.6	2.2	4.6	3.4	1.9
Mozambique	10.8	10.3	3.3	12.7	10.8	7.2	5.6
São Tomé & Príncipe	16.2	26.1	17.0	12.9	9.2	6.5	8.1
ÁFRICA	7.0	10.9	9.2	7.4	8.5	8.4	7.3

Overall Fiscal Balance, incluindo donativos (% do PIB)	2003-07	2008	2009	2010	2011(e)	2012(p)	2013(p)
Angola	5.8	8.9	-4.9	6.8	7.3	4.7	5.0
Cape Verde	-2.2	-1.8	-6.2	-10.8	-10.7	-10.1	-10.5
Guinea-Bissau	-5.9	-0.8	3.6	-0.2	-1.6	-0.2	-1.2
Mozambique	-4.6	-6.5	-5.5	-4.0	-3.3	-6.8	-7.4
São Tomé & Príncipe	22.7	14.0	-17.8	-11.1	-15.9	-14.7	-17.6
ÁFRICA	1.5	2.8	-5.0	-3.5	-3.6	-2.9	-3.0

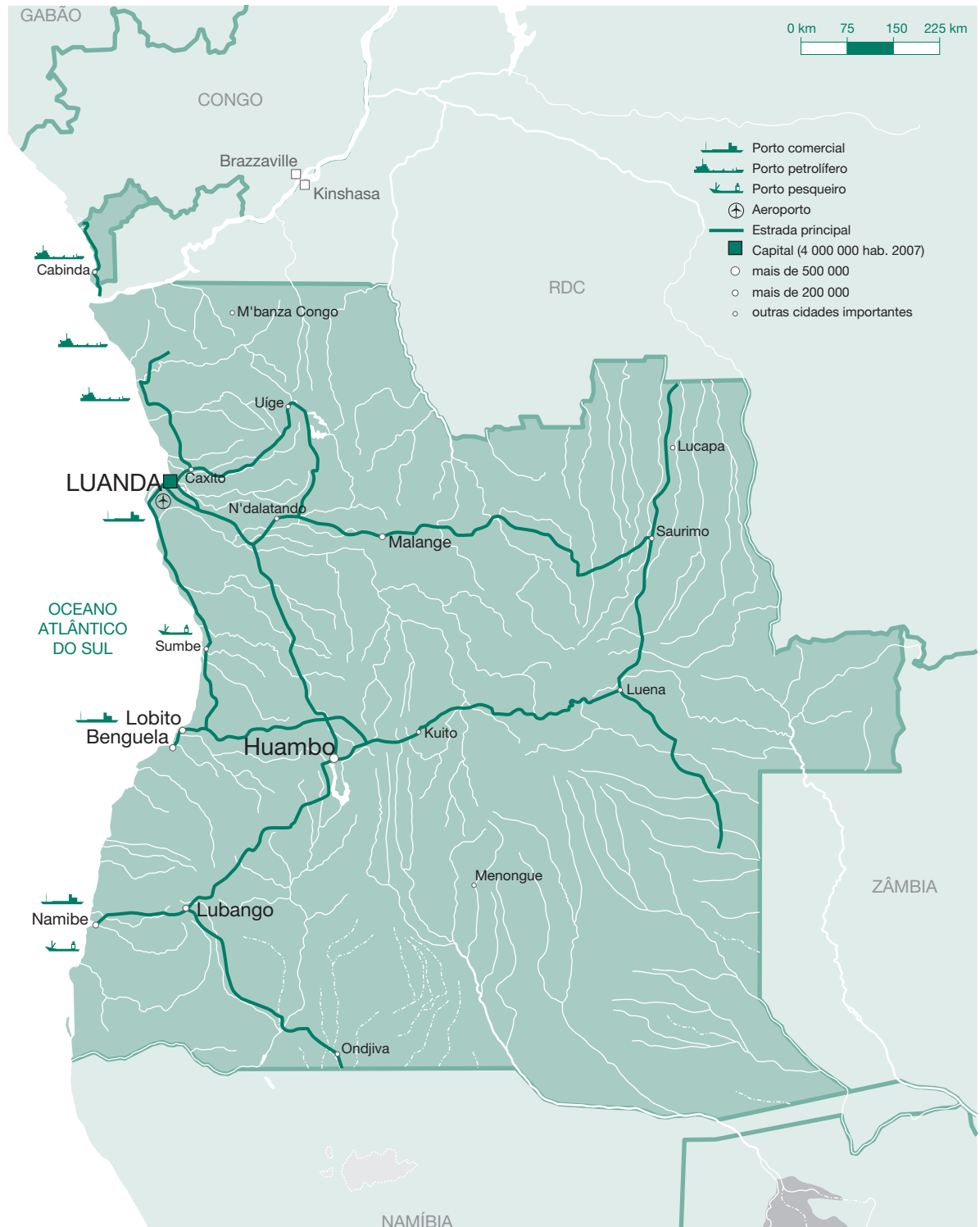
Balança de Transacções Correntes, incluindo donativos (% do PIB)	2003-07	2008	2009	2010	2011(e)	2012(p)	2013(p)
Angola	11.3	17.1	-11.7	8.9	13.5	10.1	9.8
Cape Verde	-10.4	-15.7	-15.6	-12.4	-15.0	-12.3	-10.2
Guinea-Bissau	-1.1	-3.4	-4.5	-7.6	-6.7	-7.7	-7.9
Mozambique	-16.9	-16.4	-12.6	-12.1	-25.6	-25.5	-20.0
São Tomé & Príncipe	-20.7	-37.7	-27.1	-25.4	-33.9	-30.8	-28.0
ÁFRICA	4.7	6.8	0.2	-0.6	-0.6	-0.4	0.0

(e): estimativa; (p): projecção

Fonte: Departamento de Estatística, Banco Africano de Desenvolvimento.

Angola

2012





Angola

- O Crescimento real do PIB de Angola registou um ligeiro aumento de 3.4% em 2010, para um valor estimado de 3.5% em 2011, impulsionado principalmente pelos preços do petróleo e por um forte crescimento real do sector não-petrolífero de 7.7%, o que ajudou a compensar os efeitos dos problemas de produção registados no sector petrolífero. Prevê-se que o crescimento acelere para 8.2% e 7.1%, respectivamente, em 2012 e 2013.
- Angola continuou a implementar o programa *Stand-By Arrangement* (SBA) do FMI, que uma apertada disciplina orçamental e monetário e reformas para melhorar o sistema da taxa de câmbio, melhorar a gestão financeira pública, a manutenção de um sistema bancário sólido e a transparência orçamental.
- Apesar dos progressos substanciais registados na melhoria das condições sociais desde 2002, o país ainda enfrenta enormes desafios no que se refere à redução da pobreza, ao desemprego e ao aumento do desenvolvimento humano. O Governo continua a destinar mais de 30% do seu orçamento para gastos sociais. O crescimento de 1.6%, para 33.3% em 2012, corresponde ao dobro do que será gasto em segurança, defesa e ordem pública.

Visão global

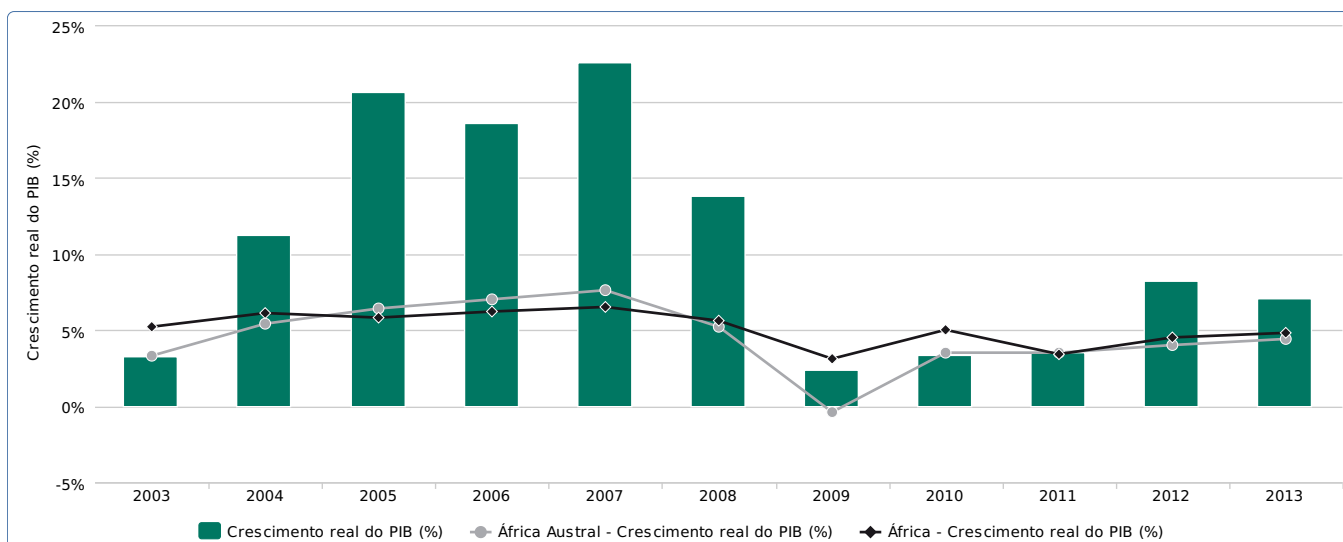
Angola é o segundo maior produtor de petróleo de África, depois da Nigéria, produzindo mais de 1.9 milhões de barris por dia (bpd). Na sequência dos choques provocados pela desaceleração económica mundial e pela forte queda do preço do petróleo, que provocou desequilíbrios orçamentais e na balança de pagamentos, o país tem vindo gradualmente a recuperar. O crescimento do PIB registou um ligeiro aumento de 3.4% em 2010, para um valor estimado de 3.5% em 2011, impulsionado principalmente pelos preços do petróleo e pelo forte crescimento do sector não-petrolífero de 7.7%, o que ajudou a compensar os problemas de produção no sector petrolífero. O país deverá registar taxas de crescimento do PIB de 8.2% e 7.1% em 2012 e 2013, respectivamente. Tal crescimento será impulsionado principalmente pelo início do projecto de Gás Natural Liquefeito (GNL), orçado em 9 mil milhões USD, que irá permitir o aumento da produção de petróleo para mais de 2 milhões de bpd. As pressões inflacionárias mantiveram-se elevadas em 14.5% em 2010, e 13.5% (estimada) em 2011, principalmente em resultado do forte crescimento da procura interna. No entanto, estas deverão cair para 10.0% e 9.4% em 2012 e 2013, respectivamente (Tabela 1).

O país continuou a implementar o *Stand-By Agreement* (SBA) do FMI (1.4 mil milhões de USD em liquidez), que foi assinado em Novembro de 2009. O SBA tem como objectivo aumentar a disciplina orçamental e monetária, a reforma do sistema de taxa de câmbio; melhorar a gestão financeira do Estado, criar um sistema bancário sólido e aumentar a transparência orçamental. Em 2011, Angola tomou medidas para rever o regime orçamental, ao criar uma unidade de gestão da dívida e para seguir e controlar os fluxos do sector do petróleo para o orçamento. O Banco Central (BNA) afastou-se temporariamente de um sistema de racionamento da taxa de câmbio para um sistema de leilão. Uma estratégia global para o desenvolvimento do sector privado foi também elaborada. A contração das despesas de capital e um melhor controlo das despesas em 2011, permitiu às autoridades fazer o reembolso de atrasados internos no montante de 7.5 mil milhões de USD, que tinham incorrido desde 2009.

O crescimento económico e a sustentabilidade orçamental ainda são altamente dependentes das receitas petrolíferas. No entanto, o sector petrolífero é de capital intensivo, não tem ligações com a economia real, e emprega menos de 1% da força de trabalho total. Tal facto restringe a diversificação económica e impede a tão necessária criação de emprego. A taxa de desemprego está estimada em cerca de 26%, e a incidência da pobreza permanece elevada, em 36 por cento.

Apesar dos progressos substanciais conseguidos na melhoria das condições sociais desde 2002, o país ainda enfrenta enormes desafios no que se refere à redução da pobreza, ao desemprego e ao desenvolvimento humano. O Governo continua a destinar mais de 30% do seu orçamento para gastos sociais. Em 2012, as despesas sociais orçamentadas crescerão 1.6%, para 33.3%, o que corresponde ao dobro do que será gasto em segurança, defesa e ordem pública e os orçamentos da educação e da saúde registarão aumentos de 10%.

Figura 1: Crescimento real do PIB (%) (Do sul)



Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932618519>

Tabela 1: Indicadores Macroeconómicos (2012)

	2010	2011	2012	2013
Crescimento real do PIB	3.4	3.5	8.2	7.1
Crescimento real do PIB per capita	0.6	0.8	5.5	4.4
Inflação medida pelo IPC	14.5	13.5	10	9.4
Saldo Orçamental % PIB	6.8	7.3	4.7	5
Balança Corrente % PIB	8.9	13.5	10.1	9.8

Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932601894>



Desenvolvimentos recentes e perspectivas

Tabela 2: PIB por setor (em percentagem) 2012

	2006	2011
Agricultura, silvicultura, pesca e caça	9.1	10.1
Agricultura, pecuária, silvicultura e pesca	-	-
Da qual agricultura	-	-
Minas e extracção	69.7	46.9
Do qual petróleo	-	-
Indústrias manufactureiras	0.9	6.4
Electricidade, gás e água	-	-
Electricidade, água e saneamento	-	-
Construção	0.6	8.1
Comércio por grosso e a retalho, hotéis e restaurants	10.1	16.6
Dos quais hotéis e restaurantes	-	-
Transporte, armazenagem e comunicação	3	4.4
Transporte e armazenagem, informação e comunicação	-	-
Finanças, imobiliárias e serviços prestados às empresas	-	-
Intermediação financeira, serviços imobiliários, empresariais e outras actividades de serviços	-	-
Serviços de administração pública	-	-
Administração pública e defesa, segurança social, educação, saúde e assistência social	-	-
Administração pública, educação, saúde	6.6	7.4
Administração pública, educação, saúde e outros serviços sociais e pessoais	-	-
Outros serviços comunitários, sociais e pessoais	-	-
Outros serviços	-	-
Produto interno bruto a preços base/factor custo	100	100
Comércio por grosso e a retalho, hotéis e restaurants	-	-

Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932620495>

Angola é o segundo maior produtor de petróleo de África, depois da Nigéria, com uma capacidade instalada de mais de 1.9 milhões bpd. O sector mineiro, dominado pelo petróleo, é responsável por 47% do PIB total, enquanto os diamantes representam apenas 1% do PIB. O sector não-petrolífero representa actualmente mais de 50% do PIB, com os sectores da construção, agricultura e indústria a representar, respectivamente, 10 %, 8.1% e 6.4%.

O país está a recuperar gradualmente depois da desaceleração económica mundial e da forte queda do preço do petróleo, que provocou desequilíbrios orçamentais e da balança de pagamento. O crescimento real do PIB de Angola aumentou ligeiramente, de 3.4% em 2010, para uma estimativa de 3.5% em 2011, impulsionado principalmente pelos preços do petróleo. No entanto, o crescimento do PIB em 2011 não beneficiou muito dos



preços elevados do petróleo, como resultado de problemas de produção que determinaram uma contração do sector petrolífero de 3%[1]. No entanto, esta foi compensada pelo desempenho do sector não-petrolífero, que cresceu 7.7%. O país deverá registrar altas taxas de crescimento do PIB de 8.2% e 7.1%, respectivamente, em 2012 e 2013.

Tal crescimento será impulsionado principalmente pelo início do projecto de Gás Natural Liquefeito (GNL), orçado em 9 mil milhões USD, que irá permitir o aumento da produção de petróleo para mais de 2 milhões de bpd

A produção petrolífera de Angola deverá recuperar em 2012, quando os campos de petróleo voltarem a estar completamente operacionais e com o novo projecto "Paz Flor", campo de águas profundas com potencial para uma produção adicional de 200.000 bpd. Em 2012, A produção de petróleo está estimada em 1.9 milhões de bpd. O crescimento do sector de hidrocarbonetos sofreu uma expansão em Fevereiro de 2012 com a entrada em funcionamento da nova fábrica de processamento de GNL, no Soyo, uma parceria envolvendo a Sonangol, empresa petrolífera estatal de Angola.

Angola continua a ser um importador de combustíveis líquidos e esta dependência da importação de combustíveis deverá continuar se as negociações para a construção de uma nova refinaria de petróleo falharem novamente. A Sonangol foi agora chamada para implementar o projecto, com um custo estimado 8 mil milhões de USD, para uma produção de 200.000 bpd, uma capacidade menor que aquela que havia sido discutida em planos anteriores.

A curto prazo, a acumulação de atrasados limitou o crescimento do sector da construção de 16.1% em 2010, para 6.8% em 2011. No entanto, o aumento esperado das despesas de capital em 2012, apoiado pelo aumento das receitas do petróleo vão permitir expandir ainda mais o sector da construção. O país deverá continuar com a reabilitação de infra-estruturas, embora o principal foco estratégico vá mudar dos transportes para o sector da energia. Angola tem um potencial hidroeléctrico estimado de 18.000 megawatts (MW), mas estima-se que apenas 36.3% da população tem acesso à energia eléctrica. A falta de energia eléctrica é considerada um dos principais constrangimentos para as empresas (68% das empresas contam com geradores a diesel privados). O Governo vai investir cerca de 16 mil milhões de USD no sector energético até 2015. Estima-se que a procura de energia do país cresça 12% ao ano. O Governo ordenou a construção de 10 centrais termo-eléctricas, em 7 províncias, para atender a essa procura crescente.

Durante 2012, o Governo pretende investir nas ligações ferroviárias entre o Porto de Benguela e a República Democrática do Congo e a Zâmbia, e na linha ferroviária de Mossames entre o porto do Namibe e a Namíbia. Será, ainda, reabilitada a ligação rodoviária entre o Lubango e a Namíbia. A construção do um novo aeroporto internacional de Luanda, que deverá estar concluído em 2014, foi retomada. O novo aeroporto terá uma capacidade instalada anual para mais de 13 milhões de passageiros.

O Governo a está reformar o seu sector privado. Para o efeito, criou um novo instituto, "Instituto de Fomento Empresarial", para apoiar empresas de média e grande dimensão, enquanto o Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) foi reestruturado a fim de se concentrar em micro e pequenas empresas. Em 2011, estabeleceu um programa dirigido a fomentar o empreendedorismo - "Programa de Fomento Empresarial" (PFE). Os objectivos do PFE são reduzir a pobreza e o desemprego e o défice corrente não-petrolífero, diminuindo a dependência das importações. O PFE, com um orçamento de 700 milhões de USD, vai fomentar a criação de empresas e fornecer crédito subsidiado. A legislação para apoiar micro e médias empresas com incentivos fiscais e financeiros - "Lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas" - será aprovada em durante 2012. Um fundo de 30 milhões de USD foi também criado para apoiar especificamente a transformação da economia informal em 2012.



A política macroeconómica

Política orçamental

Em 2011, Angola continuou a perseguir os seus principais objectivos de política macroeconómica de reduzir a inflação, reforçar as reservas internacionais e aumentar os gastos de capital em infra-estruturas com o objectivo de promover a diversificação económica e a redução da pobreza.

Em 2010 e 2011, o Governo continuou a implementar o programa SBA do FMI, e prosseguiu uma política orçamental rigorosa para controlar a despesa pública e proteger a economia contra os choques externos. Estas políticas, apoiadas pelo preço do petróleo, permitiram a Angola reverter um défice orçamental de 4.9% do PIB em 2009, para um excedente orçamental de 6.8% e 7.3% do PIB em, respectivamente, 2010 e 2011, assegurando simultaneamente um aumento dos gastos correntes, especialmente em serviços sociais, educação e saúde. O orçamento de 2011 acomoda um alargado Programa de Reconstrução Nacional, com as despesas de capital a chegar a quase 10% do PIB. Também aumentaram as despesas com serviços sociais para 31.5% do PIB, em linha com o tecto do SBA de 30%. Em 2012, o excedente orçamental deverá diminuir para 4.7% do PIB devido ao aumento de gastos em serviços sociais e infra-estruturas. Estas irão aumentar para 5.0% do PIB em 2013.

A contenção das despesas de capital e um melhor controlo das despesas em 2011, permitiu às autoridades pagar atrasados internos de 7.5 mil milhões de USD, em que tinha incorrido desde 2009. O crescimento económico e a sustentabilidade orçamental ainda são altamente dependentes das receitas petrolíferas, ainda que o défice orçamental primário do sector não-petrolífero tenha sido constantemente decrescente (redução de 0.3 pontos para -22.5% do PIB em 2011).

A redução das receitas resultante da menor produção de petróleo foi compensada pelo aumento dos seus preços, permitindo um aumento suplementar do orçamento de 1.75% do PIB, em Maio de 2011. Este pedido de orçamento foi feito para fazer face ao reembolso final de atrasados internos, ao financiamento de projetos de infra-estruturas concluídos e para aumentar o financiamento ao sector social. Houve uma transição gradual das actividades parafiscais da Sonangol a partir de 2011, em consonância com a lei de responsabilidade orçamental de 2010, como parte de uma maior transparência e de medidas de responsabilização a ser implementadas pelo Governo.

As receitas orçamentais globais (incluindo donativos), em percentagem do PIB, diminuíram para 42.3% (valor estimado) em 2011, contra 43.5% em 2010, devido à redução do crescimento das receitas do petróleo. No entanto, o aumento esperado das receitas orçamentais não-petrolíferas irá reduzir o défice orçamental não-petrolífero, de -21.9% em 2011 para -20.9% em 2012. Como o país atingiu um pico no que concerne ao petróleo, os esforços para diversificar a economia, para além do petróleo, são fundamentais para a sustentabilidade orçamental do país a longo prazo. O Governo está a ponderar a criação de fundos de estabilização para obter receitas extraordinárias do petróleo. Neste sentido, um "Fundo estratégico para infra-estruturas petrolíferas" foi criado para financiar infra-estruturas prioritárias em 2011. No entanto, ainda não há desenvolvimentos sobre a criação de um "Fundo Soberano do Bem-Estar" (FSBE). As eleições legislativas de 2012 podem atrasar ainda mais o processo de criação e implementação do FSBE e criar uma pressão adicional no aumento das despesas públicas.

Tabela 3: Finanças Públicas (em percentagem do PIB) 2012

	2003	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Receitas Totais e Donativos	37.9	46.4	45.8	50.9	34.6	43.5	42.3	40.4	39.5
Receias fiscais	7.8	5.8	6.3	6.2	12.7	14.9	11.9	10.6	9.8
Receitas do Petróleo	28.9	38.0	38	41.2	19.5	26	27.9	27.4	27.3
Donativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas totais e empréstimos netos (a)	44.9	35.5	34.4	42	39.5	36.7	35	35.7	34.5
Despesas Correntes	37.5	23.5	22.6	27.9	27.1	27	26	26.9	26
Excluindo Juros	35.2	22.0	21.5	26.4	24.9	25.8	24.9	25.5	25.4
Remunerações e Salários	12.4	8.6	7.9	8.6	11	9.4	8.8	8.7	8.7
Juros	2.3	1.5	1.1	1.5	2.2	1.2	1.1	1.5	0.6
Balança Primária	-4.6	12.4	12.5	10.4	-2.7	8	8.4	6.1	5.6
Balança Global	-7	10.9	11.4	8.9	-4.9	6.8	7.3	4.7	5

Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888932621483>

Política monetária

A rígida política monetária seguida pelo Banco Nacional de Angola (BNA) em 2011 foi apoiada pelos altos preços do petróleo que forneceram entradas crescentes de divisas. O país teve um bom desempenho nos três principais objectivos programáticos para o ano: aumentar as reservas internacionais brutas, pelo menos em 1.7 mil milhões de USD; ajustar gradualmente o valor do Kwanza, em linha com os fundamentos do mercado, e baixar a inflação.

As pressões inflacionárias mantiveram-se elevadas em 14.5% em 2010 e em 13.5% (valor estimado) em 2011, principalmente em resultado do forte crescimento da procura interna. No entanto, é esperada uma descida da inflação para 10.0% e 9.4% em, respectivamente, 2012 e 2013. A taxa de redesconto do Banco Central foi reduzida de 25% para 20%, em Abril de 2011. O Kwanza manteve uma tendência de depreciação suave de menos de 3% em relação ao dólar, com a taxa de câmbio a situar-se em 1 USD = 93.4 AKZ no final de 2011, enquanto o diferencial no mercado paralelo caiu abaixo de 5%. O BNA, entretanto, tem facilitado a política monetária, reduzindo o rácio de reservas de 30% em 2010, para 20%. Este movimento reflete a solidez do desempenho macroeconómico do país e visa aumentar a disponibilidade de crédito à economia. O mercado respondeu bem, com a taxa de juro de empréstimos, de 181 dias a 1 ano, a atingir 14.5% em Novembro de 2011, contra 16.6% em Janeiro de 2011.

Além disso, de acordo com emendas à Lei Cambial, os bancos nacionais serão obrigados a manter um mínimo de 80% do seu capital em Kwanzas até o final de 2012. O aumento de crédito foi baseado principalmente no aumento de créditos de curto prazo, revelando dificuldades de financiamento a longo prazo à economia. Como parte das reformas empreendidas pelo BNA, um novo quadro regulamentar para a política monetária, juntamente com um Comité de Política Monetária foi criado. O novo quadro introduziu uma taxa de juro de referência: a taxa BNA. Na sua primeira reunião, em Outubro de 2011, o Comité anunciou uma taxa de referência de 10.5%. O BNA vai manter a meta da política monetária de contenção da inflação em torno de 10 por cento.

Cooperação económica, integração regional e comércio

Em 2011, Angola assumiu a presidência rotativa, pelo período de 1 ano, da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Nesse âmbito, está a conduzir a agenda de integração regional focada nas infra-estruturas e na energia.



O petróleo representou 97.5% das exportações do país em 2010, seguido dos diamantes (2%), do gás e do café (0.5%). O Relatório do *Economist Intelligence*, de Fevereiro de 2012, mostra que, em 2010, a China respondeu por 43.1% das exportações de Angola, seguida dos EUA (23.2%), da Índia (9.2%), da França (4.0%) e outros (20.5%). O relatório também mostra que as importações de Angola, em 2010, continuaram a ter origem em Portugal (17.9%), seguido pela China (14.3%), EUA (9.2%), Brasil (6.8%) e outros (51.7%).

Em 2011, estima-se que as reservas brutas internacionais atingiram 21.3 mil milhões de USD, cobrindo 5.3 meses de importações, o que está 23% acima do ano anterior. Esta situação fica a dever-se, principalmente, ao aumento da produção de petróleo e aos seus elevados preços durante 2011. O saldo corrente aumentou de 8.9% do PIB em 2010, para 13.5% do PIB em 2011. Espera-se que o referido saldo estabilize em torno de 10% do PIB em 2012 e 2013.

O regime comercial de Angola é liberal e a tarifa média é baixa. A tarifa média global simples (NMF) aplicada é de 7.3% (uma das mais baixas de África), com seis escalões que variam de 2% a 30%. A totalidade das posições pautais estão obrigadas, no âmbito da OMC, a uma taxa média consolidada de 59.2%. Não existem linhas de *duty-free* (excepto para as moedas), mas as concessões de direitos estão disponíveis para os investidores. A tarifa média sobre produtos agrícolas é de 10% e de 6.9% para produtos não-agrícolas. As maiores taxas, de 20% e 30%, aplicam-se a cerca de 10% das posições pautais. As importações estão sujeitas a direitos de importação, imposto de consumo e outros encargos. As barreiras não-tarifárias sobre as importações são mínimas, mas foram aumentadas para proteger a produção nacional (de carapau e cimento, entre outros). Os direitos de exportação afectam alguns produtos, e não existe um sistema de incentivos à exportação. Angola aderiu ao Protocolo Comercial da SADC, mas ainda não assinou o acordo de comércio livre da SADC lançado em 2008.

As importações através dos portos e dos serviços aduaneiros de Angola implicam um processo lento, complicado e incerto. Angola ocupa a 142ª posição, entre 155 países, no Índice de Performance Logística do Banco Mundial, principalmente devido a deficiências registadas nas alfândegas. Também está classificada em 139º lugar entre 142 países no Índice de Competitividade Global 2011/12. Desde 2001, o Governo vem tomando medidas para atualizar a legislação aduaneira e modernizar a administração aduaneira, com resultados impressionantes: apesar de as acusações de corrupção continuarem a ser frequentes, as leis comerciais e os regulamentos foram publicados, as exigências de documentação de importação foram simplificadas e os despachos aduaneiros, em todas as fronteiras, foram informatizados. Consequentemente, a cobrança de receitas aduaneiras aumentou significativamente.

Tabela 4: Balança Corrente (em percentagem do PIB) 2012

	2003	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Balança Comercial	28.9	51.1	50.8	51	24.1	39.1	33.7	35.9	47.2
Exportação de bens (f.o.b.)	68.1	70.5	73.4	75.9	54.1	61.3	58.6	59.3	63.7
Importação de bens (f.o.b.)	39.3	19.4	22.6	24.9	30	22.2	25	23.5	16.6
Serviços	-22.4	-13.3	-20.4	-25.9	-24.6	-20.1	-28.2	-23.9	-27.1
Rendimento dos Factores	-12.4	-12.1	-14.5	-16.3	-9	-9.6	-8.9	-8.2	-10
Transferências Correntes	0.7	-0.4	-0.4	-0.2	-0.5	-0.5	-0.4	-0.3	-0.3
Balança Corrente	-5.2	25.2	15.6	8.5	-10	8.9	-3.8	3.5	9.8

Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932622471>

Política da Dívida

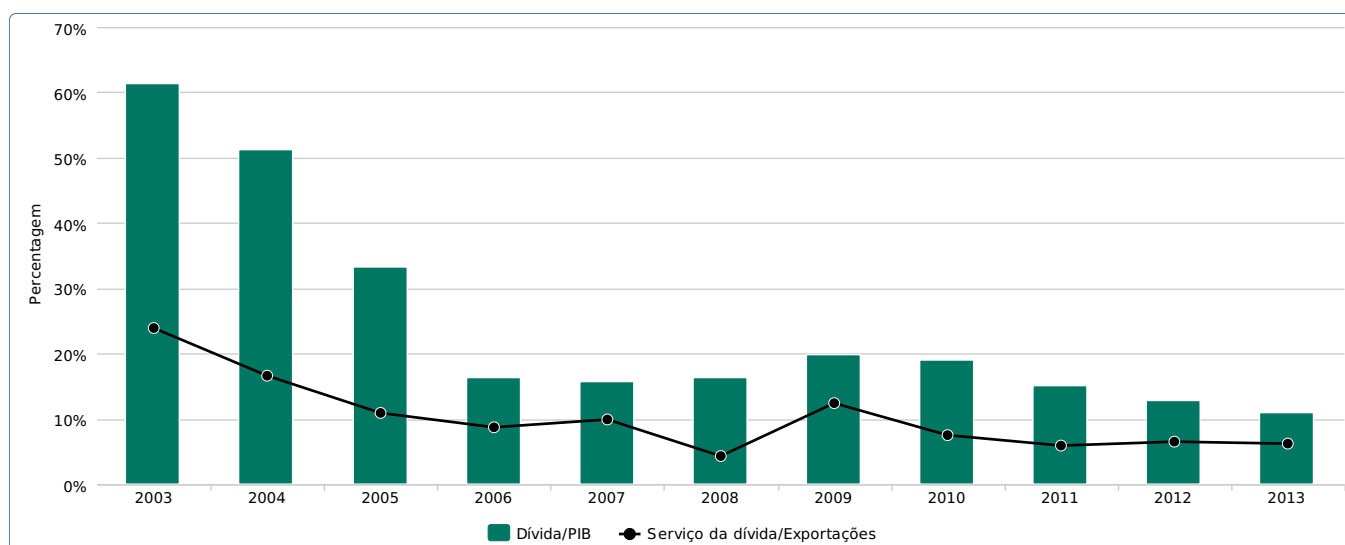
Análise da Sustentabilidade da Dívida (ASD) 2009, pelo FMI, mostrou que o risco de superendividamento de Angola é moderado. O rácio da dívida pública externa relativamente ao PIB caiu de 19% em 2010, para 15.9% em 2011, enquanto o rácio da dívida pública total em relação ao PIB diminuiu de 35.0% em 2010, para 29.9% em 2011. As receitas do petróleo e as cada vez mais elevadas receitas não-petrolíferas vão manter os rácios da dívida inferiores aos respectivos limiares a médio e longo prazo. A previsão é de que a dívida pública total cairá

de 24.7% em 2012 para 13.7% do PIB em 2015. A Moody's tem avaliado a dívida soberana angolana em Ba3, e a S&P elevou o *rating* da dívida em moeda estrangeira de Angola para BB-, em 2011. As dívidas internas de curto prazo, geradas pela crise da Balança de Pagamentos (BOP) de 2008/09, estimadas em 7.5 mil milhões de USD em 2010, foram, finalmente, totalmente reembolsadas em 2011. A maioria dos débitos foram pagos por caixa durante 2010 e 2011, apesar terem sido emitidas obrigações, indexadas à taxa de 7%, e um prazo de maturação de três a cinco anos, no montante de 1.14 mil milhões de USD, para liquidar parte da dívida bancária de curto prazo.

As autoridades aprovaram a nova lei de parcerias público-privadas (PPP) em 2010 e criaram uma unidade de PPP no Ministério da Economia em 2011. Esta unidade visa o desenvolvimento de grandes projetos de infra-estruturas e alavancar recursos públicos. No entanto, o quadro regulamentar para a unidade de PPP ainda está por aprovar.

Em 2011, o Governo concluiu uma estratégia de gestão da dívida e estabeleceu uma Unidade de Gestão da Dívida (UGD). A UGD irá desempenhar um papel-chave na gestão de dívida pública, interna e externa, e evitar a negação do crédito ao sector privado.

Figura 2: Dívida externa total (percentagem do PIB) e serviço da dívida (percentagem das exportações de bens e serviços) 2012



Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932618519>



Governança económica e política

Sector Privado

O Governo enfrenta desafios para a melhoria do ambiente de negócios e para o desenvolvimento do sector privado. O Relatório *Doing Business* 2012, do Banco Mundial, mostra que o *ranking* de Angola desceu uma posição, para a 172ª entre 183 países, a mais baixa da região da SADC. Angola apresenta um mau desempenho na “execução de contratos” e no item “como começar um negócio”. No entanto, estão em curso reformas para simplificar o processo de início de um negócio com o projecto “*One-Stop Shop*” para empreendedores, e para melhorar o acesso ao crédito através de juros subsidiados e da garantia de crédito às empresas. Angola implementou um sistema de registo electrónico com vista a melhorar o registo de propriedade e também melhorou o acesso ao crédito e à electricidade. Espera-se a implementação de vários programas de microcrédito, oferecendo mais de 60 milhões de USD a 35 mil agricultores e reformas para fomentar o espírito empresarial através de incentivos às micro, pequenas e médias empresas (MPME), a fim de melhorar ainda mais o indicador de crédito. No entanto, a aprovação do pacote da nova legislação sobre a regulamentação do investimento privado deverá ter um impacto negativo sobre o ambiente empresarial, pois representa uma mudança fundamental na política de IED, de um regime mais aberto para uma norma mais rigorosa, incluindo uma regulamentação mais rígida dos incentivos fiscais, subsídios e repatriamento de lucros.

Está em curso um programa com vista a integrar as empresas informais na economia formal, facilitar o acesso ao crédito, criar cooperativas e reconhecer as micro-empresas como pessoas jurídicas. Outras áreas, com reformas em curso, incluem a execução de contratos, a transferência de propriedade, o quadro regulamentar e o sistema judicial. O licenciamento no sector do comércio foi simplificado, no entanto uma revisão mais ampla dos processos de licenciamento com vista a uma maior desregulamentação é esperada em 2012.

Sector Financeiro

O sistema bancário de Angola compreende 23 bancos comerciais, regionais, de desenvolvimento e especializados. A cobertura bancária cresceu 22.1% em 2010, atingindo 51% de Angola, com 70 agências bancárias por cada milhão de pessoas. No entanto, 20% dos bancos detêm 80% dos ativos financeiros, enquanto apenas 11% da população possui uma conta bancária. Em 2011, Angola realizou uma campanha pública para o aumento dos conhecimentos financeiros que visou aumentar a inclusão social e reduzir a moeda fora do sistema bancário.

O Governo iniciou reformas em 2011 para melhorar o acesso ao crédito. Juros subsidiados e garantias de crédito por parte do Estado (até 80%) estão previstas para execução em 2012. O micro-crédito está também cada vez mais a ser oferecido pelos bancos comerciais. Além disso, um departamento de crédito está a ser criado. O crédito mal parado subiu de 2.6% em 2009, para 7.1% em 2010, devido em parte às dificuldades financeiras das empresas, às quais eram devidas somas substanciais pelo Governo. No entanto, estas dívidas foram liquidadas em 2011 levando a um declínio do crédito mal parado para 2.5%. Houve uma progressiva dolarização da economia, reduzindo o risco cambial. O novo quadro legal de moeda estrangeira para o sector petrolífero, aprovado no final de 2011, obriga as empresas petrolíferas que operam no país a fazer pagamentos em moeda local, utilizando os bancos com sede em Angola.

Os mercados de seguros e fundos de pensões têm vindo a evoluir para ambos os produtos, com o seguro de trabalho e o seguro automóvel a serem agora uma exigência legal. A partir de 2010, foram criadas 7 empresas de seguros com um volume de prémios estimado de 800 milhões de USD. Em 2009 existiam 19 fundos de pensões, representando apenas 0.52% do PIB. Uma comissão do mercado de capitais foi fundada em 2005 e um quadro legislativo está a ser posto em prática para criar um mercado financeiro mais competitivo e criar condições para o estabelecimento de uma Bolsa de Valores.

Gestão do sector público, instituições e reformas

O Grupo Técnico da Comissão Económica e a Comissão Económica (composta pelos Ministros da Economia, Finanças, Planeamento e pelo Governador do Banco Central) coordenam a implementação do programa *Stand-By Agreement* (SBA) do FMI. Angola está a melhorar as suas ferramentas de gestão financeira, e tem vários programas em andamento para aumentar a transparência e o controle sobre as despesas. Foram introduzidos planos financeiros trimestrais para os gastos dos ministérios de modo a garantir que apenas projetos orçamentados e aprovados serão implementados. O Governo começou a publicar regularmente relatórios de execução orçamental em 2011, com as contas finais do orçamento de 2010 a serem publicadas com menos de um ano de atraso. As contas nacionais são auditadas pela *Ernst & Young*, que também apoia o Governo na melhoria da eficiência da execução orçamental e da transparência.

O Governo está a proceder a uma revisão completa dos orçamentos dos projetos, e à avaliação e monitorização da capacidade para aumentar e alcançar os resultados de desenvolvimento propostos. Durante 2011, o Governo

empreendeu uma reestruturação do Ministério da Economia, e criou um novo Instituto de Empresas Públicas para reforçar a supervisão das empresas públicas e criar um novo quadro regulamentar. As empresas públicas são agora obrigadas a fornecer relatórios trimestrais ao Instituto e a realizar auditorias externas anuais às contas, que são tornadas públicas.

Em 2011, Angola, no âmbito do programa SBA do FMI, tomou medidas para reformar o sistema de impostos através da publicação da estratégia para a reforma tributária e o desenvolvimento de um enquadramento jurídico e de legislação associada. Esta estratégia está agora a ser apreciada pela Assembleia Nacional. O programa fiscal é um projecto plurianual, que visa modernizar a administração fiscal, melhorar o cumprimento fiscal, ampliar a base tributária, diminuir as isenções fiscais e implementar eficientes processos legais para lidar com processos fiscais. Em 2010, Angola estabeleceu uma unidade de gestão da dívida, implementou medidas para gerir e controlar os fluxos do sector petrolífero para o orçamento e desenvolveu uma estratégia abrangente para o sector privado. O Banco Central, o BNA, afastou-se temporariamente do sistema de racionamento para uma abordagem de leilões e a companhia petrolífera estatal, Sonangol continuou a publicar as suas contas auditadas por entidades externas no seu site.

Gestão dos recursos naturais e meio ambiente

O Ministério do Meio Ambiente foi criado em 2008, e já produziu uma extensa legislação, como uma lei de Bases do Ambiente, e decretos sobre Avaliação do Impacto Ambiental e a concessão de licenças ambientais. Há também um Plano Nacional de Acção para a Biodiversidade para 2007-2012. O Governo está a implementar um projecto de apoio ao sector ambiental, pilotando soluções de energia limpa, as políticas de desenvolvimento ecológico de crescimento e a mitigação das mudanças climáticas. O BAfD está a contribuir para a elaboração de um Plano Director para o sector de energia, incluindo energia limpa e renovável.

Angola é signatária do Protocolo de Quioto, e participou na conferência GOP17. A estratégia nacional para a implementação do protocolo está em curso, liderada por uma designada Autoridade para as Emissões de Carbono, que foi criado em 2010, com 5 projectos a ser seleccionados durante 2011. Como membro da SADC, Angola está também a implementar as directrizes para a Política Regional da Água e Estratégia Regional. Também assinou um Memorando de Entendimento ao Tratado de Okavango-Zambeze, com o Botswana, a Namíbia, a Zâmbia e o Zimbábue. Angola é parte de uma iniciativa transfronteiriça com a República Democrática do Congo e a República do Congo, e com a participação do Gabão, para a conservação da floresta do Maiombe, uma iniciativa financiada pela União Europeia.

Diversas universidades angolanas oferecem graus de Engenharia Ambiental, enquanto dois institutos técnicos oferecem cursos nesta área, e uma universidade dedicada exclusivamente ao sector está a ser considerada. Dois cursos de formação profissional sobre Energias Renováveis também estão a ser estudados pelo Governo - Técnico de Energia Solar e Técnico de Energia Eólica - refletindo a crescente preocupação com as questões ambientais.

Contexto político

Desde o fim da guerra civil em 2002, Angola tem mantido a paz e a segurança. A reconstrução é sustentada pelo *boom* nos preços do petróleo, e o país está a emergir como uma potência regional. O Presidente José Eduardo dos Santos está no poder desde 1979, e o seu partido, o MPLA, continuar a ser a força dominante na política angolana com base em três factores principais: governar até cumprir a sua promessa de dar a paz a um país cansado da guerra; usar as receitas do petróleo para a reabilitação das principais infra-estruturas económicas e sociais destruídas durante a guerra e promover um adequado diálogo político com a oposição política. Estes factores garantem que o MPLA vai manter a sua previsível posição dominante no futuro. A única nuvem no horizonte político é a questão de saber quem vai suceder ao presidente Dos Santos.

Dado o lugar central que ocupa o MPLA em Angola, uma transição desordenada iria desestabilizar não apenas o partido, mas também o país no seu todo. Muito dependerá da capacidade do presidente para gerir uma transição gradual do poder. As principais dinâmicas que podem levar à instabilidade em Angola residem na real capacidade do Governo para enfrentar a pobreza galopante ainda experimentada pela maioria dos angolanos, especialmente nas cidades, agravada por um fosso crescente entre ricos e pobres. O Governo administra habilmente as queixas com uma mistura de ameaças e benesses de bem-estar. Estes desafios continuarão nas eleições legislativas do próximo ano de 2012 e poderão afectar a solidez das decisões políticas e económicas do Governo.



Contexto Social e Desenvolvimento Humano

Desenvolvimento dos recursos humanos

Apesar dos progressos substanciais verificados na melhoria das condições sociais desde 2002, o país ainda enfrenta enormes desafios na redução da pobreza e aumento do desenvolvimento humano. Angola ocupa o 148 lugar entre 182 países no Índice de Desenvolvimento Humano. De acordo com o programa SBA do FMI, o Governo continua a destinar mais de 30% do seu orçamento para gastos sociais. Em 2012, a despesa social orçamentada crescerá 1.6%, para 33,3%, o dobro do que será gasto em segurança, defesa e ordem pública. Os orçamentos da educação e da saúde sofrerão aumentos de 10%. Após 30 anos de negligência durante a guerra civil, a educação tem visto o investimento público aumentado. O Governo também ampliou o ensino técnico e profissional com vista a resolver a massiva escassez de competências.

O Governo tem um forte compromisso com o investimento no sector de saúde, nomeadamente em infra-estruturas. No entanto, ainda é atormentado por graves carências de recursos humanos qualificados e pela corrupção generalizada, que resultam num acesso reduzido e serviços de má qualidade à população. Actualmente, apenas 30% da população tem acesso aos serviços de saúde. Dados recentes mostram um bom progresso nos últimos 10 anos em diversas áreas. A esperança de vida à nascença foi revista em alta para 52 anos contra 46 em 2000; a mortalidade materna diminuiu de 880 para 610 mortos por cada 100.000 nados vivos; a taxa de mortalidade infantil de menores de cinco anos decresceu de 21.2% para 16.1% e prevalência de crianças subnutridas menores de 5 anos diminuiu de 37% para 27.5%.

Na sequência da detecção de 33 casos de poliomielite em 2010, depois de a doença ter sido declarada erradicada em 2005, um forte programa de re-erradicação foi posto em prática em 2011. Cinco casos de poliomielite foram registados em 2011. A luta contra a malária em Angola tem estado predominantemente centrada na prevenção, com significativas contribuições de ONG internacionais, como a Iniciativa do Presidente para a Malária, da USAID, (PMI). A malária é responsável por um valor estimado de 11% da mortalidade em crianças menores de cinco anos de idade, por 25% da mortalidade materna, e representa a principal causa de mortalidade, doença e faltas ao trabalho e à escola. Com cerca de 2% da população adulta positiva em HIV, Angola tem a menor taxa de prevalência do HIV da África Austral. Isto poderia ser explicado em grande parte pela guerra de 30 anos que determinou uma baixa mobilidade das populações. No entanto, existe o risco de que o *boom* económico irá levar a um aumento da taxa de prevalência. Existe um Plano Estratégico Nacional de combate ao HIV/SIDA (2007-2010), e uma abrangente lei de HIV/SIDA com vista a proteger os direitos das pessoas portadoras de HIV/SIDA. Embora existam Centros nas 18 capitais provinciais de Angola que fornecem terapias anti-retrovirais (ATR), apenas 24% das pessoas infectadas pelo HIV estão actualmente a receber ART.

Redução da pobreza, protecção social e trabalho

A sociedade angolana é uma das mais desiguais do mundo, com um coeficiente de GINI de 58.6 em 2009. O crescimento económico está principalmente concentrado em Luanda, que produz cerca de 75% do PIB e tem um terço da população. O Governo está a construir habitações sociais em Luanda, para resolver a terrível situação da habitação e a realojar famílias que vivem em áreas de alto risco. No entanto, tal terá um impacto limitado, dado que se estima que bem mais de 1 milhão de pessoas vivem nessas áreas. O levantamento sócio-económico de 2008/9 indica que 36.6% da população vive abaixo da linha de pobreza de 2 USD/dia. Este número sobe para 58.3% na população rural, em comparação com 18.7% em áreas urbanas. Outras disparidades entre as populações urbanas e rurais incluem: (i) acesso à energia eléctrica (66,3% contra 8.6%), (ii) acesso regular ao abastecimento de água (59.7% contra 22.8%), e (iii) saneamento básico (84.6% contra 31.1%).

O grande peso do petróleo no crescimento do PIB tem criado oportunidades de emprego limitadas no país. O desemprego manteve-se elevado, com uma média estimada de 26% desde 2007. Actualmente, muitos empregos estão na economia informal, sem qualquer regulamentação ou benefícios. Uma lei ambiciosa para apoiar os empresários de MPME entrou em vigor em 2012 e espera-se que incentive a criação de novas empresas e reduza o desemprego para cerca de 20%.

Como resultado da crescente inadequação das competências ao mercado de trabalho, a maioria dos trabalhadores qualificados em Angola são "importados" de outros países. Há quotas para o emprego de cidadãos angolanos (com algumas exceções de aplicação em sectores como construção, que tem uma grande parte de trabalho não qualificado chinês). Os contratos de trabalho tendem a ser de curto prazo e a maioria das PME enfrentam dificuldades no cumprimento de contratos. Em geral, Angola ocupa um baixo lugar no Relatório *Doing Business 2012*, do Banco Mundial, o 178º lugar no item "empregar trabalhadores", o mais baixo da África Subsaariana.

O Governo colocou em prática políticas públicas para estimular o emprego - inaugurando centros de formação profissional, muitos em áreas rurais, em ligação com o sector privado para programas de formação e estágio, e pôs em prática a lei *Strategy First Job*. Angola também ractificou todas as oito convenções fundamentais da OIT.

Juntamente com as melhorias nos padrões de trabalho, o Governo introduziu a segurança social e o regime de reforma e proteção para os trabalhadores assalariados do sector formal e um salário mínimo, que é revisto anualmente por uma comissão tripartida (governo, sindicatos e empregadores). O Governo também reconhece a importância da sociedade civil, com espaços diferentes na rede de coordenação e discussão de questões sociais e com as comissões de coordenação sociais organizadas, tanto a nível regional, como a nível nacional.

Igualdade de género

A desigualdade de género continua a ser um desafio-chave do desenvolvimento. De acordo com o Índice Global de Paridade do Género, do *World Economic Forum*, Angola ocupou a 106ª posição em 2009. As mulheres constituem 52% da população e 24% das famílias angolanas são chefiadas por mulheres. A idade média em que as mulheres têm seu primeiro filho é de 18 anos e têm, em média, 2.7 filhos. Estima-se que 9.8% dos homens angolanos (com 12 anos ou mais) vivem com mais de uma mulher. Apenas 51.9% das mulheres com 15 ou mais anos são alfabetizadas (contra uma média nacional de 65.6%), mas espera-se uma melhoria já que 75.4% das raparigas (de 6 a 11 anos) estão matriculadas na escola primária (a média nacional é de 76.3%). As raparigas constituem 50.5% dos alunos matriculados no ensino primário e 50% no ensino secundário. O recente sistema de quotas ajudou a aumentar a representação política das mulheres em altos cargos do Governo para 30%. Actualmente, as mulheres representam 44% dos deputados, a segunda maior taxa da SADC, depois da África do Sul, mas ainda só 1.2% a nível do governo local, a menor taxa da SADC.

Apesar deste progresso, nenhuma política nacional foi aprovada para integrar o género nas políticas nacionais, e ainda existem disposições legislativas que discriminam as mulheres, bem como lacunas legislativas em determinadas áreas, incluindo a violência contra as mulheres



Promoção do Emprego de Jovens

O país tem tido altas taxas de crescimento económico desde 2002. No entanto, este crescimento tem sido largamente impulsionado por projectos de capital-intensivo, especificamente, de extração offshore de petróleo, que criou escassas oportunidades de emprego. Apesar do surgimento recente do crescimento de sub-setores não-petrolíferos, designadamente a agricultura, a pesca, a construção e a banca, a economia não foi capaz de gerar emprego suficiente. Entre 2009 e 2011 cerca de 600 mil empregos foram criados, principalmente na Agricultura (191.074), no Comércio (121.037), na Construção (90.337) e nos Serviços Públicos (92.218). Os esforços para diversificar a economia também evidenciaram uma grave falta de trabalhadores qualificados.

O desemprego é elevado, com um valor médio de 26% desde 2007, e muitos trabalhadores laboram na agricultura ou na economia informal. A população do país está a crescer rapidamente, com 19 milhões de habitantes, acima dos 14 milhões existentes há dez anos atrás. Estima-se que cerca de 47.7% da população tem 14 anos ou menos. O país não realizou um censo nos últimos 40 anos (um novo recenseamento vai realizar-se 2013) e os dados sobre o emprego são praticamente inexistentes ou imprecisos, especialmente tendo em conta o peso da economia informal. Espera-se que o Programa de Reconversão da Economia Informal ajude a esclarecer a definição de emprego e melhorar o significado dos dados do emprego. Os números de emprego dos jovens também não estão disponíveis.

O estado frágil que emergiu a partir de 27 anos de guerra civil regista profundas desigualdades sociais. Uma geração inteira foi prejudicada, privada do acesso aos serviços básicos (ensino, saúde) vitais para o desenvolvimento social e o crescimento económico. A educação registou um forte investimento público - a reforma do programa curricular, a ampliação da duração do ensino primário obrigatório e gratuito para 6 anos, e o grande investimento em infra-estruturas da rede escolar. No entanto, apenas cerca de 75% dos professores receberam a formação necessária e apenas 54% dos alunos matriculados na escola primária completaram o ciclo. Regista-se ainda uma grave falta de escolas para o ensino secundário, especialmente considerando o *boom* registado na procura, com um crescimento médio de 18.6% ao ano, nos últimos dez anos, do número de alunos matriculados neste nível. Foi retomado um programa para atender a essa necessidade, através da construção de pelo menos uma escola secundária por Província. A população jovem de Angola está ansiosa por aprender, motivada por ver como os poucos das gerações anteriores que receberam uma educação universitária tem sido compensados com empregos e uma vida melhor, e rodeada por um mercado de trabalho visivelmente em rápido crescimento que ainda depende de trabalhadores do exterior.

O ensino superior também tem experimentado um crescimento exponencial, com os ingressos no ensino superior a crescerem mais de 50% ao ano desde 2002, para 140.000 alunos em 2011. Tal foi possível graças a um aumento do número de cursos oferecidos por instituições privadas, a maioria dos quais não estão adaptados às necessidades do mercado de trabalho. Regista-se também um declínio na qualidade da educação em resultado de fracas estruturas reguladoras para supervisionar essas instituições. Com uma deficiente base de conhecimentos adquirida no ensino secundário, os alunos que chegam ao nível superior são em grande medida incapazes de prosseguir em áreas técnicas como a engenharia, a medicina, a matemática ou outras disciplinas científicas.

Na verdade muito do desemprego regista-se em jovens sem qualificações, mas na actualidade regista-se um número crescente de jovens desempregados com diplomas que não estão adaptados às necessidades do país. Em 2010 havia 107.000 alunos matriculados em faculdades e universidades em todo o país, um número que cresceu para 140.000 em 2011. O número de diplomados em 2010 foi de aproximadamente 6.000, contra 304 em 2003. Deste número, quase 50% são formados em áreas das Ciências Sociais.

Para lidar com a enorme escassez de qualificações o Governo também ampliou o ensino técnico e profissional com o apoio de uma linha de crédito chinesa. Entre 2006 e 2009, 34 novas escolas técnicas foram construídas e equipadas em todo o país. A inscrição nestas escolas tem registado um crescimento médio de 12.9% ao ano desde 2001. Em 2010 havia 197.000 alunos matriculados em cursos de formação técnica e profissional. Estes cursos e outros programas visam preencher as disparidades entre a oferta e a procura de trabalho. Mesmo não sendo destinados exclusivamente a jovens, a demografia do país transforma naturalmente a maioria desses programas em programas de emprego juvenil. Os Centros de formação de iniciativa pública e outros programas tendo como objectivo a empregabilidade também estão disponíveis para qualquer pessoa com idade superior a 14 anos. Um programa especialmente destinado à criação do primeiro emprego é o "Centro de Formação de Construção Civil". Trata-se de uma parceria do Governo com várias empresas privadas do sector da construção, onde as empresas de construção formam e contratam formandos. Este centro tem sido considerado um sucesso e está agora a ser ampliado com o apoio japonês a fim de acomodar mais alunos e cursos adicionais.

O empreendedorismo é também cada vez mais visto como um meio de criação de emprego para a juventude. Um centro de formação para a prestação de formação e apoio aos empresários foi criado em Luanda, com o apoio do PNUD. Um gabinete e equipamento são disponibilizados aos participantes no programa, por um



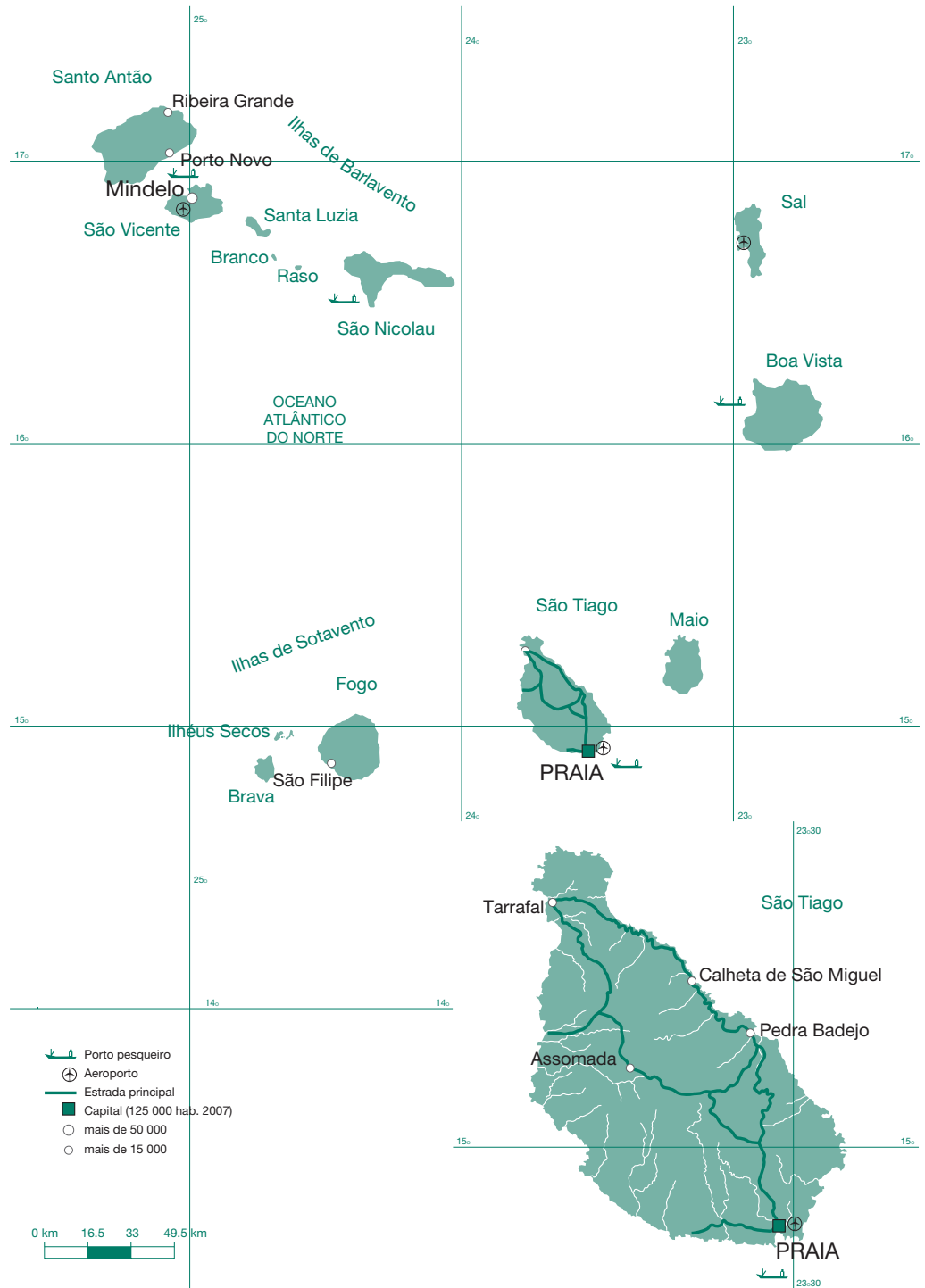
período de seis meses, o período de instalação inicial de seu empreendimento. Esta nova iniciativa já está a ser replicada em Luanda e há planos para a reproduzir noutras províncias.

Notas

[1] Em fevereiro de 2010, Angola produziu 1.953 milhões de bpd, superando a produção da Nigéria tornando-o maior produtor do continente. No entanto, problemas técnicos contribuíram para a redução da capacidade de produção durante o segundo semestre de 2011. Isso reduziu a produção média anual para 1.69 milhões de bpd.

Cabo Verde

2012



Este mapa é para fins ilustrativos e não envolve reconhecimento de estado ou soberania sobre todo o território abrangido.



Cabo Verde

- Em 2011, os efeitos da crise financeira da zona euro fizeram-se sentir em Cabo Verde. O crescimento económico abrandou, passando dos 5.4% registados em 2010 para 5.0%, em 2011. Para 2012 e 2013, prevê-se que estabilize em torno dos 5.1 por cento.
- O desempenho do país em termos da governação do sector público tem sido exemplar. Foram introduzidas reformas substantivas que diminuiram a corrupção e melhoraram a qualidade do ambiente de negócios, mas a fraqueza infra-estrutural coloca cada vez mais restrições a um crescimento económico sustentável.
- Cabo Verde é um dos poucos países africanos que deverão alcançar todos os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), incluindo a redução para metade da pobreza entre 1995 e 2015. O sistema de protecção social do país cobre a terceira idade, a deficiência e a morte. Cabo Verde regista, no entanto, uma taxa de desemprego relativamente elevada, particularmente nos jovens.

Visão global

Cabo Verde, um pequeno Estado insular, é, de acordo com a política de crédito[i] do Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD), um país de rendimento médio baixo (PRMB). O Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita* cabo-verdiano, em 2010, rondou os 3.270 USD, bem acima do patamar de 1.175 USD de PNB *per capita* dos PRMB. Apesar dos progressos significativos alcançados nas últimas duas décadas, o país continua a enfrentar alguns constrangimentos e desafios significativos ao seu desenvolvimento. Para além da insularidade, Cabo Verde tem problemas que resultam da dispersão territorial (dez ilhas) e de uma população escassa (menos de 500 mil habitantes), que limitam o seu mercado interno, um clima saheliano seco e recursos muito limitados.

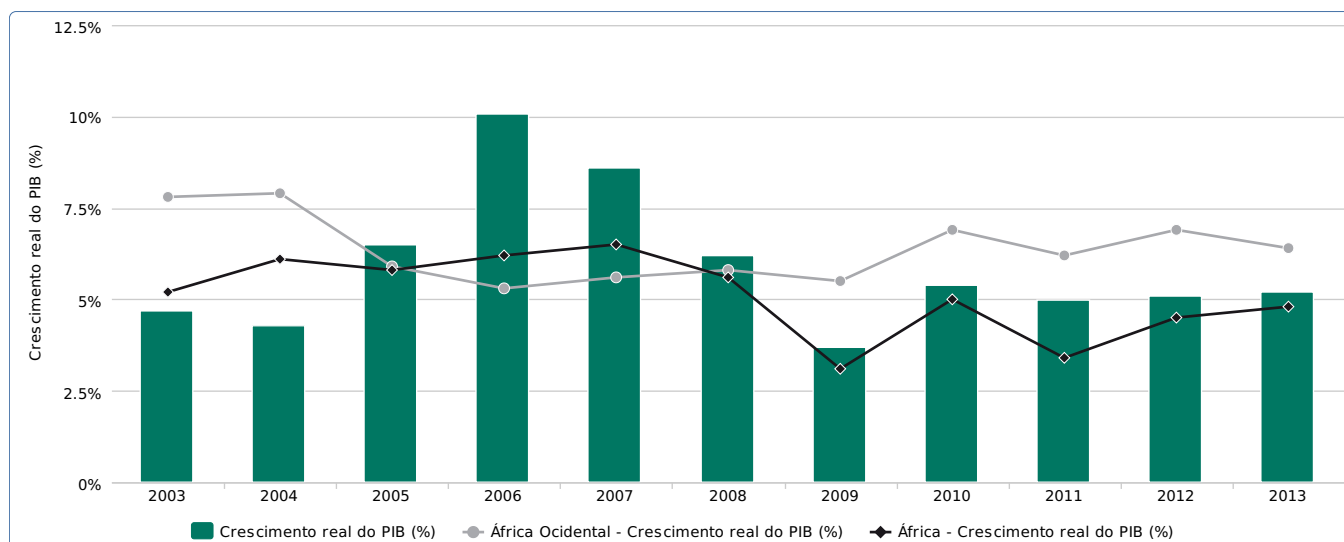
Para responder ao declínio da actividade económica, fruto da crise económica internacional, particularmente da crise da dívida da zona euro, o Governo adoptou um programa de investimento público (PIP) contra-cíclico para o período 2010-2011. Em resultado, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) acelerou para os 5.4%, em 2010, se bem que tenha posteriormente abrandado para os 5 pontos percentuais, em 2011. Os estímulos fiscais compensaram a contracção do investimento privado e mantiveram um nível adequado de desenvolvimento infra-estrutural. O turismo manteve a trajectória de recuperação em 2011, mas a balança de transacções correntes continuou a deteriorar-se, sobretudo devido à subida das importações de bens de investimento, reflexo dos estímulos fiscais governamentais.

Para 2012-2013, o cenário de base das autoridades assume uma contracção da política fiscal e políticas monetárias prudentes. O crescimento real do PIB deverá rondar os 5%, permitindo que as reservas externas garantam acima de três meses de cobertura das importações de bens e serviços, para salvaguardar a taxa de câmbio fixa com o euro. Neste período, a inflação deverá situar-se nos 3% abaixo dos valores registados em 2011 (4.5%).

A estratégia de desenvolvimento a médio-prazo de Cabo Verde tem como objectivo transformar a economia pela diversificação da sua base produtiva. Está em curso um esforço de monta para desenvolver *clusters* de serviços do «mar» (serviços marítimos e pescas), financeiros e de tecnologias de informação, e de transporte aéreo. Para alcançar estes objectivos, Cabo Verde deve ultrapassar alguns desafios fundamentais: a sua insularidade, a dispersão territorial e a população escassa, que limitam o seu mercado interno; as infra-estruturas não têm a qualidade suficiente, o que entrava a competitividade; e o seu ambiente de negócios ainda necessita de mais reformas. Por outro lado, o país depende de recursos financeiros externos, incluindo ajuda ao desenvolvimento e remessas da sua diáspora, e é vulnerável a choques externos. Para além disso, tem uma taxa relativamente elevada de desemprego, particularmente entre os jovens (que no seu conjunto representam mais de 50% da força de trabalho).

[i] Entre 2009 e 2011, Cabo Verde situou-se na Categoria B (estatuto misto, elegível tanto para o Fundo de Desenvolvimento Africano (FDA) como para os recursos do BAfD. Desde 2011 é um país da Categoria C (apenas BAfD), de acordo com os critérios expressos na Política de Crédito do Banco.

Figura 1: Crescimento real do PIB (%) (Occidental)



Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932618633>

Tabela 1: Indicadores Macroeconómicos (2012)

	2010	2011	2012	2013
Crescimento real do PIB	5.4	5	5.1	5.2
Crescimento real do PIB per capita	4.5	4.1	4.1	4.2
Inflação medida pelo IPC	2.1	4.5	3.3	2.5
Saldo Orçamental % PIB	-10.8	-10.7	-10.1	-10.5
Balança Corrente % PIB	-12.4	-15	-12.3	-10.2

Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932602008>



Desenvolvimentos recentes e perspectivas

Tabela 2: PIB por setor (em percentagem) 2012

	2006	2011
Agricultura, silvicultura, pesca e caça	9.4	8.2
Agricultura, pecuária, silvicultura e pesca	-	-
Da qual agricultura	-	-
Minas e extração	3.5	3.5
Do qual petróleo	-	-
Indústrias manufactureiras	3.7	3.4
Electricidade, gás e água	0.4	0.2
Electricidade, água e saneamento	-	-
Construção	10.5	10.7
Comércio por grosso e a retalho, hotéis e restaurantes	23.7	26
Dos quais hotéis e restaurantes	-	-
Transporte, armazenagem e comunicação	23.8	23.6
Transporte e armazenagem, informação e comunicação	-	-
Finanças, imobiliárias e serviços prestados às empresas	7.6	7.2
Intermediação financeira, serviços imobiliários, empresariais e outras actividades de serviços	-	-
Serviços de administração pública	14.5	13.9
Administração pública e defesa, segurança social, educação, saúde e assistência social	-	-
Administração pública, educação, saúde	-	-
Administração pública, educação, saúde e outros serviços sociais e pessoais	-	-
Outros serviços comunitários, sociais e pessoais	-	-
Outros serviços	2.9	3.3
Produto interno bruto a preços base/factor custo	100	100
Comércio por grosso e a retalho, hotéis e restaurantes	-	-

Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932620609>

A pequena e aberta economia cabo-verdiana, com um PIB estimado de 1.9 mil milhões de USD (a preços correntes)[i] em 2011, é estruturalmente vulnerável, dado o seu elevado grau de abertura e a dependência relativamente à ajuda financeira externa, incluindo o apoio à manutenção da paridade fixa entre o escudo cabo-verdiano e o euro. Sem recursos naturais nem economias de escala de suporte a uma base transformadora significativa, a economia concentra-se nos serviços, que representaram mais de 80% do PIB em 2010[ii]. Na última década, a economia especializou-se no turismo, que domina o sector terciário, onde representa 80% e é o motor da economia, com cerca de 26% do PIB. É o destino da maioria do investimento directo estrangeiro (IDE), contribuindo para o crescimento dos sectores da construção e do imobiliário. A indústria limita-se à manufactura ligeira e representa apenas cerca de 3.4% do PIB. O sector primário, da mesma forma, contribui com apenas cerca de 6% para o PIB, se bem que assegure o emprego de quase 40% da população.



Os fracos recursos naturais do país, particularmente a escassez de terra arável e um clima seco e árido, fazem com que sejam diminutas as perspectivas da agricultura ser algum dia capaz de alimentar o país ou criar muito mais emprego: Cabo Verde importa quase 90% das suas necessidades alimentares e virtualmente tudo o resto que consome, incluindo 97% das suas necessidades energéticas. Assim, as importações representam mais de 60% do PIB, e a balança de pagamentos do país é cronicamente deficitária. Apesar do enorme potencial dos seus recursos marítimos e de uma extensa zona económica exclusiva, as pescas continuam a ser de pequena escala e artesanais. Uma recente tendência positiva no sector primário reside no rápido crescimento da irrigação gota a gota, que impulsionou uma produção comercialmente dinâmica de frutas e vegetais[[iii](#)].

Em 2011, Cabo Verde confrontou-se com um ambiente externo mais difícil. Apesar do crescimento do turismo, das exportações de pescado e das remessas privadas, a subida das importações de bens de capital, consequência da política de estímulos fiscais levada a cabo pelo governo, fez com que crescesse ainda mais o défice da balança de transações correntes. Já o défice orçamental em 2011 ficou abaixo do programado. As receitas fiscais aguentaram-se bem e as quebras nas receitas não fiscais foram superadas através do controlo das despesas.

As perspectivas de curto-prazo, no entanto, estão sujeitas aos riscos associados à crescente possibilidade de recessão na zona euro. Em antecipação, as autoridades devem conter a expansão do crédito e minimizar os empréstimos domésticos para financiar o orçamento. Neste cenário, o crescimento das importações diminuirá, melhorando a balança de pagamentos.

O reforço da coordenação da política monetária e fiscal ajudaria a encontrar o correcto equilíbrio entre a moderação fiscal e o aumento da taxa de juro, para a contenção do crescimento do crédito, garantindo em paralelo que as reservas externas possam, a médio-prazo, ultrapassar os actuais três meses de cobertura das importações. Se o abrandamento da zona euro se prolongar, o investimento externo e o crescimento de Cabo Verde deverão, a médio-prazo, estagnar.

Do lado da produção, o cenário de médio-prazo assume a manutenção da fraqueza no sector do turismo, reflexo sobretudo das condições externas, o que se traduz numa taxa de crescimento real do PIB de pouco mais de 5%, para 2012-2013. Por outro lado, as fraquezas infra-estruturais são um estrangimento cada vez maior ao crescimento económico. É particularmente necessário o investimento nos sectores dos transportes e de produção de energia, de forma a evitar estrangulamentos nas actividades do sector privado, onde os níveis actuais respondem às necessidades presentes, mas precisam de expansão para acomodar a procura futura. A manterem-se os actuais padrões climáticos, a agricultura deverá continuar a crescer a taxas semelhantes às registadas nos últimos anos.

Do lado da procura, as perspectivas de crescimento de Cabo Verde baseiam-se no reforço das actividades do sector privado. Para 2012-2013, em média, a formação bruta de capital (FBC) do sector privado deverá ser impulsionado pelo IDE, numa altura em que se contrai a FBC do sector público, e o consumo privado está novamente a acelerar, por comparação com o período 2008-2010. Estas perspectivas de crescimento devem ser encorajadas pela intensificação das reformas previstas para o ambiente de negócios. Neste contexto, tendo consciência da importância de apoiar a economia no presente quadro de dificuldades, o Governo está a preparar a nova Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (ECRP) III 2012-2015[[iv](#)]



A política macroeconómica

Política orçamental

No actual contexto económico, marcado por acrescidas dificuldades, o Governo está a desmontar a política contra-cíclica de gastos de capital que adoptou em 2010, como resposta ao declínio da actividade do sector privado. Em resultado, foram alcançadas as metas para o ano fiscal de 2011: as receitas fiscais tiveram um bom desempenho, se bem que tenha havido quebras nas receitas não fiscais, e as despesas ficaram abaixo do orçamentado, para contrabalançar a diminuição da receita.

Para 2012-2013, são necessárias medidas de austeridade adicionais para garantir a sustentabilidade orçamental. O objectivo das autoridades é a diminuição do financiamento líquido interno do governo central, para evitar prejudicar o crédito ao sector privado e diminuir a pressão sobre a balança de pagamentos. Em consequência, o orçamento para 2012 prevê despesas de capital na ordem dos 15% do PIB, quando em 2010-2011 registou uma média de 18 por cento. Também as despesas correntes descem no orçamento de 2012, por comparação com 2011, incluindo os salários e componentes salariais. O objectivo desta diminuição dos estímulos fiscais é baixar o défice orçamental para 10.1% do PIB (10.7% em 2011).

Com este tipo de políticas (sobretudo a redução dos estímulos fiscais), o equilíbrio orçamental deverá melhorar. Assim, apesar de se prever que as subvenções orçamentadas sejam cerca de metade das registadas em anos anteriores, fruto da transição de Cabo Verde para o estatuto de PRM, o défice irá baixar. Do lado da receita, as autoridades pretendem levar a cabo reformas em 2012 (entre outras coisas, a simplificação dos Códigos Fiscal e Aduaneiro) para estabilizar o rácio de impostos no PIB nos 18 por cento. Estima-se que a despesa corrente se situe nos 19.3% (20.3% em 2011), enquanto as despesas de capital deverão ficar nos 15%, abaixo dos 18% de 2011. A concretizarem-se, estas medidas contribuirão para a manutenção, a médio-prazo, de políticas orçamentais sustentáveis. Dada a forte preocupação do Governo com a coesão social, serão tomados os devidos cuidados para envolver os parceiros sociais na implementação de medidas de austeridade, com o objectivo de sustentar o crescimento económico e continuar com os progressos na redução da pobreza.

Estas previsões, porém, estão sujeitas a diversos riscos, especialmente relacionados com a evolução da crise na zona euro. A procura externa das exportações cabo-verdianas (incluindo o turismo) pode cair, levando a um ainda maior abrandamento da actividade económica e deprimindo as receitas internas. O mesmo risco poderia, porém, resultar numa taxa de inflação interna menor do que o previsto, se os preços das importações caírem em consequência da menor procura global.

Tabela 3: Finanças Públicas (em percentagem do PIB) 2012

	2003	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Receitas Totais e Donativos	27.8	29.1	32.3	33.8	29.3	28	26.6	23.6	24.2
Receias fiscais	19	21.6	24.4	25.6	20.6	19.1	18.8	18.4	18.1
Receitas do Petróleo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Donativos	6.1	5.5	5.2	4.9	5.9	6.3	5.2	2.5	3.5
Despesas totais e empréstimos netos (a)	32.2	33.9	33.5	35.2	35.7	38.7	37.4	33.7	34.7
Despesas Correntes	22	21.8	21.9	21.1	21.4	20	20.5	19.4	19.8
Excluindo Juros	19.5	20.0	20.1	19.5	19.9	18.4	18.7	17.4	17.8
Remunerações e Salários	10.7	10.9	11.6	11.7	11.9	9.6	9.2	8.9	8.7
Juros	2.5	1.8	1.8	1.6	1.5	1.6	1.9	2.1	2
Balança Primária	-2	-3.0	0.5	0.3	-4.8	-9.2	-8.9	-8.1	-8.5
Balança Global	-4.5	-4.8	-1.3	-1.4	-6.3	-10.8	-10.7	-10.1	-10.5

Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932621597>

Política monetária

O Banco Central de Cabo Verde (BCV) desenvolve uma política monetária prudente, de forma a garantir a paridade fixa entre o escudo cabo-verdiano (CVE) e o euro. Esta paridade fez com que fosse possível mitigar o impacto na inflação interna dos elevados preços internacionais dos produtos alimentares e petrolíferos. A inflação medida pelo índice de preços no consumidor, após ter subido em 2010, reagiu à política monetária do BCV e prevê-se que desça para cerca de 3%, uma descida também consequência da diminuição dos preços internacionais das matérias-primas.

O principal objectivo da política monetária do BCV é orientar o crescimento do crédito interno para a manutenção da reserva de divisas em três meses de cobertura das importações, salvaguardando assim a paridade fixa com o euro. Com este propósito, a política monetária aplica uma mistura de política de taxas de juro, baseada na manutenção de um prémio sobre as taxas Euribor, para a atracção de fundos estrangeiros, na prossecução de medidas de limitação do crédito ao sector privado e na exigência de reservas mínimas sobre depósitos e responsabilidades.

Apesar da política de taxas de juro, o BCV não conseguiu evitar, em 2011, o declínio da entrada de capitais externos, uma vez que teve na origem factores não monetários. O IDE desceu um terço, passando de 9.3 mil milhões de CVE, em 2010, para 6.1 mil milhões de CVE[i], um fenómeno associado ao declínio do sector da construção. Esta queda foi parcialmente coberta pelas remessas dos imigrantes, que cresceram aproximadamente 20 por cento. Em resultado, as reservas de divisas oficiais caíram em 2011, de cerca de quatro meses de importações, em 2010, para aproximadamente três meses, no final de 2011. Este declínio resultou, parcialmente, do aumento do crédito interno, que cresceu 11.4% em 2011, quando o valor médio no período 2009-2011 foi de 7.4 por cento.

No que diz respeito às medidas de limitação do crédito, a política monetária do BCV centra-se na preservação da solidez financeira dos bancos comerciais, pela via de uma supervisão rigorosa. Em resultado, Cabo Verde conseguiu escapar, em grande medida, à crise internacional financeira e bancária, para o que também contribuiu o facto de o país ser dominado pela capital privado português, que aqui foi muito conservador nas operações realizadas. Assim, a solidez financeira dos bancos comerciais cabo-verdianos reforçou-se nos últimos tempos. Em resultado da aplicação destas medidas de política monetária preventivas, a proporção de crédito mal parado no total dos créditos diminuiu, em 2010-2011, para cerca de 5.5%, quando tinha registado uma média de 12.5% em 2007-2008. Para ajudar ao crescimento do crédito, bem como das reservas e do agregado monetário, o BCV recomeçou as operações de mercado aberto.

Em termos de reservas mínimas, o BCV está preocupado com a possibilidade, em caso de agravamento da situação na zona euro, de redução dos rendimentos na balança de transacções correntes externa (sobretudo no turismo e no comércio), o que poderá levar a um declínio nas reservas. Para contrabalançar a tendência de decréscimo de divisas, o BCV decidiu, em Julho de 2011, aumentar a cobertura das reservas mínimas dos bancos com a inclusão de 50% dos depósitos do sector público. Em consequência, as estimativas para o final de 2011 mostram que as perdas de divisas tinham sido estancadas, e o crescimento dos activos líquidos domésticos significativamente limitados.

[i] EUR 1 = CVE 110.265 (paridade fixa); USD 1 = CVE 84.50 (Dezembro de 2011).

Cooperação económica, integração regional e comércio

Em 2011, o défice da balança corrente regressou ao nível dos 15%, similar ao registado entre 2008-2009, depois de ter diminuído, em 2010, para 12.4 por cento. A ligeira melhoria nas exportações e no rendimento dos factores foi ofuscada pelo declínio no rendimento dos serviços (turismo) e nas transferências correntes, como demonstrado nas contas públicas. As exportações de bens são marginais em Cabo Verde, mas o seu crescimento reflecte melhorias nas exportações de têxteis e pescado; os têxteis cabo-verdianos são sobretudo beneficiados pela Lei de Crescimento e Oportunidade para África (AGOA), dos EUA.

Em 2011, as importações mantiveram a estabilidade, com Portugal a continuar a ser a principal origem (cerca de 60% do total). As importações tradicionais, que incluem alimentos, combustíveis minerais e lubrificantes, químicos e produtos químicos, bem como maquinaria e equipamento, dominaram a factura importadora de Cabo Verde em 2011.

Para 2012 e 2013, espera-se a melhoria da balança de transacções correntes, consequência sobretudo de uma retoma contínua das receitas do turismo. Também se prevê uma melhoria marginal da balança comercial, reflectindo de certa forma a diminuição das importações e o crescimento das exportações.

Cabo Verde está a centrar a sua atenção nas áreas geográficas onde pode alcançar maiores benefícios, dadas as



suas relações comerciais. A União Europeia (UE) é o maior parceiro comercial, representando cerca de 85% do total das exportações cabo-verdianas de bens, e mais de 95% das exportações de serviços (turismo).

Cabo Verde está a negociar com a União Europeia um Acordo de Parceria Especial (APE) que permitirá ao país preservar o acesso privilegiado ao mercado europeu e beneficiar, entre outras coisas, de uma melhor mobilidade laboral. A 9 de Dezembro de 2011, a UE concedeu ao país o estatuto "Sistema Geral de Preferências (SGP)+". Cabo Verde foi o primeiro país africano a alcançar este estatuto (juntamente com 16 países não africanos).[i]

O actual quadro SGP expira, o mais tardar, a 31 de Dezembro de 2013. Sob a nova proposta de SGP, serão fornecidas oportunidades de exportação adicionais aos países que delas mais necessitam, particularmente aos Países Menos Desenvolvidos (PMD). Por outro lado, foi proposto o reforço da atractividade do SGP+, ao mesmo tempo que é garantida a adequação às 27 convenções internacionais, através do reforço da supervisão e de dispositivos de retirada.

[i] Quando Cabo Verde deixou de ter o estatuto da ONU de "País Menos Desenvolvido", em Dezembro de 2007, foi-lhe concedido um período de transição, que expirou a 31 de Dezembro de 2011, para permitir aos operadores a necessária adequação ao novo regime tarifário. O SGP+ é um APE que garante um melhor acesso aos mercados europeus para os produtos e serviços cabo-verdianos, desde que haja um compromisso de implementação efectiva das 27 convenções internacionais mais importantes em termos de respeito pelos direitos humanos e laborais, pelo ambiente e boa governação.

Tabela 4: Balança Corrente (em percentagem do PIB) 2012

	2003	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Balança Comercial	-37.8	-43.0	-49.6	-46.5	-40	-40.9	-40.6	-39	-38.6
Exportação de bens (f.o.b.)	6.5	3.5	6.1	7.5	5.7	8.1	8.7	9.5	9.2
Importação de bens (f.o.b.)	44.3	46.5	55.7	53.9	45.8	49	49.3	48.5	47.8
Serviços	1.8	13.1	14.7	16	11.5	12.4	10.4	12.8	15.9
Rendimento dos Factores	-1.8	-3.7	-2.4	-3.2	-3.4	-4.4	-3.6	-3.7	-3.7
Transferências Correntes	26.7	24.2	22.6	20.8	22	20.4	18.9	17.6	16.2
Balança Corrente	-11.1	-9.5	-14.7	-12.9	-9.9	-12.4	-15	-12.3	-10.2

Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932622585>

Política da Dívida

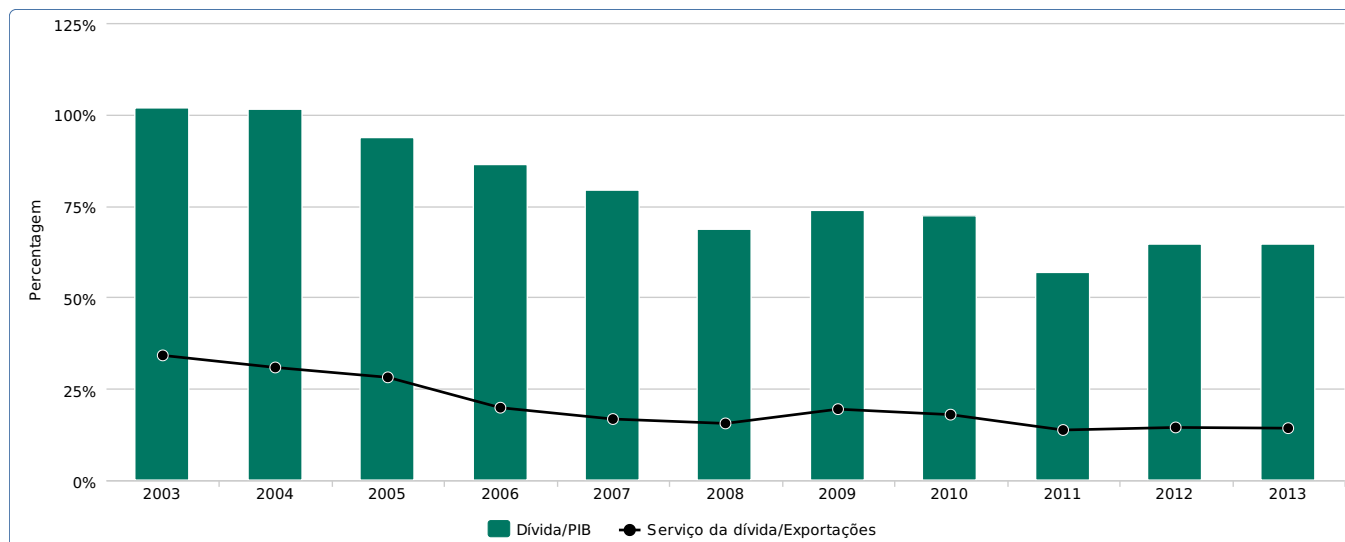
No quadro dos programas do Fundo Monetário Internacional (FMI), Cabo Verde tem mantido uma política de endividamento prudente. Até 2011, os empréstimos e subvenções concessionais foram usados esmagadoramente para financiar as necessidades estatais. A dívida não-concessional limitou-se a cerca de 35 milhões de USD anuais, o que é consistente com a estratégia. Em consequência desta política, Cabo Verde demonstrou uma grande resistência à crise económica internacional de 2009. As autoridades atribuem esta resistência, em larga medida, aos recursos adicionais disponíveis no quadro da operação de apoio ao orçamento do BAfD (PASRP II), que, devido aos montantes substantivos, lhes permitiu a adopção de medidas contra-cíclicas, como, por exemplo, grandes despesas de capital, em resposta à crise.

Relativamente à dívida pública, muito do programa de investimento público (PIP) será financiado pela emissão de dívida. A dívida pública nominal total chegou, em 2011, aos 71% do PIB, quando em 2010 o valor registado foi de 68 por cento. Segunda a análise de sustentabilidade da dívida, efectuada pelo FMI e pelo Banco Mundial, o valor actual (VA) do rácio dívida/PIB pode ser difícil de manter a médio-prazo, pois espera-se que alcance os 46% em 2013, perto do limiar de risco de sobre-endividamento de 50 por cento. Para evitar este cenário, o Governo deve dar prioridade a políticas que mantenham o rácio dívida/PIB abaixo desse limiar. Neste esforço, terá a ajuda da disciplina imposta pelo *Policy Support Instrument* (SPI) do FMI, que tem um limite ao endividamento não-concessional.

Simultaneamente, a dívida interna continua sujeita a limites prudentes de endividamento; é composta basicamente por títulos de longo-prazo, maioritariamente detidos por bancos nacionais e fundos de pensões. A dívida interna, líquida dos depósitos da administração pública, foi de cerca de 17% do PIB em 2010, cerca de um quarto da dívida pública total. Estima-se que, a médio-prazo, desça abaixo dos 10 por cento.

O Governo está agora numa encruzilhada relativamente à política de endividamento. O seu consistente desempenho no quadro dos programas do FMI faz com que a sua continuação seja menos imperativa. No entanto, a ausência de um programa do FMI acarretaria o sério risco de fazer aumentar rapidamente o *stock* da dívida, pondo em causa, de uma forma geral, a credibilidade económica conquistada com muito esforço e, particularmente, a sustentabilidade da dívida.

Figura 2: Dívida externa total (percentagem do PIB) e serviço da dívida (percentagem das exportações de bens e serviços) 2012



Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932618633>



Governança económica e política

Sector Privado

O notável processo de desenvolvimento económico que Cabo Verde apresenta desde 1991 deve-se, em parte, à aplicação de sucessivos programas de reformas[i]. No entanto, devido à crise financeira que começou em 2008, a actividade do sector privado tem vindo a contrair-se (especialmente nos sectores da construção e do turismo); como já foi referido, esta contracção foi parcialmente contrabalançada pela política de estímulos fiscais aplicada pelo Governo. O BAFD apoiou o desenvolvimento do sector privado em Cabo Verde através de um Perfil do Sector Privado (PSP), concluído em 2011. O PSP avalia o âmbito do sector privado e os desafios que enfrenta, o ambiente em que opera, e as possibilidades de aplicação de uma estratégia de desenvolvimento mais pro-activa, de forma a acelerar a contribuição privada para a economia. O PSP propõe uma nova estratégia, baseada no desenvolvimento da agricultura, nas energias renováveis, na diversificação do turismo (para além do actual «turismo de praia» básico), e tirando partido da posição geográfica de Cabo Verde, nomeadamente a sua proximidade aos continentes europeu e africano, dando ao país um papel estratégico relativamente a rotas de navegação, segurança e interacções económicas.

O ambiente de negócios conheceu um desenvolvimento assinalável, mas partiu de um nível muito baixo, pelo que a presente posição ainda não é satisfatória. Políticas inflexíveis em relação aos negócios e ao mercado de trabalho fazem com que o país ainda se situe no ultimo quartil do *Doing Business Report* (DBR) do Banco Mundial. O PSP, porém, também identificou áreas onde é possível melhorar o ambiente de negócios do país, e as acções sucedem-se desde 2008. Em resultado, a posição de Cabo Verde no DBR tem vindo a melhorar e, em 2010, o país foi classificado como um dos dez mais dinâmicos reformistas do mundo. Por outro lado, em 2011, Cabo Verde foi apresentado como líder das reformas, em termos mundiais[ii].

Estes resultados, por seu turno, geraram importantes progressos no índice DBR: Cabo Verde conseguiu subir para a 119ª posição do DBR em 2012, quando em 2011 ocupava o 129º lugar. As pontuações mais baixas continuam a ser as relativas à resolução de insolvências (183º lugar, em 183 países) e à protecção dos investidores, enquanto as mais elevadas são o cumprimento de contratos (37º) e comércio transfronteiriço e registo de propriedade (ambos na 61ª posição). Fechar um negócio continuar a ser um processo complicado, sobretudo fruto da ausência de um sistema regulador e de recursos judiciais, bem como da não existência de um quadro específico para a bancarrota ou liquidação de activos. No entanto, este vazio legal deverá ser preenchido em 2012, pois foi recentemente adoptado, na sequência de um diálogo com o BAFD, um decreto-lei sobre o encerramento de empresas.

O desenvolvimento económico de Cabo Verde está a tornar o país mais atractivo para as parcerias público-privadas (PPP). O BAFD e o Banco Europeu de Investimentos (BEI) financiaram um projecto de energias renováveis (o parque eólico de Cabeolica), e este é o primeiro passo para que os sectores público e privado cabo-verdianos possam beneficiar da alavancagem e mobilizar recursos adicionais, por exemplo, de terceiros parceiros privados, para projectos de PPP.

Sector Financeiro

O sector bancário em Cabo Verde conheceu um crescimento significativo na última década. Até agora, conseguiu escapar à crise financeira e bancária, num reflexo de uma supervisão sólida. Ao longo dos anos foram-se registando desenvolvimentos na oferta de produtos e serviços, que puseram Cabo Verde na linha da frente das práticas bancárias *high-tech*, incluindo o *mobile banking*. Dominado por capital privado português, o sector bancário cabo-verdiano é conservador, tanto nas operações como nas ligações internacionais, o que ajuda a explicar por que escapou às piores consequências da crise financeira global de 2008.

O relatório técnico do FMI, de Janeiro de 2012, sobre a segunda revisão, no quadro do *Policy Support Instrument*, analisa detalhadamente a solidez financeira dos bancos comerciais cabo-verdianos. Nota especialmente uma melhoria significativa na proporção do crédito mal parado sobre o crédito total, que, fruto das medidas preventivas, caiu para aproximadamente 5.5% em 2010-2011, após ter registado uma média de 12.5%, em 2007-2008.

De qualquer forma, o sector precisa de ser tornar mais competitivo e de aumentar a sua contribuição para o crescimento económico. Até agora, as preocupações do sector financeiro, ou seja, dos bancos, têm estado concentradas na gestão da liquidez, o que teve como resultado uma distribuição assimétrica em todo o sector. Esta situação penalizou desnecessariamente os sectores produtivos, ao dificultar o acesso ao crédito, com taxas de juro mais elevadas do que o necessário. Um sinal encorajador de melhoria foi o saudável aumento das operações no mercado inter-bancário em 2011, por comparação com 2010 – um primeiro passo para a redução das distorções na extensão e nos custos do crédito à economia.

Cabo Verde continua o processo de desenvolvimento económico num contexto de declínio do financiamento

internacional barato, pelo que o sector financeiro interno terá que desempenhar um papel mais activo na concessão de crédito à actividade económica, através de mecanismos de adaptação (incluindo sindicalização) e do investimento público, com operações de mercado mais eficientes. Perante os fortes laços comerciais e de IDE entre Portugal e Cabo Verde, e dada a limitada margem de manobra do BCV relativamente à política monetária, a paridade fixa com o euro continua a ser o melhor mecanismo de taxa de câmbio.

Gestão do sector público, instituições e reformas

Cabo Verde tem um desempenho exemplar em termos de governação do sector público. Para além dos esforços para melhorar o ambiente de negócios, com a regulação governamental efectuada pela Unidade de Coordenação da Reforma do Estado (UCRE), o Governo modernizou as suas operações através do Núcleo Operacional para a Sociedade da Informação (NOSI), que conheceu muitos progressos desde 2009. Em particular, alargou a utilização do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Governo (SIGOF), estando todos os módulos, incluindo o relativo à dívida, agora operacionais. Esta operacionalização permite um melhor planeamento e execução orçamental, uma implementação mais consistente dos procedimentos administrativos, e a disponibilização *online* de licenças e certificados, incluindo os necessários para a criação de empresas.

As reformas substanciais permitiram diminuir a corrupção e melhorar a qualidade das transacções empresariais. Em consequência, Cabo Verde tem conseguido obter bons resultados nos índices internacionais de governação. O Índice de Governação Africana Mo Ibrahim de 2010 (cobrindo 2008-2009) colocou Cabo Verde em quarto lugar num total de 48 países subsarianos[i]. Relativamente à corrupção, no *Índice de Percepção da Corrupção da Transparency International*, de 2010, o país situa-se em 45º lugar num total de 178 países, sendo o terceiro melhor da África Subsariana. Os indicadores de governação do Banco Mundial confirmam estes resultados. Com um resultado de 4.5 para a governação, também a Avaliação Política e Institucional por País do BAFD, de 2010, coloca Cabo Verde à frente do grupo de 40 países elegíveis no quadro do Fundo de Desenvolvimento Africano. Finalmente, os indicadores do programa Despesa Pública e Responsabilidade Financeira (DPRF), de 2008, demonstram que o ambiente fiduciário de Cabo Verde é globalmente robusto.

Apesar dos progressos conseguidos pelo Governo na resolução das fraquezas identificados no DPRF de 2008, existem ainda algumas vertentes da gestão financeira pública (GFP) que necessitam de reformas, particularmente a cobrança de impostos, que precisa de ser simplificada e reforçada, através de um novo código fiscal e aduaneiro; o Tribunal de Contas deve ter um papel reforçado; e a Inspeção-Geral de Finanças deve ser mais eficiente. Estas fraquezas têm sido analisadas, desde 2009, no quadro do PASRP II, do BAFD, e receberão agora atenção adicional na actualização do DPRF, prevista para 2012.

Gestão dos recursos naturais e meio ambiente

Cabo Verde já está a sentir os efeitos das alterações climáticas. Desde a década de 60 do século passado, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a sua temperatura aumentou em média 6 graus centígrados - e as projecções apontam para ainda mais aumentos. Ao mesmo tempo, a média de precipitação anual desceu (para 230mm/ano, abaixo da média subsariana), com a estação de chuvas a ficar mais pequena. Estima-se que o nível do mar suba entre 0.13 e 1.4 metros até ao final do século, o que terá um imenso impacto para a vida da população e em todos os sectores económicos.

O segundo Plano de Acção Nacional Ambiental (PANA II) tem um horizonte temporal de 10 anos (2004-2014). O objectivo geral do plano é dotar o país de uma estratégia de promoção de uma utilização racional dos recursos naturais e uma gestão sustentável das actividades económicas. A aplicação do PANA tem corrido bem no que respeita ao desenvolvimento de políticas e regulamentação sobre questões relativas ao ambiente, aos recursos naturais, à indústria, ao turismo, à água, etc. Está em preparação uma eco-taxa sobre embalagens não biodegradáveis.

As questões da água e do saneamento, no entanto, deveriam receber atenção acrescida, especialmente no contexto de uma abordagem integrada em relação a todo o sector. Cerca de 50% da população não tem saneamento básico (e 10% não tem sequer latrinas). Um dos problemas que tem dificultado uma abordagem mais eficaz destas questões é a fragmentação das políticas, elaboradas e aplicadas por diversas entidades (habitação, agricultura, recursos hidráulicos, etc.). A ausência de uma estrutura centralizada dificulta a optimização da despesa de instituições diversas e descoordenadas. Assim, o Governo deveria levar a cabo uma análise institucional específica para o sector da água e do saneamento, com uma definição cuidadosa dos critérios para a atribuição de responsabilidades.

As perspectivas de médio-prazo para o sector da água e do saneamento são positivas, particularmente em termos do aumento do acesso e da implementação das muito necessárias reformas institucionais. Em Fevereiro de 2012, os Estados Unidos atribuíram 67 milhões de USD a Cabo Verde, no quadro do Segundo Pacto da Conta de Desafios do Milénio (CDM), a maioria dos quais destinados a este sector. Espera-se que Cabo Verde alcance a



meta 7 dos ODM (sustentabilidade ambiental, com a meta 7C: «reduzir para metade, até 2015, a proporção de pessoas sem acesso sustentável a água potável e saneamento básico»).

Contexto político

O relatório de 2010 da Freedom House coloca Cabo Verde no topo dos países africanos no referente a liberdades civis, direitos políticos e estabilidade. O Estado de Direito e o princípio fundamental da separação de poderes entre o executivo, o legislativo e o judicial são comparáveis aos vigentes nos países desenvolvidos, confirmando que Cabo Verde é dos modelos africanos de democracia e boa governação. Existe liberdade de imprensa e a ausência de conflitos étnicos, políticos e religiosos fortaleceu a coesão sócio-cultural.

Uma característica particular do ambiente político aberto de Cabo Verde é a *casa do cidadão*. Com agências espalhadas pelo país e disponível *online*, a *casa do cidadão* assegura um vasto acesso à informação governamental, tanto relativamente às suas operações (como os dados fiscais), à administração (políticas de recrutamento), e a operações específicas (como iniciar um negócio ou tratar da carta de condução).

Na última década, o país teve cinco eleições presidenciais e legislativas. Todas ficaram marcadas por uma transição pacífica de poder, que agora está consolidada na cultura política do país. As últimas eleições legislativas decorreram a 6 de Fevereiro de 2011, numa atmosfera calma. O partido no governo – Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) – ganhou um novo mandato de cinco anos, com a oposição, o Movimento para a Democracia (MPD), a reconhecer publicamente a derrota. As eleições presidenciais decorreram a 7 de Agosto de 2011, com a segunda volta no dia 23 do mesmo mês. O vencedor foi Jorge Carlos Fonseca, do MPD. As eleições autárquicas de Fevereiro de 2012, tal como no passado, ficaram marcadas pela tranquilidade da campanha eleitoral.



Contexto Social e Desenvolvimento Humano

Desenvolvimento dos recursos humanos

Os motores subjacentes à formação e capacitação de recursos humanos têm sido as estratégias de redução da pobreza, formalizadas desde 1997, e que assumem actualmente a forma da Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (ECRP), cujo terceiro relatório será apresentado aos agentes interessados em 2012. A estratégia foi construída com base numa visão alargada da redução da pobreza, abrangendo diversos sectores e actividades.

Cabo Verde regista bons indicadores de alcance dos ODM. Poderá ser um dos apenas quatro países africanos a alcançar todas as metas em 2015. Os progressos mais significativos foram registados no OMD 1 (erradicação da pobreza extrema e da fome), com a descida da pobreza dos 39%, em 2000, para 26%, em 2009; no ODM 4 (redução da mortalidade infantil), com a mortalidade de crianças com menos de cinco anos a descer dos 39%, de 2000, para 20%, em 2009; e no ODM 7 (sustentabilidade ambiental), onde se regista um aumento no acesso a água potável (de 24%, no ano 2000, para 42%, em 2009).

Com a escolha do turismo como fonte principal de crescimento, e logo de emprego, o Governo estava consciente da necessidade de formação da força de trabalho, pois as correctas interacções a nível pessoal são essenciais para que esta política seja bem sucedida. Com este fim em vista, o Governo desenvolveu programas de formação profissional. Ao fazê-lo, estava a contribuir também para a prossecução de outro objectivo – formar recursos humanos, até 2015, capazes de contribuir, no sector da educação, para o aumento da escolaridade da população (ODM 2: escolaridade primária universal), com uma taxa de matrículas acima dos 90 por cento. Por outro lado, no sector da saúde, o governo pretende formar recursos humanos para aumentar a disponibilidade de serviços de diagnóstico, bem como a assistência para a redução da incidência de doenças (como a febre de dengue). No que diz respeito ao ODM 5 (saúde maternal), a taxa de mortalidade no parto desceu de 86 por mil, em 2000, para 15 por mil, em 2008.

Cabo Verde tem uma das mais elevadas taxas de literacia do continente (84.8%), perto da registada nas Maurícias (87.9%) e muito longe da média da África Subsariana (61.6%). Está bem situado em termos do número de anos de escolaridade (esperança de vida escolar), com uma estimativa de 12 anos (2009) entre o ensino primário e o secundário, estando entre os melhores exemplos africanos. Se o seu índice de educação, medido com a nova metodologia do PNUD, ainda é modesto, a expectativa de escolaridade (11.6) é das maiores do continente, está bem localizada em termos mundiais, por comparação com países como a República Dominicana (11.9), o Botsuana (12.2), as Maurícias (13.6) ou a Nigéria (8.9), e está à frente da média regional (9.2). Com mais de 100 mil alunos no ensino primário e secundário, Cabo Verde também tem um bom desempenho em termos da média regional da taxa bruta combinada de escolarização – com 68.1, está abaixo do valor das Maurícias (76.9) e do Botsuana (70.6), mas muito acima de países como o Gana (56.5), a Nigéria (53.0) e da média regional (53.5). Há paridade de género na educação: no ano lectivo 2009/10, houve 48% de matrículas femininas no ensino primário e 54% no secundário.

Redução da pobreza, protecção social e trabalho

Cabo Verde regista enormes progressos na redução da pobreza (um dos ODM). Para reforçar este sucesso, o Governo tem prestado especial atenção à protecção social, que tem sido utilizada como instrumento central para melhorar as condições de vida dos grupos mais vulneráveis. Com este fim em vista, o Governo tem concebido programas específicos para as áreas rurais e para as áreas urbanas. Nas zonas rurais, está actualmente a desenvolver o Programa Nacional de Redução da Pobreza em Áreas Rurais.

No entanto, Cabo Verde necessita de melhorar os seus indicadores sociais. O Índice de Desenvolvimento Humano de 2010 atribuiu ao país 0.534, ocupando a 118ª posição no conjunto de 169 países. No período 2000-2010, o índice subiu 7% o equivalente a uma subida média anual de apenas 0.6 por cento. Esta lenta melhoria demonstra que o Governo deve intensificar os esforços dirigidos aos sectores sociais, de forma a aumentar as condições de vida.

Para além da pobreza, o desemprego é o desafio fundamental. Se a política de estímulos fiscais prosseguida em 2010-2011 contribuiu para a manutenção de postos de trabalho – e a taxa de desemprego desceu de 13.1%, em 2009, para 10.7%, em 2010 – não teve impacto na questão fundamental da criação de emprego para os jovens que estão a entrar no mercado de trabalho. Os jovens (entre os 15 e os 24 anos) representam 50% da força de trabalho, e registam uma taxa de desemprego de 20.1% (2010). Com a actual situação internacional, que limitará a taxa de crescimento económico do país a médio-prazo, o Governo tem pela frente uma batalha: criar emprego e limitar as possíveis tensões sociais que possam emergir no seio de uma população jovem em busca de trabalho.

Perante o desafio do desemprego, o Governo contará com a ajuda de um sistema de segurança social



relativamente sólido. O sistema de protecção social de Cabo Verde cobre a velhice, a deficiência e a morte. O montante das contribuições é de 3% do salário bruto dos trabalhadores, tendo a entidade empregadora um encargo de 7%, ou 10% caso os empregados não sejam sindicalizados; a administração pública suporta o encargo total dos seus funcionários. A elegibilidade para a atribuição de pensões requer um mínimo de 15 anos de contribuições. O acesso a pensões de velhice está nos 65 anos, para os homens, e nos 60 anos, para as mulheres, e podem ser pagas no estrangeiro. As compensações aos trabalhadores são pagas desde 1978 e, desde 2004, é atribuído abono de família aos que estão empregados. Esta estrutura fez com que o fundo da segurança social mantenha um superavit anual entre 2 e 3% do PIB. Os significativos activos que acumulou concentram-se maioritariamente em depósitos bancários e títulos da dívida pública, e as autoridades têm consciência da necessidade de reforçar o quadro de gestão destes activos no futuro próximo. Importante é assegurar que estão devidamente fechados os vazios que permitem a pouco eficaz troca de meios financeiros entre o fundo e os bancos comerciais.

Igualdade de género

O estatuto das mulheres cabo-verdianas, especialmente em termos legais e no sistema educativo, tem melhorado com a aplicação do Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Género (PNIEG), com início em 2005. O PNIEG tem como objectivo alcançar uma maior coesão entre as diversas entidades que promovem a igualdade de género, sobretudo organizações da sociedade civil; implementar um sistema de análise e avaliação; e estudar as dinâmicas sociais que geram desigualdades entre homens e mulheres.

Os progressos mais relevantes foram alcançados na área social, particularmente na saúde e na educação, bem como na representação no Governo. A Constituição e os diversos códigos (penal, eleitoral, do trabalho e da família) proclamam a igualdade de género; no governo, desde 2008 que há paridade. Nos últimos anos, as mulheres aumentaram a sua participação em actividades produtivas, nomeadamente no turismo, na indústria do algodão e em micro-empresas.

Em consequência, registaram-se grandes progressos nos últimos 15 anos, com o Índice de Desenvolvimento Humano relativo ao Género (GDI) a subir dos 0.705 pontos, em 2008, para 0.723, em 2010, demonstrando a convergência entre homens e mulheres em capacidades básicas. As mulheres representam 51.6% da população total e 46% da população activa; gerem cerca de 46% dos agregados familiares.

A literacia nas mulheres adultas, porém, é mais baixo do que no caso dos homens, e ainda há impedimentos no acesso feminino a posições de responsabilidade, tanto no sector público como no privado.

Promoção do Emprego de Jovens

As estatísticas nacionais de Cabo Verde relativas ao desemprego ocultam uma situação séria no que diz respeito aos jovens. Enquanto em 2010 a taxa nacional era de 10.7%, subia para os 20.1% na faixa etária entre os 15 e os 24 anos, e no caso das mulheres entre 15 e 24 anos era de 25.5 por cento [i]. Para além da distorção intergeracional, existe igualmente uma grande disparidade intra-regional: os dois maiores centros urbanos (Praia e Mindelo) registam taxas de 14.8 e 11.3%, respectivamente, enquanto a Boavista, destino turístico, registava apenas 5.7%, em 2010[ii]. Neste contexto, é preocupante que as taxas de desemprego não tenham mostrado uma tendência de queda expressiva, mesmo num quadro de forte crescimento, registado desde 2001. Como mencionado mais à frente, a desadequação do mercado de trabalho entre a oferta e a procura são a explicação mais relevante para este pobre desempenho.

Os jovens que procuram emprego em Cabo Verde beneficiam de alguns programas de apoio que fazem com que a busca de trabalho seja um obstáculo moderado; os verdadeiros problemas são o actual lento crescimento económico e as reduzidas poupanças internas. Para além disso, existe uma sub-oferta de competências de trabalho qualificado. Isto mesmo é exemplificado pelo facto de a elevada taxa de crescimento económico das últimas duas décadas não ter reduzido *pari passu* o desemprego, especialmente entre os jovens. Pelo contrário, a mão-de-obra qualificada está a ser importada (da África Ocidental, de Portugal e mesmo da Ásia do Sul), especialmente em sectores como a construção e os serviços de engenharia. São necessárias, assim, acções de adequação dos *curricula* no ensino superior, bem como em programas de formação que reduzam a desadequação das competências e supram a ausência de oferta de mão-de-obra qualificada.

A falta de informação que grassa entre os que procuram trabalho (e não são apenas os jovens) é um obstáculo de monta, a médio-prazo, na preparação dos jovens para o mercado de trabalho. Impede os jovens de optimizarem as escolhas de áreas de estudo e/ou formação, e leva as empresas a preferir manter a flexibilidade, não contratando trabalhadores a tempo inteiro. As empresas tendem a contratar quem procura o primeiro emprego como estagiários, à experiência, antes de lhes oferecerem um contrato.

Tanto o Governo como os parceiros de desenvolvimento estão envolvidos em programas para melhorar a situação do emprego jovem, mas a cobertura ainda é muito limitada. As cinco principais entidades que promovem o emprego jovem são:

- i. O Programa de Formação e Emprego Jovem (desde 1993), dirigido fundamentalmente a jovens (14 a 24 anos) que não têm uma escolaridade regular.
- ii. O Programa Nacional de Estágios Profissionais tem como objectivo aumentar as capacidades dos que procuram o primeiro emprego, recém saídos das escolas.
- iii. O Intercâmbio de Emprego Qualificado é um serviço *online* que procura pôr em contacto a procura e a oferta de emprego, tanto no sector público como privado (não se restringe aos jovens)
- iv. O Programa Nacional de Estágios Profissionais no Sector Público dirige-se aos jovens detentores de grau universitário ou de ensino superior.
- v. O programa Business Bureau apoia os jovens na abertura e gestão de um negócio.

Uma sexta iniciativa, a Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde, ficou operacional em 2011, com o objectivo específico de formação especializada de jovens para a entrada na indústria do turismo.

Resumindo, a informação disponibilizada pelo Governo ainda é demasiado limitada para ajudar efectivamente a maioria dos que procuram o primeiro emprego. Ao mesmo tempo, as entidades que existem apenas cobrem uma pequena parcela do mercado relevante para os jovens.

Notas

[i] FMI, IMF Country Report 12/29, Fevereiro de 2012.

[ii] Banco de Cabo Verde (BCV), 2012.

[iii] Não estão disponíveis dados fiáveis em relação à agricultura com sistema de irrigação gota a gota e o Ministério da Agricultura não consegue estimar o peso real do sector primário na economia.



[iv] Os seus pilares são:(i) boa governação; (ii) eficácia e equidade; (iii) capital humano; (iv) competitividade para um crescimento liderado pelo sector privado; (v) gestão de infra-estruturas e de utilização da terra; e (vi) coesão social.

[i] Estes programas melhoraram significativamente o ambiente de negócios, fazendo com que as actividades do sector privado, de uma forma geral, e particularmente os sectores da construção e do turismo, beneficiassem de um aumento substancial de IDE.

[ii] Cabo Verde é agora um dos poucos países do mundo onde as empresas podem ser criadas e licenciadas em menos de 24 horas, no quadro do bem sucedido programa *Empresa no Dia*.

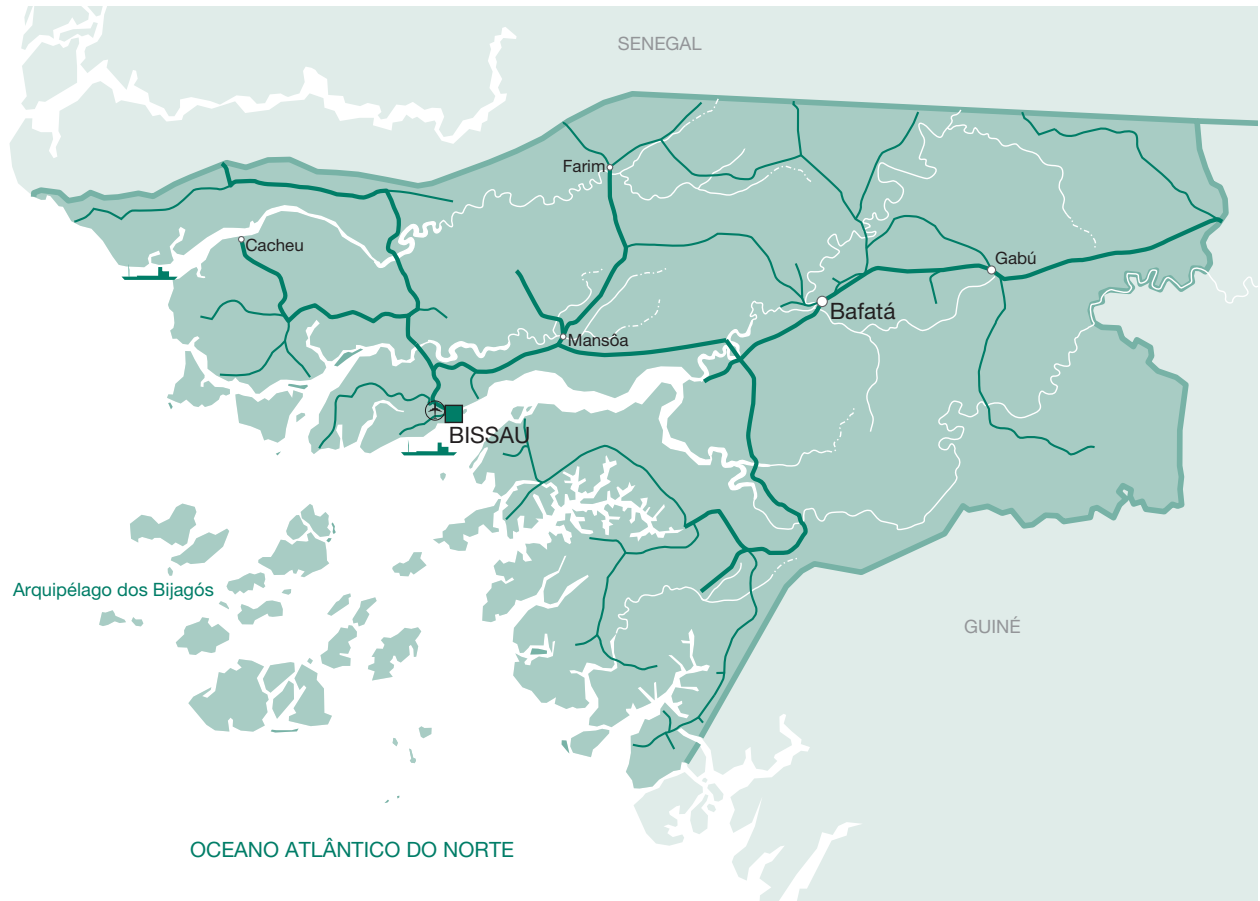
[i] O antigo Presidente de Cabo Verde, Pedro Verona Pires, ganhou o prémio de liderança Africana, no valor de 5 milhões de USD, atribuído pela Fundação Mo Ibrahim, por ter transformado o seu pequeno país num modelo de democracia e estabilidade. Além do mais, ele ganhou o prémio por se ter retirado, após concluir o seu segundo mandato presidencial, desprezando as sugestões de revisão constitucional para lhe permitir concorrer novamente à presidência.

[i] Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), *Inquérito ao Emprego 2009*.

[ii] Instituto Nacional de Estatística (INE), *Os Dois Extremos de Desemprego*, 6 de Julho de 2011.

Guiné-Bissau

2012



- Porto comercial
- Aeroporto
- Estrada principal

- Capital (1 530 000 hab., 2009)
- mais de 20 000
- mais de 10 000
- mais de 5 000

0 km 12 24 36km

Este mapa é para fins ilustrativos e não envolve reconhecimento de estado ou soberania sobre todo o território abrangido.



Guiné-Bissau

- O crescimento económico acelerou em 2011 tendo atingido 5.1%. No entanto, o declínio esperado das exportações de castanha de caju afectará negativamente a economia em 2012 e 2013.
- Os esforços com vista à estabilização das condições económicas prosseguiram através da mobilização acrescida das receitas fiscais e do controlo das despesas com salários e com bens e serviços.
- O desemprego afecta cerca de 30% dos jovens da Guiné-Bissau. A instabilidade política associada à fragilidade económica e ao desfasamento entre a formação e as necessidades económicas do país têm contribuído para o agravamento deste fenómeno.

Visão global

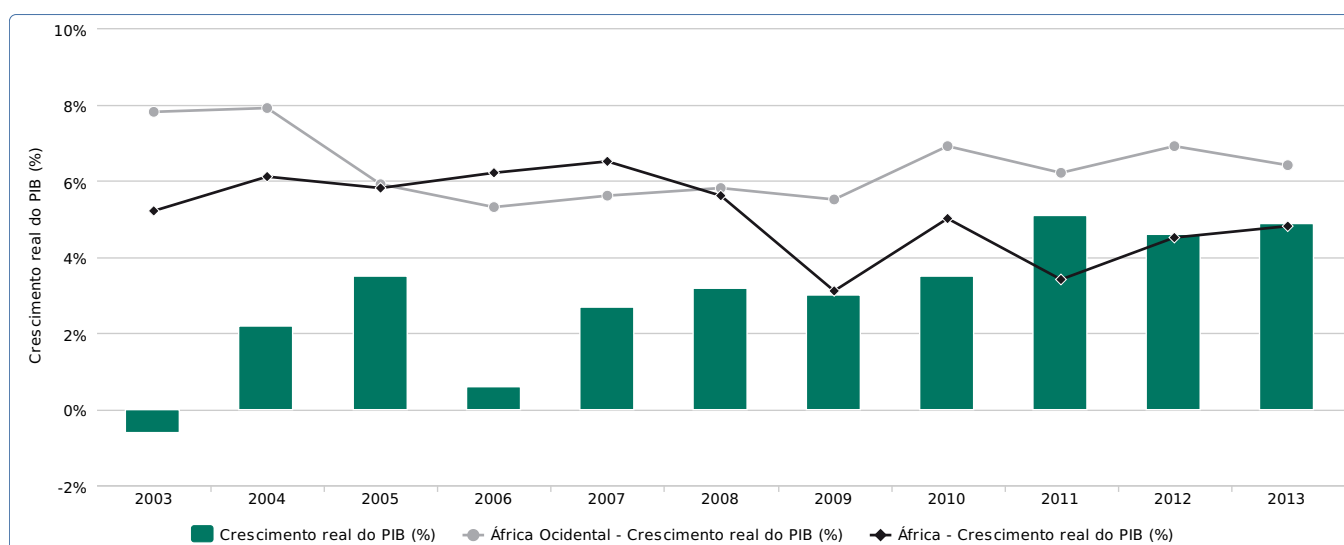
A Guiné-Bissau registou um notável desempenho económico em 2011. Em termos macroeconómicos, a taxa de crescimento do PIB atingiu 5.1% (contra 3.5% em 2010) impulsionada pelas exportações, em particular de castanha de caju. Este fruto oleaginoso foi responsável por quase 81% das exportações do país, no período 2009/2010, e atingiu 90% em 2011 devido a uma colheita excepcional. No entanto, com a crise da dívida na Europa, espera-se uma queda dos preços mundiais deste produto e, em consequência, o crescimento deve cair para 4.6% em 2012 e 4.9% em 2013.

A inflação, que atingiu 4.6% devido à alta registada nos preços das importações, deverá baixar em 2013 de modo a situar-se abaixo da norma de 3% estabelecida pela União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA). No plano das finanças públicas, o défice orçamental cresceu 1.6% do PIB. Com os esforços para controlar as despesas e mobilizar receitas, o défice deve recuperar em 2012, atingindo 0.2%. O défice na balança de transacções correntes melhorou em 2011, representando 6.7% do PIB. No entanto, deverá deteriorar-se em pelo menos 1 ponto percentual do PIB em 2012 e em 2013.

No plano político, uma tentativa de golpe de Estado teve lugar a 26 de Dezembro de 2011. Os líderes do golpe foram detidos e presos. Desde a morte do ex-presidente Malam Bacai Sanhá, em 9 de Janeiro de 2012, Raimundo Pereira, presidente da Assembleia Nacional, assegura interinamente a presidência até à realização de eleições presidenciais antecipadas, de acordo com a Constituição. No início do ano, os militares comprometeram-se a respeitar a ordem constitucional. As eleições estão marcadas para 18 de Março de 2012.

No que diz respeito ao emprego dos jovens, não existe um dispositivo apropriado para o registo dos desempregados, pelo que as estatísticas existentes não são fiáveis. No entanto, com base nos dados disponíveis, a taxa de desemprego entre os menores de 30 anos andarà em torno dos 30%. Vários fatores concorreram para acentuar este fenómeno, nomeadamente: a instabilidade política, a fragilidade económica e a não criação de emprego no sector público, na agricultura e nos serviços. O Governo está a trabalhar, com o apoio de vários doadores, para reduzir a dimensão deste flagelo através da implementação de políticas adequadas. O Fundo mundial para a criação de emprego nos Estados frágeis em conflito está numa fase embrionária. As experiências de reinserção social de ex-combatentes na Guiné-Bissau e noutros cinco Estados em situação de pós-conflito, servirão de base à sua criação.

Figura 1: Crescimento real do PIB (%) (Occidental)



Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932618937>

Tabela 1: Indicadores Macroeconômicos (2012)

	2010	2011	2012	2013
Crescimento real do PIB	3.5	5.1	4.6	4.9
Crescimento real do PIB per capita	1.4	3	2.5	2.8
Inflação medida pelo IPC	2.2	4.6	3.4	1.9
Saldo Orçamental % PIB	-0.2	-1.6	-0.2	-1.2
Balança Corrente % PIB	-7.6	-6.7	-7.7	-7.9

Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932602312>



Desenvolvimentos recentes e perspectivas

Tabela 2: PIB por setor (em percentagem) 2012

	2006	2011
Agricultura, silvicultura, pesca e caça	43.6	40.3
Agricultura, pecuária, silvicultura e pesca	-	-
Da qual agricultura	-	-
Minas e extração	0	0
Do qual petróleo	-	-
Indústrias manufactureiras	12.4	10.7
Electricidade, gás e água	0.5	0.4
Electricidade, água e saneamento	-	-
Construção	0.9	1.4
Comércio por grosso e a retalho, hotéis e restaurantes	20.8	19.3
Dos quais hotéis e restaurantes	-	-
Transporte, armazenagem e comunicação	4.7	5.2
Transporte e armazenagem, informação e comunicação	-	-
Finanças, imobiliárias e serviços prestados às empresas	0.2	8.4
Intermediação financeira, serviços imobiliários, empresariais e outras actividades de serviços	-	-
Serviços de administração pública	11.1	10
Administração pública e defesa, segurança social, educação, saúde e assistência social	-	-
Administração pública, educação, saúde	-	-
Administração pública, educação, saúde e outros serviços sociais e pessoais	-	-
Outros serviços comunitários, sociais e pessoais	-	-
Outros serviços	5.8	4.2
Produto interno bruto a preços base/factor custo	100	100
Comércio por grosso e a retalho, hotéis e restaurantes	-	-

Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932620913>

A Economia da Guiné-Bissau baseia-se principalmente na exploração dos recursos naturais. Com efeito, a agricultura, a silvicultura, as pescas e a pecuária contribuíram, em 2010, para 40.3% do PIB. Seguem-se o comércio (19.3%), os serviços da administração pública e a indústrias manufactureiras, cada uma representando 10% do PIB.

A Guiné-Bissau tem um potencial económico considerável devido aos seus recursos naturais e à existência de alguns sectores ainda inexplorados. Assim, o desenvolvimento do turismo poderá permitir a criação de empregos para os jovens e especialmente para as mulheres. Apesar da sua já alta participação no PIB, a agricultura, as pescas, as minas e a horticultura poderiam ser melhor exploradas e permitir uma maior rentabilidade. De facto, o clima e as características dos solos da Guiné-Bissau permitem uma gama diversificada

de culturas de rendimento (caju, amendoim e algodão), de frutos (manga, banana, citrinos, papaia, ananás, etc.), de vegetais e tubérculos (mandioca e batata doce). Existem mais de 300.000 hectares de terras apropriadas para o cultivo de arroz insuficientemente aproveitadas, o que obriga a Guiné-Bissau a importar 50.000 a 65.000 toneladas de arroz por ano. Uma exploração mais integrada das diferentes fileiras de produtos, através de um melhor ambiente de negócios, pode gerar valor acrescentado industrial através de actividades tais como o processamento de castanha de caju ou a produção de sumos de frutas. As pescas desempenham, igualmente, um importante papel económico no país. Este sector contribui para o PIB com 4% e emprega 120.000 trabalhadores.

Mas a economia é pouco diversificada e depende, essencialmente, da castanha de caju que representou 90% das exportações em 2011 (contra 81% na campanha de 2009/2010), devido às chuvas e a uma colheita excepcional. Dos 115.5 mil milhões de XOF das exportações, em 2011, este fruto oleaginoso representou 103.4 mil milhões de XOF.

Em 2011, o crescimento económico foi de 5.1%, impulsionado pelas exportações, que contribuíram com 14.4% para a formação do PIB. Devido às dificuldades porque passa a dívida europeia e às consequências económicas da crise mundial, a procura e o preço da castanha de caju vão baixar. De 1.350 USD por tonelada, deve cair para 1.130,6 USD em 2012 e 1.121,3 USD em 2013. Ao que se seguirá um declínio nas exportações para 13.9% e 13.7%, respectivamente, em 2012 e 2013. A contribuição das exportações para o crescimento deverá evoluir de 3.7% em 2011, para 0.1% em 2012 e 1.6% em 2013. Como consequência, o crescimento económico passará para 4.6% em 2012 e, em seguida, para 4.9% em 2013.

O sector agrícola é o principal empregador na Guiné-Bissau (65% do emprego total) e o declínio do desempenho das exportações em 2012 e 2013 poderá, portanto, ter efeitos adversos sobre o emprego. Mas a perspectiva de investimento estrangeiro nas infra-estruturas do país, à imagem dos trabalhos de construção do porto de águas profundas de Buba a sul de Bissau, e as oportunidades de emprego que representam, poderão atenuar esses efeitos.

Muitos desafios permanecem por ultrapassar com vista à diversificação bem-sucedida da economia. A interferência recorrente da hierarquia militar na vida política impede os benefícios decorrentes da recuperação económica que se iniciou em 2007, enfraquece o processo democrático, promove a instabilidade política e poderá mesmo prejudicar as reformas previstas no âmbito do Documento da Estratégia Nacional para a Redução da Pobreza (DENARP II / 2011-2015). A fraca capacidade institucional, a insuficiente diversificação da economia e a sua vulnerabilidade a choques, a deficiência em infra-estruturas - especialmente no sector da energia - e um fraco sistema de gestão das finanças públicas terão de ser atenuados.

Outros desafios importantes dizem respeito à racionalização da execução e do controlo orçamental bem como ao reforço da mobilização das receitas. Sobre este último ponto, é importante conseguir a aplicação das disposições fiscais e aduaneiras, alargar a base tributária - incluindo os impostos sobre a propriedade e as terras - e agilizar e controlar as isenções aduaneiras e fiscais. O objetivo é igualmente assegurar receitas através da centralização da sua cobrança na Direcção-Geral das Contribuições e Impostos (DGCI) e desenvolver mecanismos e procedimentos acelerados para a implementação do IVA. Em matéria das despesas, o objectivo será melhorar o controlo interno (inclusive no que diz respeito à qualidade do serviço prestado) e o controlo externo exercido pelo Tribunal de Contas.



A política macroeconómica

Política orçamental

A política de contenção orçamental aplicada em 2010 e 2011 permitiu mobilizar mais receitas e, ao mesmo tempo, o controle das despesas com salários e com bens e serviços. De facto, com as medidas de modernização da administração tributária, as receitas fiscais aumentaram de 7.9% do PIB, em 2010, para 8.2%, em 2011. Com o país comprometido com a implementação destas reformas, com o apoio de doadores - incluindo o Banco Africano de Desenvolvimento e o Fundo Monetário Internacional - a carga fiscal estabilizará em 8.2% do PIB em 2012 e 8.1% em 2013. A política de contenção da despesa levou o Governo a reduzir a parcela salarial de 4.9% do PIB em 2010 para 4.6% em 2011. Aquela parcela permanecerá em 4.6% do PIB em 2012 e 4.7% em 2013. Com o concomitante controlo das despesas, excluindo salários - nomeadamente de bens e serviços que estabilizaram em 2.2% do PIB em 2011 e em 2.3% até 2013 -, o Governo vai cobrir uma parcela crescente das suas despesas através das suas receitas internas, o que reflecte uma crescente capacidade para absorver os choques externos.

A adesão do país à Zona Franco é um factor que favorece a política orçamental restritiva e a política de convergência no seio da UEMOA. No entanto, o saldo primário sofreu uma ligeira deterioração em 2011 (1.5% do PIB), devido a determinadas despesas efectuadas após o ponto de conclusão da dívida, em Dezembro de 2010 (pagamento de atrasados ao sector privado, despesas de funcionamento, material de escritório e outras despesas correntes para um melhor desempenho dos quadros da administração). Os níveis projectados do saldo primário estarão próximos de zero, na ordem de 0.1% em 2012 e 0.7% em 2013. O orçamento de 2011 é consistente com as prioridades de médio prazo do Governo, tal como reflectido no Documento da Estratégia Nacional para a Redução da Pobreza (DENARP II / 2011-2015). As políticas e prioridades com acento na redução da pobreza estão refletidas no orçamento que foi elaborado em consulta com os ministérios envolvidos.

O nível actual da carga tributária (8.2% do PIB), apesar de ter aumentado 0.3 pontos em relação a 2010 (7.9%) ainda é muito baixo quando comparado com o mínimo de 17% exigido no quadro dos critérios de convergência da UEMOA. No corrente ano, as medidas tomadas ao abrigo do programa de reforma incluem: melhoria do desempenho fiscal e aduaneiro (redução das isenções, reintegração progressiva de taxas e impostos sobre as importações de produtos-chave - arroz, trigo, açúcar, cimento e outros materiais de construção - aumento da base de incidência) e o reforço da administração (informatização, número de identificação fiscal, controlo fiscal e aduaneiro). Os níveis esperados da carga tributária para 2012 e 2013 são, respectivamente, 8.2% e 8.1%.

No quadro do plano de acções prioritárias para a gestão das finanças públicas, o país publica relatórios trimestrais relativos à execução orçamental e estabelece as operações de contabilidade financeira do Estado. Pela primeira vez em vinte anos, o Governo solicitou a certificação, pelo Tribunal de Contas, das contas do Estado para os exercícios de 2009 e 2010. O Governo comprometeu-se, com o apoio de doadores, incluindo o Banco Africano de Desenvolvimento, a continuar as reformas em 2012 e 2013.

Tabela 3: Finanças Públicas (em percentagem do PIB) 2012

	2003	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Receitas Totais e Donativos	13	30.5	16.7	23.7	24.7	20.2	19.2	21.3	21.3
Receias fiscais	4.4	11.2	5.7	5.5	6.7	7.9	8.2	8.2	8.1
Receitas do Petróleo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Donativos	5.3	11.5	8.2	14.5	15.7	9.6	8.2	10.3	10.4
Despesas totais e empréstimos netos (a)	19.2	39.9	22	24.5	21.1	20.4	20.8	21.5	22.5
Despesas Correntes	12.6	28.1	16.1	13.9	11.9	11.8	11.8	11.9	12.4
Excluindo Juros	10.1	25.1	14.4	12	11.5	11.6	11.6	11.8	11.9
Remunerações e Salários	5	12.4	6.6	5.4	5.2	4.9	4.6	4.6	4.7
Juros	2.5	3.0	1.7	1.9	0.5	0.2	0.1	0.1	0.5
Balança Primária	-3.6	-6.5	-3.7	1.1	4.1	0	-1.5	-0.1	-0.7
Balança Global	-6.2	-9.5	-5.4	-0.8	3.6	-0.2	-1.6	-0.2	-1.2

Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932621901>

Política monetária

A política monetária é conduzida pelo Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO), a nível regional, tal como nos outros países da UEMOA. A adesão do país à Zona Franco, com as suas regras restritivas em matéria de política fiscal e os seus limites para o financiamento monetário do défice, ajuda a manter a estabilidade dos preços. Com efeito, a taxa de inflação foi de 4.6% em 2011, contra 2.2% em 2010, devido à subida dos preços dos bens alimentares importados. O efeito deste aumento deverá esbater-se em 2012 o que irá desacelerar um pouco a inflação. Além disso, o Governo, com o apoio do Banco Oeste-Africano de Desenvolvimento (BOAD, tomou medidas para limitar a factura das importações de arroz, nomeadamente através da decisão de investir na produção local.

Cooperação económica, integração regional e comércio

A política comercial está enquadrada nas recomendações da UEMOA, de orientação bastante liberal, com previsibilidade e transparência do regime tarifário. A Guiné-Bissau aplica a tarifa externa comum (TEC) da UEMOA sobre os todos os produtos importados. A TEC dispõe de quatro categorias tarifárias com uma taxa máxima (excepto para álcool e tabaco) limitada a 20%. Graças à remobilização de parceiros técnicos e financeiros (PTF) em torno do seu programa de reformas económicas e de segurança, o país está a organizar-se para combater a corrupção e o tráfico de produtos ilícitos e perigosos. Além disso, o Governo procedeu, em Março de 2011, à supressão do preço de referência do açúcar e, no final de Junho de 2011, ao aumento do preço de referência do gasóleo. Para as exportações, um imposto de 50 XOF / kg, sobre a castanha de caju, foi recentemente criado.

Em 2011, as exportações representaram 14.4% do PIB, enquanto as importações atingiram 24.4% do PIB, ou seja, registou-se um défice comercial de 10%. Este saldo aumentará ligeiramente para 11% em 2012 e 10.9% em 2013 devido à queda mencionada anteriormente das exportações (ver desenvolvimentos recentes e perspectivas) e do aumento das importações. De facto, enquanto as exportações vão diminuir para 13.9% em 2012 e 13.7% em 2013, as importações vão subir para 24.9% em 2012 e 24.6% em 2013. Da mesma forma, o rendimento dos factores bem como as transferências correntes vão diminuir, passando de 8.2% do PIB em 2011, para 7.9% em 2012 e 7.4% em 2013. Consequentemente, o saldo da conta corrente, que tinha melhorado ligeiramente em 2011 (6.7% do PIB), irá deteriorar-se um ponto percentual para 7.7% do PIB em 2012 e 7.9% em 2013.

A ajuda pública é coordenada pelo Ministério da Economia, do Plano e da Integração Regional (MEPIR) em



colaboração com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). Além disso, uma comissão de coordenação da ajuda pública ao desenvolvimento foi criada para institucionalizar as práticas acima definidas e otimizar a ajuda externa recebida. Em Agosto de 2010 o país aderiu à Declaração de Paris sobre a eficácia da ajuda ao desenvolvimento. É também um dos signatários do New Deal de Busan, de Dezembro de 2011, o primeiro acordo a considerar a promoção do desenvolvimento sustentável em países em situações de conflito e frágeis.

No que diz respeito ao apoio orçamental, a coordenação é assegurada no âmbito do quadro de concertação dos apoios orçamentais (CCAB), em vigor desde Fevereiro de 2009, e cujos membros (Governo e TPF) se reúnem formalmente trimestralmente. Novos parceiros como a China e a Índia, países emergentes, estão a ganhar cada vez mais importância nos últimos anos e participam em certas reuniões como parceiros do desenvolvimento.

De acordo com o relatório sobre a cooperação e desenvolvimento, produzido em Fevereiro de 2011 pelo Governo, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do BAfD (baseado nos desembolsos para o período 2007-2009), a ajuda multilateral representa 79% do total da ajuda e a ajuda bilateral 21%. Os principais actores são a União Europeia (36%), o Sistema das Nações Unidas (24%), o Banco Mundial (12%), Portugal (11%), Espanha (10%), o Banco Africano de Desenvolvimento (4%) e o Fundo Mundial da luta contra a SIDA, a Tuberculose e o Paludismo (3%). O relatório identifica nove sectores principais cobertos por doadores: a governação, as infra-estruturas, a educação, a saúde, a ajuda de emergência, o desenvolvimento económico, a agricultura, o ambiente e o apoio ao orçamento.

Em 2010, Angola anunciou que iria anular a dívida da Guiné-Bissau, estimada em 39 milhões de USD. O então presidente, Malam Bacai Sanhá, anunciou ao país uma relação "estratégica" com o seu vizinho angolano no momento em que o ministro dos Negócios Estrangeiros de Luanda anunciou nas Nações Unidas uma contribuição de 30 milhões de USD para a reforma do sector da segurança (RSS). Esta contribuição destina-se a reestruturar o exército, a polícia, a justiça e as guarnições.

Neste contexto, um último grupo de 350 polícias estagiários partiram para Angola, em Dezembro de 2011, para receber formação. Em Outubro daquele ano, vários altos dirigentes dos ministérios angolanos foram recebidos em Bissau. A delegação foi chefiada pelo ministro da Geologia, das Minas e da Indústria, e integrou o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, o Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o Secretário de Estado Tesouro e o Vice-Ministro da Comunicação Social. Eles anunciaram um apoio orçamental de 12 milhões de USD e a abertura de uma linha de crédito de 25 milhões de USD para financiar o sector privado. Angola exerce também influência através do investimento nos media. Além disso, Angola tem um plano de investimento estimado em 500 milhões de USD, dos quais pouco mais de 320 milhões destinados à construção de um porto de águas profundas em Buba, a sul de Bissau.

Alguns parceiros internacionais, felicitam-se por existirem, pela primeira vez em muitos anos, tropas estrangeiras no terreno. Embora o acordo bilateral não tenha sido tornado público, esta missão oferece, de facto, uma proteção às autoridades civis face aos militares da Guiné-Bissau.

Tabela 4: Balança Corrente (em percentagem do PIB) 2012

	2003	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Balança Comercial	-2.5	-16.6	-4.1	-8.4	-9.5	-8.4	-10	-11	-10.9
Exportação de bens (f.o.b.)	13.4	17.6	10.6	15.2	14.3	14.5	14.4	13.9	13.7
Importação de bens (f.o.b.)	15.9	34.2	14.7	23.6	23.8	23	24.4	24.9	24.6
Serviços	-6.5	-11.4	-6.7	-4.9	-4.8	-4.7	-4.4	-4.3	-4
Rendimento dos Factores	-2.4	-1.8	-1.5	-1.7	-1.6	-1.5	-0.4	-0.4	-0.3
Transferências Correntes	8.4	19.6	7	11.6	11.5	6.9	8.2	7.9	7.4
Balança Corrente	-3	-10.2	-5.3	-3.4	-4.5	-7.6	-6.7	-7.7	-7.9

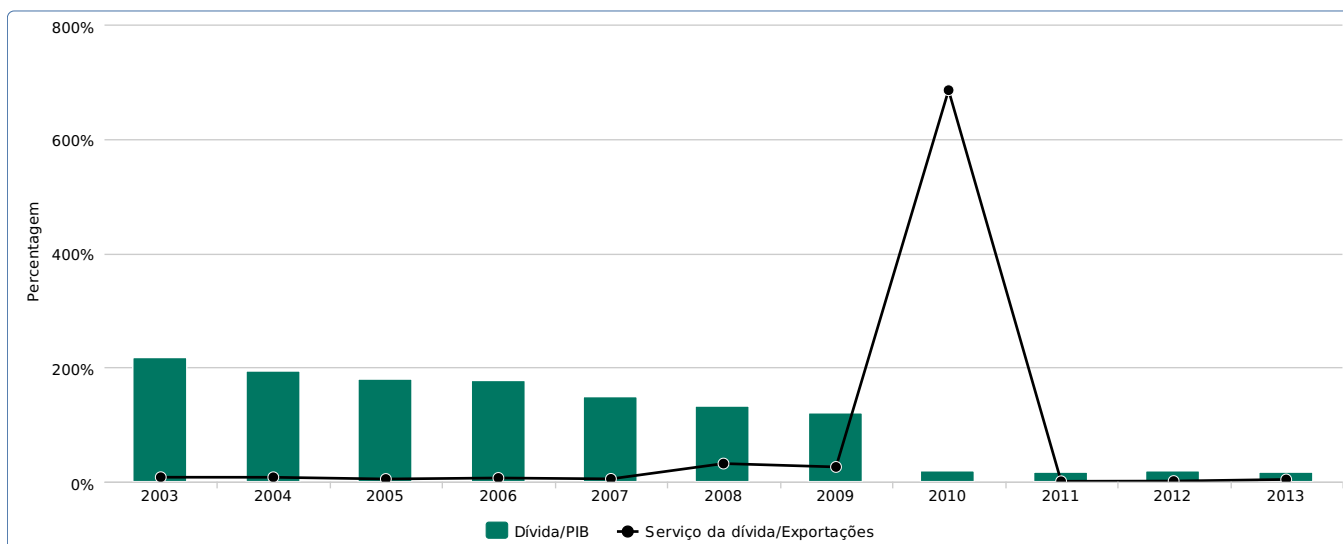
Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932622889>

Política da Dívida

O valor actual líquido da dívida externa em termos de exportações passou de 134.6%, no final de 2010, para 50.4% em 2011, em resultado de o país atingir o ponto de conclusão da iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC) em Dezembro de 2010. As projeções para 2012 e 2013 apontam para, respectivamente, 72.1% e 72.8% das exportações. A análise mostra que a dívida é sustentável, mas para manter este nível será necessário que os novos empréstimos sejam concessionais: o que significa incluírem uma parte significativa de donativos. O *stock* nominal da dívida pública, incluindo atrasados, diminuiu para 43.7% do PIB, em 2011, dos quais 17.5% de dívida externa e 26.2% de dívida interna. Esta baixa irá continuar em 2012 e 2013 para atingir, respectivamente, 42.1% e 39.8% do PIB. A dívida interna também diminuirá de 24.3% do PIB, em 2012, para 22.1%, em 2013. O Governo prosseguirá a sua estratégia de médio e longo prazo de depuração de atrasados internos anteriores a 1999 (3% do PIB) e relativos ao período 2000-2007 (18.4% do PIB). O Governo preparou, ainda, um plano de acção para melhorar a gestão da dívida. O país beneficia de assistência técnica através do sistema SYGADE da CNUCED.

Figura 2: Dívida externa total (percentagem do PIB) e serviço da dívida (percentagem das exportações de bens e serviços) 2012



Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932618937>



Governança económica e política

Sector Privado

Devido à política liberal de desenvolvimento e do princípio da livre concorrência no seio da UEMOA, da perfeita convertibilidade da moeda e da livre transferência dos lucros, não existem restrições reais ao investimento na Guiné-Bissau. No entanto, o ambiente de incerteza constitui um obstáculo ao desenvolvimento do sector privado. Entre os principais factores estão: a instabilidade política, a complexidade e a duração dos processos administrativos assim como o custo proibitivo a suportar para criar uma empresa.

O progresso tem sido alcançado principalmente através da criação, em 2011, do balcão único para as formalidades das empresas, financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento, em colaboração com o PNUD e o Banco Mundial. O balcão único funciona de modo satisfatório desde Maio de 2011. Estes avanços conduziram o país para a 176ª posição entre 183, ou seja registou uma melhoria de 5 lugares, de acordo com o Relatório Doing Business 2012, do Banco Mundial.

O país comprometeu-se a continuar as reformas apoiadas pelo conjunto dos doadores. Estas medidas incluem a aprovação de um decreto que estabelece a criação de uma agência para promoção do investimento privado abrangendo todas as estruturas de enquadramento do sector privado incluindo, em particular, o centro de formalização de empresas (o balcão único acima mencionado) e a unidade responsável pela gestão das parcerias público-privadas. As medidas incluem ainda a aprovação, pelo Conselho de Ministros, de um projecto de lei sobre as parcerias público-privadas. Finalmente, essas reformas incluem o desenvolvimento de uma estratégia nacional de diversificação e transformação económica, baseada em dois pilares principais: a identificação e desenvolvimento de sectores promissores (pescas, castanha de caju...) de acordo com sua contribuição para o aumento das exportações e do seu potencial de crescimento e emprego; a promoção do investimento destinado ao reforço e eficiência das infra-estruturas, especialmente uma política de desenvolvimento do transporte multimodal.

Sector Financeiro

O sistema financeiro é composto por quatro bancos, duas companhias de seguros e uma dezena de sociedades financeiras descentralizadas (SFD). A estabilidade do sector é garantida pela supervisão e controle assegurados pelo BCEAO que dirige a política monetária e financeira da UEMOA e pela comissão bancária. A supervisão das SFD é igualmente realizada através de uma regulamentação da União.

Mas o carácter informal da economia deixa os bancos em situação de excesso de liquidez. Na verdade, poucas empresas são capazes de fornecer os documentos necessários para a obtenção de crédito. Os actores do sector privado não correspondem às normas exigidas pelos bancos. Portanto, estes têm poucas oportunidades para emprestar ao sector privado. O verdadeiro problema é a capacidade dessas instituições para alcançar o seu objectivo, a saber: apoiar eficazmente as empresas, a fim de tornar os seus projetos rentáveis para os investidores. O excesso de liquidez do sistema bancário também é indicativo de um processo judiciário inadequado que não permite mobilizar facilmente hipotecas e garantias sobre os empréstimos.

O acesso aos serviços financeiros continua a ser difícil, mas com a concorrência entre os quatro bancos, regista-se uma melhoria relativa da situação. Apesar disso, os empréstimos ao sector privado permanecem em número reduzido, na ordem de 10.4% do PIB, em 2011, contra 16.1% para a média dos países da UEMOA. Para 2012, o nível esperado de crédito é de 10.7% do PIB. Em 2011, o crédito malparado era de 5%, contra 7.6% para todos os países da UEMOA. Essa baixa taxa de crédito malparado e de crédito ao sector privado em relação aos países vizinhos é revelador da prudência observada pelos bancos num ambiente de fracasso global do sistema judicial.

Gestão do sector público, instituições e reformas

Teoricamente, a legislação em vigor protege o direito à propriedade, mas o país carece de meios para fortalecer as instituições e os mecanismos responsáveis por controlar e monitorar a aplicação das leis. Como parte das várias reformas, incluindo o sector da segurança e defesa (reestruturação, a profissionalização do exército e a polícia), o Governo toma medidas para uma melhoria gradual da gestão do sector público e da capacidade das instituições. Estes desenvolvimentos são apoiados por Angola, que intensificou a sua participação através de formação e melhoria das condições de vida e de infra-estruturas para a polícia e forças armadas.

A reforma visa, entre outros objectivos, racionalizar os efectivos do exército (4.500) e inverter a sua estrutura actual (3.100 oficiais e 1.400 soldados). O objectivo do Governo é reduzir o contingente para 3.500 homens com, no máximo, 30% de oficiais na sequência das saídas por reforma ou desmobilização. Um documento, aprovado pela CEDEAO e pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), prevê a saída de 2.500 militares para a reforma, entre 2012 e 2015.

Um dos riscos da reforma do sistema da segurança e defesa reside no facto de que o pessoal saído do exército possa pegar em armas se não encontrar uma actividade geradora de rendimento. Esse risco será atenuado através da criação de um fundo de pensões previsto no âmbito do financiamento de pensões de ex-militares. Com o mesmo objectivo, o fundo para a consolidação da paz das Nações Unidas (PNUD, OIT, FAO, UNICEF, PAM, UNESCO) lançou, em Junho de 2011, um projecto para apoiar a criação de emprego e rendimento com vista à integração dos desmobilizados na vida activa.

No que respeita à gestão económica e à luta contra a pobreza, as prioridades, depois do ponto de conclusão da dívida, focalizam-se no fortalecimento da gestão das finanças públicas - incluindo a liquidação de atrasados - e na continuação das reformas estruturais para o desenvolvimento do sector privado com vista ao crescimento e à criação de empregos e redução da pobreza.

Confrontado com o peso da massa salarial, que ainda responde por quase 40% das despesas orçamentais, e na sequência do recenseamento dos funcionários públicos, o Governo adoptou, em 2011, um plano de acção com vista a reduzir o número de funcionários públicos, fortalecer as suas qualificações e melhorar as suas condições de trabalho. Essas medidas incluem a aposentação de todos os funcionários com mais de 65 anos, a reintegração dos trabalhadores despedidos no sector privado e a revisão da tabela de vencimentos.

O Governo tem a obrigação de prestar contas ao poder legislativo. Em termos de gestão pública, deve difundir os relatórios de execução orçamental e submeter as contas de gestão ao Tribunal de Contas que é responsável pela sua auditoria. Mas essa cultura de "prestação de contas" ainda não é uma prática de trabalho efectivamente desenvolvida no seio do serviço público.

A sociedade civil, enquanto actor envolvido no debate sobre questões de desenvolvimento, tem acesso ao essencial da informação pública. Na verdade, ONG, associações, sindicatos, organizações de base e vários peritos participam nas diferentes consultas no quadro da elaboração do Documento de Estratégia para a Redução da Pobreza e na sua implementação, bem como nas principais questões sobre paz e o reforço do Estado.

Gestão dos recursos naturais e meio ambiente

A Guiné-Bissau possui uma elevada biodiversidade. Além de vastos recursos hídricos e fauna variada, a sua floresta é um exemplo em termos de diversidade de ecossistemas e abrange mais de 2 milhões de hectares. O Governo está consciente da necessidade de desenvolver um quadro jurídico e regulamentar que permita explorar o potencial económico desses recursos, minimizando o risco de danos para o meio ambiente. Nesse sentido, o país adotou em 2011 um pacote legislativo específico. A Lei das florestas n.º 5/2011, de 22 de Fevereiro de 2011 tem como objectivo impor uma gestão sustentável dos recursos florestais. O Decreto-Lei n.º 5A/2011, de 1 de Março de 2011, permitiu actualizar a lei-quadro sobre as áreas protegidas, com base no princípio de que os recursos naturais biológicos devem ser utilizados e explorados de forma sustentável e com a participação das comunidades interessadas. Finalmente, o Decreto Ministerial de 21 de Março de 2011 criou o grupo de avaliação de impacto ambiental (GAIA) para monitorar as consequências dos grandes projectos industriais e de infra-estruturas.

Além do Ministério dos Recursos Naturais e do Ambiente, o Governo criou, em 2009, com o apoio do Banco Mundial, o Instituto Nacional do Ambiente e o Instituto de Biodiversidade e das Áreas Protegidas, tendo a implementação operacional tido lugar em 2010. O Governo continuou a sensibilizar as comunidades para a exploração racional dos recursos naturais. Os textos das leis sobre as alterações climáticas foram validados no início de 2011 durante um Seminário organizado conjuntamente pelo Governo e pelo PNUD. Os planos de acção necessários estão em vias de elaboração.

Contexto político

Guiné-Bissau está novamente numa grave crise política após o golpe de Estado da junta militar de 12 de Abril de 2012, entre os dois turnos de votação da eleição presidencial.

O actual presidente Malam Bacai Sanha morreu a 9 de Janeiro e o porta-voz do Parlamento, Raimundo Pereira, tomou posse como chefe de Estado antes da organização de uma nova eleição presidencial, como previsto pela Constituição. A primeira ronda da votação ocorreu em Março de 2012 e o ex-primeiro-ministro, Carlos Gomes Júnior, surgiu como o grande favorito para ganhar o segundo turno. Ele havia se comprometido, no entanto, a reformar as forças armadas e cortar o número de efectivos em dois terços, como um meio de alcançar uma redução significativa nos gastos do Estado.

O exército já estava em crise e a perspectiva de um maior enfraquecimento do seu poder, fez com que a liderança militar tomar o poder. Segundo o governo, Carlos Gomez Júnior já havia sido alvo de uma tentativa de golpe frustrada anteriormente em Dezembro de 2011. O exército tem controlado o funcionamento do país e a escolha da sua liderança política por muitos anos na Guiné-bissau. A CEDEAO respondeu ao golpe através da



imposição de sanções diplomáticas, económicas e financeiras para a junta mas esta se recusou a negociar. Um embargo à exportação de castanha de caju pode ter um efeito desastroso na economia nacional.



Contexto Social e Desenvolvimento Humano

Desenvolvimento dos recursos humanos

Tendo em conta a fragilidade e a limitação dos recursos disponíveis, os serviços prestados no domínio da saúde continuam a ser insuficientes para satisfazer as necessidades, embora se tenham registado melhorias significativas no que diz respeito à mortalidade infantil (com uma taxa actual de 94.4‰) e de mortalidade materna (800 mortos por 100.000 nados vivos).

Apesar dos constrangimentos orçamentais, o Governo, em colaboração com os seus parceiros, continua a implementar medidas preventivas e curativas essenciais em matéria de saúde e de luta contra a SIDA, o paludismo e a tuberculose. Esse esforço vai continuar em 2012 e 2013. Com efeito, os gastos sociais e prioritários que foram estimados em 12.2 mil milhões de XOF em 2011 devem atingir 15.2 mil milhões de XOF em 2012 e 16.7 mil milhões em 2013.

Em 2011, os orçamentos para a educação e a saúde representaram, respectivamente, 11.8% e 5.3% do orçamento total. Após o ponto de conclusão da dívida, o Governo aumentou as dotações orçamentais ao sector social e, em particular, à educação (66% de crescimento em 2011 relativamente a 2009). Mas a qualidade do sistema educativo continua a representar um grande desafio, tendo em conta que de 100 alunos matriculados no ensino primário, 48% concluem esse nível de ensino, 37% ingressam no ensino secundário e apenas 17% concluem os estudos secundários.

Redução da pobreza, protecção social e trabalho

Em consequência da fragilidade do Estado da Guiné-Bissau (restrições orçamentais e diminuição da capacidade para fazer face às despesas sociais básicas), a taxa de pobreza absoluta passou de 64.7% em 2002, para 69.3% em 2010. Como discutido acima, o orçamento de 2011 está alinhado com as prioridades do DENARP II. Os gastos sociais devem ter lugar dentro do limite dos recursos existentes. No quadro do plano de acção das finanças públicas, a melhoria da arrecadação de receitas continuou em 2011, com os fluxos de caixa a exceder as previsões. O nível da carga tributária, que é actualmente de 8.2%, deverá manter-se em 2012 e 2013.

Um sistema de protecção social está disponível - em princípio - para os funcionários públicos mas, tendo em conta as dificuldades financeiras do Estado, e a sua deterioração, a sua eficácia operacional é muito limitada. As maiores empresas do sector privado também proporcionam o acesso ao sistema de segurança social. Mas a protecção social não é um constrangimento importante na regulação do mercado de trabalho.

O Governo tem implementado vários mecanismos de segurança a favor dos mais pobres. Ractificou a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e procedeu à sua implementação, com o apoio da UNICEF e em coordenação com outras agências do Sistema das Nações Unidas. O Governo reconhece a importância da participação comunitária no desenvolvimento e tem implementado, nos últimos anos, programas limitados com o apoio dos seus parceiros.

Igualdade de género

O Governo ractificou a maioria das declarações, convenções e resoluções internacionais referentes à promoção e à protecção das mulheres. Se a taxa de inscrição de raparigas no ensino tem aumentado desde 2003, fazendo passar o índice de paridade raparigas-rapazes de 0.76 em 2003, para 0.91 em 2010, a representatividade relativa feminina diminuiu significativamente no ensino secundário (51%), devido ao alto número de repetências e às mais elevadas taxas de abandono (57% contra 46% para o conjunto dos rapazes), o que aumenta o risco de um retorno ao analfabetismo.

Embora 51.9% das mulheres sejam consideradas activas, as mesmas trabalham principalmente no sector informal e na agricultura de subsistência (77,1%) que apresentam baixas taxas de rentabilidade económica. A sua concentração neste tipo de actividades é devida, em grande parte, aos seus baixos níveis de alfabetização e educação. De facto, em 2010, a taxa de alfabetização das mulheres com mais de 15 anos era de 35.9% a nível nacional (52% para os homens), contra apenas 15.6% nas áreas rurais.

Ainda que a lei preveja direitos iguais para ambos os sexos, a situação das mulheres continua a ser preocupante dado que representam apenas 25% dos efectivos da administração pública e 10% dos quadros políticos (deputados, membros do Governo, etc.). A aprovação da lei que criminaliza a excisão, em Maio de 2011, é um avanço que deve ser apoiado. Além disso, com a adopção e implementação num futuro próximo, do documento "Política Nacional para a igualdade e equidade do género", em fase de finalização, o país deverá conceder um maior papel às mulheres no desenvolvimento.



Promoção do Emprego de Jovens

Devido aos obstáculos à exploração do potencial mencionado acima, as oportunidades de criação de emprego são de difícil concretização. Nestas condições, os jovens que recebem formação não podem encontrar o quadro apropriado para se integrar no mercado do trabalho.

Claro que sem uma estrutura nacional destinada a identificar e acompanhar os desempregados, é difícil determinar a taxa real de desemprego. Mesmo os poucos inquéritos domiciliares realizados podem ser tendenciosos, principalmente quando a recolha de dados ocorre durante a estação chuvosa, período durante o qual, no meio rural, praticamente todas as pessoas estão ocupadas. Além disso, os questionários, que geralmente questionam se a pessoa trabalhou nas duas últimas semanas, não se interrogam sobre o carácter permanente ou sazonal, e a dignidade, ou não, do trabalho.

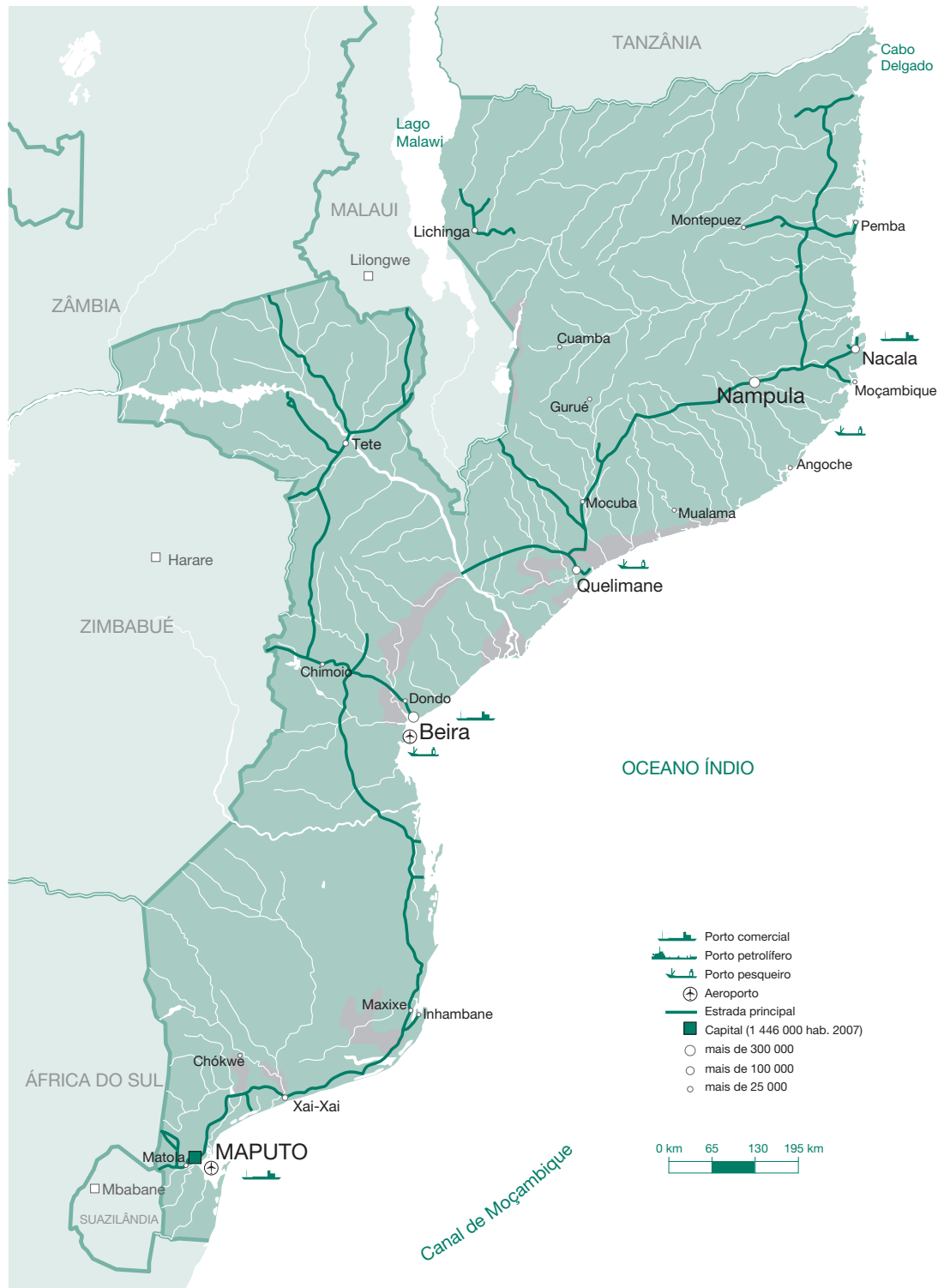
No entanto, em 2010, com base nos dados disponíveis, a taxa de desemprego entre os jovens seria de cerca de 30%, de acordo com um estudo realizado pelo BAfD. A população com idade para trabalhar (mais de 15 anos) está estimada em 54.6% da população total. Esta taxa varia em diferentes localidades: é 59.1% em Bissau e 53% nas outras regiões. A população ocupada, ou seja, que dispõe de um trabalho, seria composta por 11.4% de assalariados, 28.9% de trabalhadores independentes e 59.5% de aprendizes. A instabilidade político-económica observada no país desde a década de 1990 não favorece as iniciativas de criação de emprego. Além do impacto da instabilidade nas atividades produtivas e nos investimentos, a degradação do sistema educativo após os conflitos e os baixos níveis de qualificação constituem outro grande obstáculo ao acesso ao mercado de trabalho.

O Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD), o Banco Mundial (BM), a Organização Internacional do Trabalho (OIT / CRISIS), a Comissão Económica para África (CEA) das Nações Unidas, o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD / BCPR) e o Gabinete de Apoio à Consolidação da Paz das Nações Unidas (BACP), decidiram criar um Fundo Mundial para a criação de emprego nos Estados frágeis em conflito. Uma missão conjunta teve lugar em Bissau, em Dezembro de 2011. As experiências de reinserção social de ex-combatentes na Guiné-Bissau e noutros cinco estados pós-conflito servirão de base para a sua criação.

Paralelamente, o Governo iniciou projectos, com a ajuda de parceiros financeiros, destinados à criação de emprego para jovens. É o caso da promoção da cultura de arroz, apoiada em 80% pelo Banco Oeste-Africano de Desenvolvimento (BOAD), que deverá ter início em 2012. Abrange as regiões de Bafatá, Cacheu, Gabu, Oio, Quinara e Tombali. O sector agrícola tem um grande potencial para criar empregos directos e indirectos, especialmente para a população rural. No entanto, o problema do emprego em áreas urbanas também se coloca de forma aguda. Uma maior diversificação da economia, o desenvolvimento do sector privado e uma melhor adequação entre a procura do mercado de trabalho e a formação profissional podem ser alternativas para responder às necessidades dos jovens em busca de emprego.

Moçambique

2012



Este mapa é para fins ilustrativos e não envolve reconhecimento de estado ou soberania sobre todo o território abrangido.



Moçambique

- O ano de 2011 pode muito bem ser lembrado como um ponto de viragem na economia de Moçambique, com a primeira exportação de carvão a marcar o nascimento de Moçambique como exportador mundial de minerais, e abrindo o caminho para o país assegurar a sua futura sustentabilidade orçamental através das receitas provenientes dos recursos naturais.
- O principal desafio, a curto prazo, para o Governo reside no alargamento da sua base fiscal, mantendo os seus níveis de dívida sob controlo, a fim de integrar o ambicioso plano de investimentos em infra-estruturas e a implantação de sistemas de protecção social na agenda de crescimento inclusivo e, ao mesmo tempo, resistir às pressões políticas sobre as prioridades das despesas.
- A aprovação do Plano de Acção para a Redução da Pobreza centra a agenda das políticas de desenvolvimento do Governo, para os próximos quatro anos, em torno da promoção do crescimento inclusivo, a fim de reduzir a incidência de pobreza, que estagnou a partir de 2003.

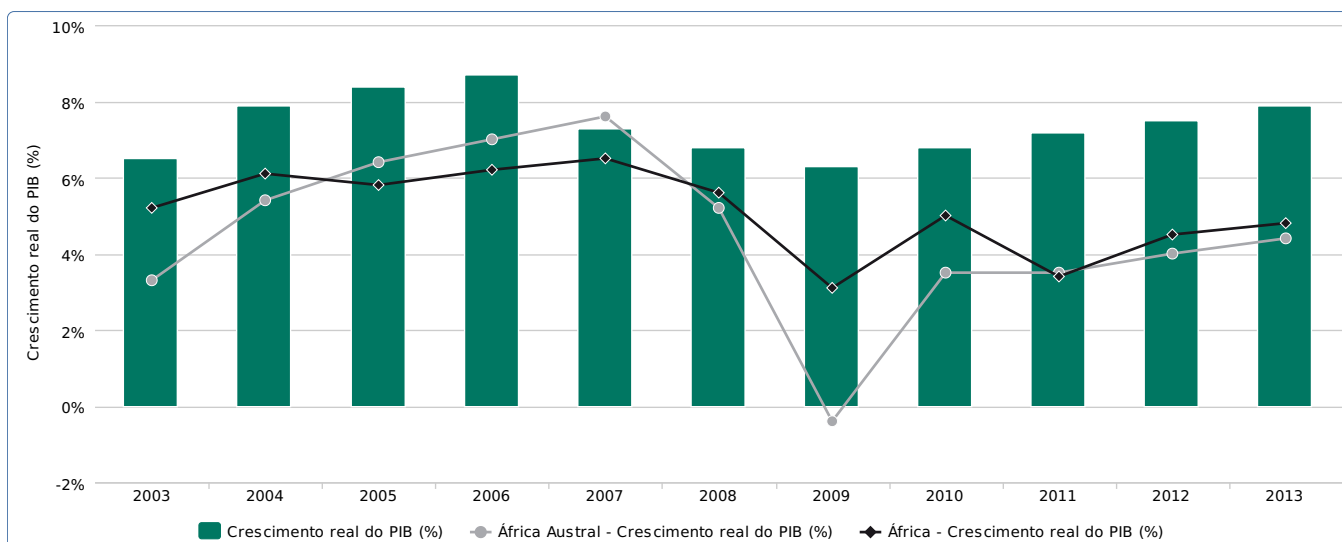
Visão global

O aumento da produção de carvão a partir dos primeiros mega-projetos mineiros de exploração de carvão, que entraram em operação este ano, juntamente com o forte desempenho registado no sector de serviços financeiros, transportes e comunicações e construção, ajudaram a acelerar o crescimento do PIB real para 7.2%, em 2011. O país alcançou uma impressionante média de crescimento de 7.2% ao longo da última década. A continuação de um elevado Investimento Directo Estrangeiro (IDE), sobretudo em indústrias extractivas, juntamente com o forte crescimento agrícola e o investimento em infra-estruturas vai impulsionar o crescimento para 7.5% e 7.9%, em 2012 e 2013. Apesar do forte crescimento, a firme e rígida política monetária do Banco Central, apoiada por uma política orçamental prudente, reduziu a inflação anual de 12.7% para 10.8%, em 2011. As perspectivas de uma redução ainda maior da inflação para 7.2%, em 2012, e a sua estabilização em 5.6%, em 2013, vai permitir a flexibilização da política monetária em 2012, visando a expansão do crédito. A implementação de medidas pró-pobres preparadas durante 2011, juntamente com um ambicioso programa de investimento em infra-estruturas, deve ampliar o défice orçamental de 3.3%, em 2011, para 6.8% e 7.4%, em 2012 e 2013. O principal desafio económico estrutural de Moçambique, a médio prazo, reside no alargamento da sua base fiscal. Espera-se uma diminuição continuada dos fluxos de ajuda de 51.4% do orçamento, em 2010, para 39.6%, em 2012. É fundamental diversificar a base das receitas, nomeadamente através de uma maior tributação do sector extractivo, a fim de sustentar e promover uma agenda de crescimento inclusivo.

Em resposta à agitação social registada em 2010, o Governo reestruturou a sua agenda de desenvolvimento em torno de um novo Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP 2011-14), com incidência no aumento da produção agrícola, na promoção do emprego associado ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas (PME) e no investimento em desenvolvimento humano e social. Os sistemas de segurança social foram desenvolvidos com o reforço dos mecanismos de transferência directa de apoio financeiro aos grupos sociais mais vulneráveis, juntamente com a manutenção dos subsídios aos transportes públicos urbanos e aos programas produtivos de obras públicas, numa tentativa de minimizar os efeitos negativos do aumento do custo dos bens alimentares e dos preços dos combustíveis sobre os mais desfavorecidos. A dotação orçamental para os sectores prioritários em 2012 aumentou 6.8%, para 66.7% do orçamento.

Moçambique possui uma alta taxa de crescimento populacional de 2.8% e estima-se que cerca de 300.000 novos trabalhadores entrem anualmente no mercado de trabalho. O país regista altas taxas de crescimento económico em grande parte impulsionadas por projectos de capital intensivo, especialmente em indústrias extractivas. A taxa de desemprego total situa-se em 27%. A economia formal é predominantemente urbana e representa apenas 32% do emprego total. Como resultado, muitos dos novos trabalhadores no mercado de trabalho são forçados a trabalhos marginais na economia informal, tanto em áreas rurais como urbanas, com poucas perspectivas de emprego estável.

Figura 1: Crescimento real do PIB (%) (Do sul)



Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932619146>

Tabela 1: Indicadores Macroeconômicos (2012)

	2010	2011	2012	2013
Crescimento real do PIB	6.8	7.2	7.5	7.9
Crescimento real do PIB per capita	4.5	5	5.2	5.6
Inflação medida pelo IPC	12.7	10.8	7.2	5.6
Saldo Orçamental % PIB	-4	-3.3	-6.8	-7.4
Balança Corrente % PIB	-12.1	-25.6	-25.5	-20

Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932602521>



Desenvolvimentos recentes e perspectivas

Tabela 2: PIB por setor (em percentagem) 2012

	2006	2010
Agricultura, silvicultura, pesca e caça	27.9	30.9
Agricultura, pecuária, silvicultura e pesca	-	-
Da qual agricultura	-	-
Minas e extração	1.4	1.5
Do qual petróleo	-	-
Indústrias manufactureiras	16	13.2
Electricidade, gás e água	5.8	4.7
Electricidade, água e saneamento	-	-
Construção	3.2	3.1
Comércio por grosso e a retalho, hotéis e restaurantes	15.5	17.9
Dos quais hotéis e restaurantes	1.5	1.6
Transporte, armazenagem e comunicação	10	10.1
Transporte e armazenagem, informação e comunicação	-	-
Finanças, imobiliárias e serviços prestados às empresas	8.9	7
Intermediação financeira, serviços imobiliários, empresariais e outras actividades de serviços	-	-
Serviços de administração pública	-	-
Administração pública e defesa, segurança social, educação, saúde e assistência social	-	-
Administração pública, educação, saúde	4	4
Administração pública, educação, saúde e outros serviços sociais e pessoais	-	-
Outros serviços comunitários, sociais e pessoais	-	-
Outros serviços	7.3	7.6
Produto interno bruto a preços base/factor custo	100	100
Comércio por grosso e a retalho, hotéis e restaurantes	-	-

Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932621122>

Em 14 de Setembro de 2011, pela primeira vez em 20 anos, foi feita uma remessa para o estrangeiro de 35.000 toneladas de carvão a partir do porto da Beira pela empresa brasileira Vale, colocando Moçambique no mercado mundial de carvão. O carvão térmico é proveniente do Projecto de mineração a céu aberto de Moatize, na Província de Tete, orçado em 1.7 mil milhões de USD, considerado pelos investidores como um dos maiores campos inexplorados do mundo. As reservas, de aproximadamente 30% de carvão térmico e 70% de carvão de maior valor metalúrgico, estão estrategicamente bem posicionadas para fornecer os mercados em expansão da Índia, Brasil e China, entre outros. Com a expansão da produção em Tete, a produção global de carvão, em 2011, atingiu cerca de um milhão de toneladas, contribuindo para o aumento do crescimento real do PIB de 7.2%. Grandes investimentos em recursos naturais estão a mudar rapidamente a economia de Moçambique, e poderão potencialmente alterar, a médio prazo, as perspectivas do país.



O sector do carvão continua em expansão e a atrair grandes investimentos. A empresa Vale já anunciou a sua intenção de expandir a capacidade de Moatize para 11 milhões de toneladas por ano, e espera chegar, até o final de 2014, a 26 milhões de toneladas por ano, com um investimento de 6 mil milhões de USD, que inclui a expansão das ligações ferroviárias. Ao adquirir as operações da empresa Riversdale em Moçambique, a empresa anglo-australiana Rio Tinto assumiu o controlo de 22 licenças de exploração na província de Tete, incluindo 65% do projeto de mineração de Benga (a indiana Tata Steel detém os restantes 35%) e o projeto da Zambézia, onde vai investir 4 mil milhões de USD. A empresa Rio Tinto estima que pode chegar a uma produção combinada de 25 milhões de toneladas por ano até 2016, um valor que poderá mais do que duplicar quando os projetos estiverem a funcionar à velocidade de cruzeiro. No total, durante os últimos dois anos, o Governo concedeu 112 licenças a 45 empresas nacionais e estrangeiras. A produção do país deverá aumentar para 5.93 milhões de toneladas em 2012, atingindo a longo prazo, se forem construídas as infra-estruturas necessárias, 110 milhões de toneladas por ano. Em Dezembro, a empresa britânica, Beacon Hill, realizou a sua primeira exportação de 10.650 toneladas de carvão para o estrangeiro, transportadas de Tete para a Beira, devido à saturação da linha ferroviária do porto de Sena.

A forte expansão económica tem promovido investimentos nas deficientes infra-estruturas do país, desenvolvidas em torno dos três principais corredores logísticos (Maputo, Beira e Nacala) que servem as exportações de carvão e ligam os países do hinterland. Os transportes e comunicações são o segundo maior sector a contribuir para o PIB. A CCFB (Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira), consórcio liderado pelo grupo indiano RITES (Rail India Technical and Economic Services) e pela Ircon International, não conseguiu reconstruir a totalidade dos 670 km da linha férrea do Sena, para uma capacidade de 3 milhões de toneladas por ano, nos termos contratuais, levando à oferta pública de aquisição da linha pelo Governo, em Dezembro. A linha deve duplicar a sua capacidade para 6 milhões de toneladas por ano até 2013, embora ainda seja insuficiente para atender à procura. Estão previstas linhas férreas adicionais a partir de Tete, com uma proposta patrocinada pela Empresa Vale para construir uma ligação de 500 km, a partir de Moatize, através do Malawi, à linha do Norte que serve o porto de Nacala, onde está prevista a construção de um novo terminal de carvão, com um custo estimado de 1.5 mil milhões de USD. A construção paralela da linha férrea do Sena, ligada ao porto de mar de Quelimane, que está a ser reabilitado, também foi aprovada. Em paralelo, a remodelação do terminal de carvão do porto da Beira, orçada em 1.8 milhões de USD, para operar 6 milhões de toneladas por ano, estará concluída durante 2012, com possível futura expansão para 20 milhões de toneladas em 2014. A expansão da capacidade do porto de Maputo de 100 milhões para 700 milhões de toneladas por ano está em curso, bem como a reabilitação do terminal de contentores do porto de Nacala. No aeroporto de Nacala, um projeto de 120 milhões de dólares, 66% financiados por um empréstimo não concessional do Brasil, deverá ser concluído em 2013. Além disso, o projecto do aeroporto de Vilanculos, no montante de 300 milhões de USD, foi concluído em 2011. Terminais adicionais em aeroportos estão programados para Pemba e Tete totalizando 420 milhões de USD de investimento. A conclusão dos principais corredores rodoviários está em curso com o início do Milange-Mocuba e os projetos de Nampula-Cuamba, no valor de, respectivamente, 100 milhões de USD e 250 milhões de USD.

Apesar de representar cerca de 5% do PIB, o setor da energia deverá continuar a sua expansão de quase 10% ao ano. Em Novembro de 2011, o Governo lançou oficialmente o projecto CESUL (Power Transmission Back Bone), de 1.950 milhões de USD, espinha dorsal da linha eléctrica de transmissão dupla. As grandes centrais hidroeléctricas do norte vão permitir a ligação, por meio de uma linha directa, ao South African Power Pool, enquanto outra linha irá cruzar áreas rurais até Maputo, para fornecimento de energia eléctrica às populações rurais. O CESUL permitirá o início da expansão da barragem hidroeléctrica de Cahora Bassa-Norte, projecto orçado em 430 milhões de dólares, e do projecto da barragem hidroeléctrica Mpanda Nkuwa, estimado em 1.8 mil milhões de USD, garantindo a posição de Moçambique como potencial maior exportador de energia da região da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Apesar do crescimento económico gerado pelos mega-projectos e a competitividade acrescentada pelo desenvolvimento de infra-estruturas, o impacto na redução da pobreza tem sido mínimo. O novo PARP 2011-14 centra-se, sobretudo, no aumento da produção agrícola. O sector, que representou 30.9% do PIB, em 2011, deverá crescer 9.9%, em 2012. No entanto, a produção de castanha de Caju, tradicional cultura de rendimento de Moçambique, deve atingir 112.800 toneladas. Um ambicioso Plano Director para o Caju, visando um aumento da produção de 80% na próxima década, foi aprovado pelo Ministério da Agricultura. O Ministério também prevê um aumento de 23.4% da produção de cana-de-açúcar. O aumento da produção esperada de 12.5% e 13.8% para o trigo e arroz, respectivamente, não será suficiente para responder à procura interna. Apesar da queda de 5.1% na produção pesqueira em 2011, o sector deverá crescer 18.4% em 2012. No entanto, o Governo tem limitado a pesca comercial do camarão a 5.650 toneladas por ano devido a indícios de sobrepesca.

O investimento do sector privado atingiu mais de 1.9 mil milhões de USD em 2011, como resultado do IDE em mega-projectos do carvão. Um total de 30.000 novos empregos foram criados pelos 285 novos projectos, dos quais 13 na zona Económica Exclusiva de Nacala, representando um investimento 400 milhões de USD por parte de empresas exportadoras. Os sectores de serviços e manufactureiro assumiram a liderança. Um forte



investimento no sector de cimento vai triplicar a produção até 2013. Quatro empresas chinesas (África Great Wall Cement Manufacturer, China International Fund, GS Cimento e Bill Wood) e da África do Sul, Pretoria Portland Cement, estão a entrar no mercado com um investimento global de 450 milhões de USD. Um novo operador móvel, Movitel, iniciou as suas operações em 2012. A Movitel, com um investimento no montante de 400 milhões USD, é uma joint-venture entre a Viettel, uma empresa de telecomunicações da propriedade do Ministério da Defesa do Vietname, e a SPI (Gestão e Investimentos), uma holding do Partido Frelimo de Moçambique.

Não obstante a forte dinâmica do crescimento económico, o mais relevante acontecimento económico de 2011 foi a descoberta de extensas reservas off-shore de gás natural. Em Setembro, a Anadarko Petroleum anunciou a descoberta, na área do bloco 1, de 22.5 biliões[i] de pés cúbicos[ii] de gás. Mais tarde, em Outubro, um consórcio liderado pela petrolífera indiana ENI (Ente Nazionale Idrocarburi SpA) encontrou, a aproximadamente 40 km da costa de Cabo Delgado, cerca de 15 biliões de pés cúbicos de reservas de gás natural. Se se comprovarem estes números, as reservas acumuladas de gás natural irão colocar Moçambique no quarto lugar mundial em reservas de gás natural, atrás dos três gigantes, Rússia, Irão e Qatar. A escala de reservas justifica a construção de uma grande fábrica de gás natural liquefeito (GNL) em Moçambique. As receitas extraordinárias potenciais podem mudar o desenvolvimento económico e humano de Moçambique a médio prazo.

[i] bilião = 10^{12}

[ii] $m^3 = 35.3 \text{ ft}^3$ (1 metro cúbico = 35,3 pés cúbicos)



A política macroeconómica

Política orçamental

Os principais pilares da política orçamental de Moçambique continuam a ter como objectivo o fortalecimento da arrecadação das receitas, invertendo os estabilizadores automáticos (transferências de rendimentos e impostos induzidos) e o apoio à desinflação. O orçamento de 2011 projectou um défice orçamental de 6.5% para acomodar o crescimento estimado pelo Governo a médio prazo e os objectivos de redução da pobreza, com incidência na melhoria das infra-estruturas do país e das insuficientes competências técnicas e, ao mesmo tempo, proporcionar adequados sistemas de segurança social. O ónus excessivo dos subsídios aos combustíveis e de outros subsídios de emergência introduzidos em 2010, para acalmar a agitação social, levou a uma revisão orçamental prevendo a parcial e gradual eliminação desses subsídios. O orçamento também apresentou um aumento de 7% nas despesas, realocando recursos de capital para despesas correntes destinadas a criar novos regimes de protecção social.

Apesar dessas despesas extra-orçamentais, inferiores ao esperado recurso a empréstimos não-concessionais e aos lentos desembolsos de doadores para financiamento de despesas de capital, juntamente com a forte cobrança de receitas, obteve-se um défice orçamental de apenas 3.3%. O orçamento 2012 é uma resposta estruturada para enfrentar os desafios sociais e apoiar o PARP 2011-14, aprovado em Maio, centrado num modelo de crescimento inclusivo. A Educação e a Saúde terão um aumento orçamental real de 6.32% e 4.42%, respectivamente, enquanto as despesas de capital sofrerão uma queda real de 7.2%. Existem, no entanto, desafios orçamentais no horizonte. No curto prazo, o financiamento tanto do plano de investimentos, bem como dos regimes de protecção social, para sustentar a paz social, vão utilizar recursos orçamentais. A médio prazo, espera-se que diminua a ajuda externa, que representa 40% do orçamento.

A Holanda anunciou o fim do seu apoio ao orçamento em 2013, e acredita-se que a ajuda pública ao desenvolvimento (APD) tenha atingido um pico e vá diminuir no futuro devido às mudanças políticas no mundo desenvolvido. A programação orçamental poderia ser ainda mais negativamente afectada pelo menor valor relativo do apoio dos doadores, devido à apreciação do Metical. Por conseguinte, a expansão das receitas é crucial. A cobrança de receitas tem registado aumentos significativos, beneficiando de reformas abrangentes. Iniciativas como o Plano Estratégico para o Pagamento de Impostos através de bancos, o fortalecimento da divisão dos Grandes Contribuintes no Ministério das Finanças, e outras reformas previstas para simplificação do pagamento de impostos, vão contribuir para aumentar ainda mais a cobrança de impostos. A arrecadação da receita fiscal aumentou de 19.6% do PIB em 2010, para 20.2% em 2011 e deve chegar a 20.6% em 2012. Não obstante, uma revisão da tributação sobre a extração de recursos naturais e os mega-projetos é crucial. Actualmente, as receitas provenientes dessas atividades representam cerca de 5% dos lucros das empresas devido a isenções e benefícios fiscais. Se o regime fiscal fosse totalmente aplicado o valor subiria para 30%.



Tabela 3: Finanças Públicas (em percentagem do PIB) 2012

	2003	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Receitas Totais e Donativos	24.7	25.6	25	26.5	27.1	29.7	29.4	27.3	26.1
Receias fiscais	14.3	12.9	14.1	15	15.6	18.1	19.1	18.3	17.3
Receitas do Petróleo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Donativos	9.5	10.6	9	9.4	9.5	9.1	7.7	6.5	6.3
Despesas totais e empréstimos netos (a)	30.2	27.2	27.3	33	32.6	33.6	32.7	34.2	33.5
Despesas Correntes	14.2	14.4	15.3	14.8	18	19	18	17.5	16.4
Excluindo Juros	13	13.7	14.7	14.2	17.5	18.2	17.1	16.4	15.8
Remunerações e Salários	6.7	7.2	7.7	7.9	8.9	9.3	8.5	8	7.6
Juros	1.2	0.8	0.6	0.5	0.5	0.9	0.9	1.1	0.6
Balança Primária	11.4	-0.9	-1.8	18.3	12.9	14	13.4	13.7	14.3
Balança Global	-4.3	-1.6	-2.4	-6	-5	-3.1	-2.4	-5.8	-6.8

Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932622110>

Política monetária

Em 2011, o Banco Central de Moçambique continuou a aplicar a política monetária restritiva implementada ao longo de 2010 a fim de absorver o excesso de liquidez e conter a inflação em valores abaixo dos dois dígitos. A taxa de empréstimo aos bancos comerciais foi progressivamente aumentada de 14.5% para 16.5% e as suas reservas mínimas aumentaram de 8.5% para 9% do total dos depósitos. Como resultado, a massa monetária M3 cresceu 20% em 2011, contra 22.8% em 2010. O ambiente externo favorável à baixa de preços dos bens alimentares e dos combustíveis apoiou a rígida política monetária. A valorização do metical relativamente ao rand sul-africano também contribuiu para conter a inflação. A inflação anual tem diminuído continuamente desde Dezembro de 2010, atingindo 5.5% e a média anual, que atingiu um pico de 15.37% em Abril, foi de 10.8% no final do ano. Ambos os resultados estão abaixo das metas iniciais e as perspectivas futuras apontam, ainda mais, para uma diminuição das pressões inflacionistas devido à política de contração monetária e estabilização do metical. No entanto, o mercado de crédito interno foi afectado negativamente. O crescimento do crédito interno à economia diminuiu de 27.5% em 2010, para 19.5% em 2011, com a taxa anual de juro a atingir um pico de 23% em Julho de 2011. O actual desafio da política monetária é a solução de compromisso entre o crescimento do crédito ao sector privado, fundamental para a expansão tão necessária do trabalho e geração de crescimento do sector privado, e o controle das pressões inflacionistas. Com a inflação fixada em torno de 5% a 6%, e contando com a continuação de uma execução orçamental eficaz, será possível acomodar um leve nível de flexibilização da política monetária, em 2012, permitindo uma modesta expansão do crédito.

Cooperação económica, integração regional e comércio

Moçambique é responsável por 70% do trânsito de mercadorias da SADC, com corredores logísticos que ligam os portos de águas profundas do litoral com os quatro países vizinhos sem acesso ao mar. O país tem um dos mais altos rácios de Ajuda / PIB em África, com uma média de 89.2 USD *per capita*, muito embora o IDE seja agora o principal motor do desenvolvimento económico e integração regional. Os Transportes e Comunicações lideraram os projectos de investimento de IDE em 2011, com 511,8 milhões de USD. Os parceiros emergentes têm assumido um papel crescente. A China tornou-se o segundo maior investidor desde 2010 e deverá investir mais de 13 mil milhões de USD nos próximos dez anos, principalmente em infra-estruturas (portos, estradas, energia). Além disso, as empresas brasileiras planeiam investir 4 mil milhões de USD nos próximos quatro anos, com incidência na agricultura, recursos minerais, infra-estruturas e saúde.

A base das exportações permanece estreita, com mais de metade das exportações concentradas no alumínio. Apenas 15 produtos registaram exportações anuais superiores a 1 milhão de USD, incluindo os tradicionais caju,

camarão, copra, açúcar e algodão. As exportações de carvão, que começaram em 2011, devem ultrapassar o alumínio como principal produto de exportação. A perspectiva de uma fábrica de gás natural liquefeito (GNL), para estar pronta em 2018, pode fazer do gás natural o principal produto de exportação do país. Moçambique ainda importa um volume considerável de máquinas, veículos, combustíveis e bens de consumo duráveis, principalmente da África do Sul (35%), Europa (24%) e Ásia (26%). As exportações do país são, na sua maioria, dirigidas para a Europa (54%). O volume do comércio intra-regional permanece baixo, em 19% do PIB, aguardando a consolidação das tarifas de livre comércio da SADC, cuja aplicação teve início em 2008. Foram assinados acordos bilaterais com o Malawi e o Zimbábue para fazer cumprir as regras de origem com base no valor dos produtos. O país desfruta de acesso preferencial aos mercados europeus, no âmbito do Acordo de Parceria Económica União Europeia/SADC, assinado em 2009.

O desempenho aduaneiro e a facilitação do comércio têm potencial para melhorar significativamente com a introdução da "Janela Electrónica Única", o sistema de tributação electrónico "e-Tributação" e outras aplicações electrónicas internas (como M/H20).

Tabela 4: Balança Corrente (em percentagem do PIB) 2012

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Balança Comercial	-11.6	-13.2	-12.8	-25.3	-24	-16.7
Exportação de bens (f.o.b.)	26.7	22.2	25.3	14.6	14.2	18.5
Importação de bens (f.o.b.)	38.3	35.4	38.1	39.9	38.2	35.2
Serviços	-4.1	-4.7	-5.5	-6.7	-5.9	-6.8
Rendimento dos Factores	-8.5	-2.6	-0.9	-0.2	-1	-1.2
Transferências Correntes	7.8	7.9	7.1	6.6	5.4	4.7
Balança Corrente	-16.4	-12.6	-12.1	-25.6	-25.5	-20

Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projecções.

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888932623098>

Política da Dívida

O Governo prevê aumentar o investimento público em infra-estruturas a fim de suprir as lacunas de infraestruturas do país e as necessidades de desenvolvimento, apesar de incentivar o aumento da arrecadação de receitas e uma programação orçamental prudente. A expansão do investimento vai impulsionar o equilíbrio orçamental para 6% do PIB de 2013 em diante. O Governo considera que o impacto sobre a procura interna será contido pelos retornos desses investimentos, enquanto as medidas de financiamento do défice se vão centrar mais no endividamento interno e externo, inclusive empréstimos não-concessionais. Em 2011, 100 milhões de USD em títulos do tesouro, a 5 anos, foram emitidos com vista a financiar o défice orçamental. No entanto, para evitar a exclusão do sector privado, o Governo pretende limitar o uso do financiamento interno a apenas 0.5% do PIB. O Governo negociou com o FMI um limite de empréstimos não-concessionais de 900 milhões de USD para os próximos três anos, com vista ao financiamento de investimentos produtivos. Não obstante, comparativamente ao previsto, o Governo tem sido prudente em negociar qualquer empréstimo não-concessional, com vista a apoiar o programa de investimento público, sem reduzir o envelope global de investimento plurianual.

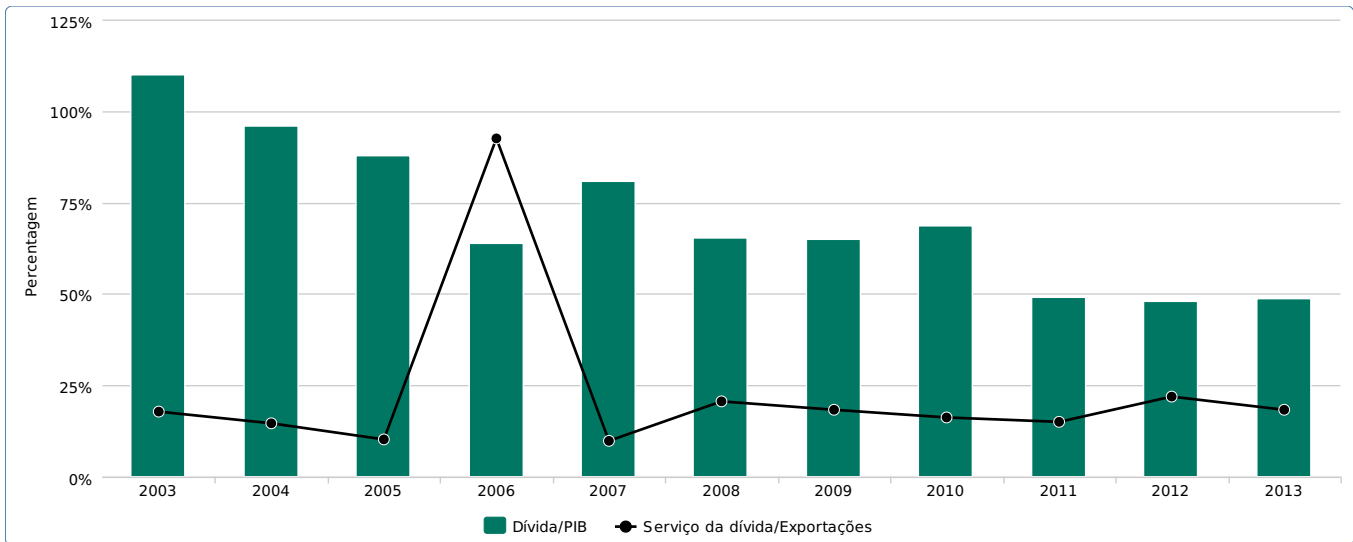
Com recurso a novos empréstimos não-concessionais, o Governo contratou duas operações que representam apenas 16% do limite de endividamento: uma operação de 66 milhões de USD para modernizar o aeroporto de Maputo, financiada por um empréstimo chinês assinado em Dezembro de 2010, e um contrato para a construção do aeroporto de Nacala, financiado por um empréstimo do Brasil, assinado em Abril de 2011.

De acordo com a análise da sustentabilidade da dívida feita pelo FMI, e reflectindo já a revisão do investimento público e dos planos de financiamento, os indicadores da dívida do país permanecem abaixo dos limiares de referência, indicando um baixo risco de superendividamento, inclusive a longo prazo. A dívida externa deve duplicar em três anos, de 2 mil milhões de USD em 2010, para 4.2 mil milhões de USD em 2013, embora o valor actual continue a ser inferior a 30% do PIB em 2013, ao mesmo tempo que o serviço da dívida



representará cerca de 5% das exportações. O aumento dos empréstimos não-concessionais irá colocar novos desafios e vai exigir o reforço da capacidade de gestão da dívida, particularmente no que respeita a empréstimos contraídos por empresas públicas e outras garantias soberanas. Um Comité de Gestão da Dívida foi criado com vista a preparar o primeiro plano de financiamento anual para 2012 e apoiar a finalização da segunda Análise da Sustentabilidade da Dívida Pública. A preparação da estratégia da dívida a médio prazo foi concluída e instituída a avaliação regular da sustentabilidade da dívida.

Figura 2: Dívida externa total (percentagem do PIB) e serviço da dívida (percentagem das exportações de bens e serviços) 2012



Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932619146>

Governança económica e política

Sector Privado

Em Junho de 2011, o Governo concluiu o processo de elaboração da nova lei de falências que reformolou completamente o quadro existente que está, agora, em conformidade com as normas internacionais. No entanto, nenhuma reforma concreta foi implementada. Moçambique caiu 13 posições no relatório *Ease of Doing Business 2012*, do Banco Mundial. No entanto, os procedimentos para a obtenção de alvarás de construção foram facilitados, como ilustra a melhoria de 29 posições no *Doing Business Index 2012* "Lidar com alvarás de construção" (da 155ª posição em 2011 para a 126ª em 2012). Os procedimentos para iniciar um negócio, pagar impostos e para o desembaraço alfandegário permanecem moderadamente pesados em alguns sectores. A intervenção do Governo para controlar os preços dos bens alimentares e dos combustíveis foi extinta em Março de 2011. Apesar disso, existem alguns subsídios aos transportes urbanos. As leis do trabalho de Moçambique são restritivas. O custo não-salarial da contratação de um trabalhador é baixo, mas o custo suportado para despedir um empregado é alto. Uma lei do trabalho recentemente aprovada foi concebida para tornar o mercado de trabalho mais flexível, mas também aumentou as restrições às horas extraordinárias.

Sector Financeiro

O sistema bancário não tem concorrência, dado que 85% dos activos totais do sector financeiro estão concentrados nos três maiores bancos, intimamente ligados ao sector bancário português. O sector pode tornar-se vulnerável a choques, a médio prazo, devido ao agravamento da crise em Portugal. A parcela de empréstimos improdutivos (NPL) permanece estável em 2%, e o Banco Central começou a transição para o risco baseado nos padrões de Basileia II. A capacidade de supervisão melhorou com a conclusão do quadro de resolução de crises bancárias, mas há ainda algum trabalho a ser feito no que concerne às regras para fechar e liquidar bancos, à gestão de processos de licitação para aquisições pelo sector privado, à propriedade pública temporária, e assistência à liquidez de emergência.

O sistema financeiro tem sido o sector que mais cresce e a intermediação financeira global aumentou. O custo dos empréstimos permanece alto, mas a taxa de juro de empréstimos e de depósitos está a cair (de 15% em 2006 para 12% em 2010). O crédito ao sector privado, relativamente ao PIB, permaneceu moderadamente alto em 29.8% em 2010. Os mercados de capitais são muito pequenos, e o mercado bolsista negocia principalmente dívida pública. As instituições de microfinança expandiram-se rapidamente nos últimos anos, aumentando a dimensão do sector bancário. O sector segurador continua pouco desenvolvido, representando menos de 1% do PIB.

A nova lei cambial, de 11 Março de 2009, entrou em vigor em 11 de Julho de 2011 e eliminou as restrições cambiais sobre os restantes pagamentos e transferências para as actuais transações internacionais. A lei também introduziu um requisito obrigatório para o repatriamento de lucros para exterior e a conversão automática de 50% das receitas de exportação em moeda local. Isso pode dificultar as iniciativas de investimento privado. Registaram-se progressos na resolução das deficiências do sistema nacional de pagamentos, mas é ainda necessário um acompanhamento adicional. A prioridade reside em concluir a implementação do sistema de liquidação em tempo real e, especialmente, os regulamentos relativos aos direitos e obrigações dos diversos participantes no sistema. O sistema financeiro continua a ser pequeno e limitado e os níveis de exclusão financeira são muito elevados, com os pobres a registarem um reduzido acesso ao crédito.

Gestão do sector público, instituições e reformas

Os direitos de propriedade são mal protegidos e o sistema judiciário é visto como corrupto. Há escassez de recursos humanos qualificados no sector e, neste caso, o atraso é substancial. A execução de contratos e a reparação legal através dos tribunais não pode ser assegurada, levando a maioria das disputas comerciais a ser resolvidas em privado. Moçambique enfrenta desafios com a sua governança e o quadro anticorrupção. A prestação de contas pelo Governo (executivo, legislativo, judiciário) e serviços públicos é classificada como fraca. No entanto, tem havido melhorias no licenciamento de empresas e regulamentos, taxas e serviços aduaneiros e funcionamento das Entidades Fiscalizadoras Superiores. O Conselho de Ministros aprovou a revisão da Lei Anti-Corrupção 6/2004, em Julho de 2011, e as leis 4/1990 e 7/1998, relativas à declaração de riqueza, são devidas em 2011. Após a subida de dez lugares em 2010, a classificação de Moçambique no Índice de *Percepção da Corrupção de 2011*, da Transparência Internacional, desceu quatro lugares, ocupando agora a 130ª posição entre 180 países, com a percepção generalizada de corrupção. A corrupção relativa aos funcionários públicos é considerada um grave problema. O nível de conflito de interesses entre as funções de altos funcionários públicos e os seus interesses empresariais privados é crescente e pouco investigado.

Gestão dos recursos naturais e meio ambiente



As mudanças climáticas representam um grande desafio ambiental para Moçambique. O Relatório do Banco Mundial, de 2010, *Moçambique: Economia de Adaptação às Alterações Climáticas*, indica que o impacto das alterações climáticas nos próximos 40 anos poderá levar a um decréscimo de 2% a 4% do rendimento das culturas mais importantes, e a uma ligeira redução no fornecimento de energia, na ordem de 1,4%. O Governo deve avançar para uma estratégia de mudanças climáticas, mas até agora apenas um plano de ação para as mudanças climáticas foi aprovado. O Governo está actualmente a preparar um programa estratégico para a resiliência do clima no âmbito do Programa-Piloto sobre Resiliência Climática (PPRC). O PPRC, implementado pelo Governo com o apoio do Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco Mundial e a Corporação Financeira Internacional, é o primeiro programa no âmbito do *Fundo Estratégico do Clima* dos Fundos de Investimento Climático, que tem Moçambique como um dos três países-piloto africanos selecionados para a sua implementação. O objectivo do PPRC consiste em fornecer incentivos para ações de maior escala e mudança transformacional através de projectos-piloto que demonstrem como integrar os riscos climáticos e a resiliência dentro do núcleo do planeamento do desenvolvimento. Moçambique também está activamente a fazer esforços para reduzir a desflorestação através do mecanismo de Redução de Emissões de Desflorestação e Degradação Florestal (REDD). Esta iniciativa tem facilitado a implementação de medidas de combate à seca na bacia do Limpopo, no sul de Moçambique, bem como intervenções para a conservação da água na província central de Tete.

O processo de validação da Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas (ITIE) tem feito progressos significativos. O país estabeleceu acordos institucionais no sentido da validação através da publicação do primeiro relatório de reconciliação da EITI e da apresentação do relatório de validação ao Conselho Internacional da EITI, em Maio de 2011. O país regista bons resultados em 15 dos 18 indicadores, apesar de deficiências que foram identificadas relativamente a: i) fraco envolvimento da sociedade civil; ii) limitado âmbito de difusão, e iii) discrepâncias em receitas provenientes dos recursos minerais reportadas pelo Governo de Moçambique e pelos investidores privados. No entanto, foi concedida ao país uma prorrogação para ultrapassar estas insuficiências e apresentar um estudo exploratório revisto e um plano de acção ITIE para o período de 2011-13 para apreciação do Conselho do ITIE.

Contexto político

O partido no Governo, a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), está preparado para continuar a ser a figura dominante no cenário político e económico em todo o período da previsão. O Presidente, Armando Guebuza, consolidou a sua influência apesar das preocupações de que o seu estilo de liderança e gestão estejam a minar a eficácia de decisão do Governo. As pressões políticas em apoio de uma figura mais jovem para o cargo têm-se intensificado.

Com as próximas eleições gerais previstas para 2014, o debate político tem girado em torno da eficácia das actuais estratégias para a redução da pobreza, as mudanças da legislação eleitoral e as implicações dos resultados das eleições autárquicas realizadas nas cidades de Cuamba, Quelimane e Pemba. Apesar das recomendações contrárias de organismos locais e internacionais de observação eleitoral, e de uma forte oposição de outros partidos, a Frelimo com maioria parlamentar aprovou uma resolução de alteração à lei eleitoral que permite aos partidos políticos ser membros da Comissão Nacional de Eleições. Apesar das anteriores ameaças do maior partido da oposição, a Resistência Nacional de Moçambique (Renamo), de boicotar as eleições autárquicas, o processo eleitoral correu bem, apesar da afluência às urnas ter ficado apenas em 20% do eleitorado, bem abaixo dos quase 40% registados nas anteriores eleições autárquicas, realizadas em 2008. O partido no poder, a Frelimo, conseguiu vitórias gerais, com excepção de Quelimane, onde o terceiro partido, o Movimento Democrático de Moçambique (MDM) obteve uma vitória histórica, com o primeiro presidente eleito fora da Beira. O contexto político e social de Moçambique foi caracterizado por alguma instabilidade devido às ameaças recorrentes do líder do maior partido da oposição, Afonso Dhlakama, de organizar a insurreição em todo o país a fim de protestar contra a "ditadura" do partido Frelimo, no Governo. A oposição vai sofrer alterações significativas ao longo dos próximos anos, já que o partido da oposição anteriormente dominante, a Renamo, está em queda e pode gradualmente ser suplantado por um novo actor, o MDM, para o qual está a perder talentos e apoios. Há sinais de uma divisão emergente dentro da Renamo, com muitos membros a evidenciar uma crescente frustração com a liderança de Afonso Dhlakama, que é visto como cada vez mais fora da realidade. No entanto, o MDM vai ter de trabalhar muito para aproveitar a fraqueza da Renamo, a fim de conseguir atingir impacto fora Beira, onde o seu líder, David Simango, é presidente.



Contexto Social e Desenvolvimento Humano

Desenvolvimento dos recursos humanos

Houve avanços significativos em relação aos principais indicadores de desenvolvimento humano e social, com uma diminuição substancial nas áreas de mortalidade materno-infantil e um aumento das taxas líquidas de ingresso no sistema de educação. De acordo com o *Relatório de Desenvolvimento Humano 2011* do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Moçambique está entre os 25 países com melhores resultados do mundo, medidos em aumentos absolutos, com um aumento médio de 2,49% desde 2000. Apesar da perda de um lugar no ranking deste ano, os indicadores do país são bons no que diz respeito à esperança de vida e ao número de anos esperados de escolaridade. O actual baixo ranking, 184ª posição entre 187 países, deve-se principalmente a uma persistente baixa taxa média dos anos de escolaridade, por natureza de lenta modificação.

As dotações totais destinadas aos sectores prioritários para 2012 ascendem a 23.355 milhões de meticais (MZN), dos quais os sectores da Educação e Saúde absorveram 9.609 milhões de meticais, correspondendo a 41,1% e 20,3% da despesa total, excluindo os donativos para encargos com a dívida. Nos últimos anos, todos os esforços foram direccionados para expandir o acesso à educação e à saúde. O Plano Estratégico de Educação para 2012-2016 foi apresentado ao Conselho de Ministros. O plano continuará a concentrar-se no ensino primário, os principais objectivos do sector, são i) garantir a inclusão no acesso e a permanência na escola; ii) melhorar a aprendizagem do aluno, e iii) garantir a boa governação. No entanto, há uma mudança substancial das tendências no sector da Educação, com um elevado crescimento da contracção, com menos alunos matriculados em 2011 do que o esperado. Havia menos de 40.000 estudantes (3%) no ciclo de EP1 e menos de 68.000 estudantes (15%) no EP2. Devido a restrições financeiras o rácio aluno-professor tem vindo a reduzir-se, a partir de 72 alunos por professor em 2008 para 65.8 em 2010. Em 2012, estima-se que apenas 8.500 professores serão contratados, de 15.000 necessários.

A mudança no ensino primário para os "ciclos e promoção por ciclos de aprendizagem" não está a produzir os resultados desejados, levando a uma redução das taxas de conclusão no ensino primário e influenciando negativamente nas taxas de conclusão desejadas até ao 7º ano. Em 2010, as taxas de conclusão globais sofreram uma redução das taxas de aprovação em todos os graus. As quebras das taxas foram particularmente elevadas nos anos terminais de ciclo, com taxas de sucesso de: 63% para o 5º ano, 64% para o 7º ano, 51% para o 10º ano e apenas 7% para o 12º ano. No ensino técnico e profissional (TVET) e cursos noturnos as taxas de aprovação foram ainda menores. Estas tendências poderão comprometer a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) até 2015.

A principal causa de doença e mortalidade no país é a malária. Moçambique também tem uma das maiores incidências de tuberculose, ficando entre os 22 países mais afectados por tuberculose do mundo. Estima-se que se registam anualmente cerca de 40.000 novos casos. A análise das tendências evidencia que o orçamento da saúde não registou quase nenhum aumento das dotações orçamentais recorrentes, apesar de no orçamento estar previsto o aumento da carga salarial e da rede de saúde o que requer um maior orçamento recorrente (para manutenção, pessoal, etc.).

Redução da pobreza, protecção social e trabalho

Em Moçambique 80% da força de trabalho não completou o ensino primário e apenas 13% completaram o ensino secundário. O perfil de competências coloca sérios desafios para o país em termos de melhoria da produtividade e da empregabilidade da força de trabalho. O Governo estuda uma ambiciosa agenda de reformas para alinhar o sistema de ensino técnico e profissional com as necessidades do mercado, e promover a sustentabilidade financeira do sistema de ensino profissional para lidar com os desafios da expansão da quantidade e da qualidade da formação ministrada. Isso inclui o aumento do envolvimento do sector privado na formação profissional e a monitorização da dinâmica de crescimento rápido da força de trabalho e uma economia em rápida transformação (criação do Observatório do Mercado de Trabalho).

Os tumultos de Setembro de 2010 evidenciaram a importância da protecção social na agenda do desenvolvimento, que actualmente representa menos de 0.2% do orçamento geral e abrange não mais do que 8.3% das famílias pobres. A maior iniciativa consiste num sistema incondicional de transferência de dinheiro para os grupos mais vulneráveis (idosos, deficientes e doentes crónicos), abrangendo cerca de 150.000 pessoas. Em geral, os sistemas existentes têm cobertura limitada, oferecem uma assistência fragmentada e possuem poucos recursos. A fim de implementar a Estratégia Nacional para a Segurança Social Básica (ENSSB 2010-14) o Governo aprovou um conjunto de Programas de Protecção Social Básica em 2012.

Estima-se que 300.000 jovens se juntam anualmente à força de trabalho. Para enfrentar os desafios prementes da vulnerabilidade e do desemprego urbano, a implementação de sistemas de segurança produtivos está a ser perseguida pelo Plano Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana (PERPU), que visa a inclusão de jovens e



desempregados das áreas urbanas no mercado de trabalho, habilitando-os com as competências adequadas.

Igualdade de género

Moçambique produziu um conjunto de políticas de género bem desenhadas e bem articuladas na última década com base no compromisso da nação com o género, incluindo uma Política Nacional de Género desde 2006. No actual estágio de desenvolvimento do país, o dilema está em como traduzir uma política de género em acção. Por exemplo, embora a questão do direito à educação de mulheres e raparigas seja amplamente aceite, a nível comunitário muito precisa ser feito para traduzir este direito numa prática. O HIV/SIDA representa um grande desafio uma vez que as taxas de prevalência mostram que as mulheres, especialmente as mulheres jovens, são as mais afetadas.

Apesar de as matrículas de raparigas na escola primária terem aumentado, muito precisa ser feito a fim de reduzir as disparidades de género e para aumentar as matrículas de raparigas nos níveis superior, secundário e primário e no ensino técnico e profissional. No ensino superior, a proporção de estudantes mulheres manteve-se constante nos últimos anos com um índice de paridade de género (IPG) de 0,49. O país continua a registar progressos no que respeita ao aumento da representação das mulheres na política e nas estruturas de tomada de decisões, incluindo nos níveis descentralizados. Acções estratégicas são também necessárias para reduzir as disparidades de género nas áreas rurais e nos negócios formais.

Promoção do Emprego de Jovens

O desemprego de jovens é uma questão de desenvolvimento fundamental para Moçambique, com uma alta taxa de crescimento populacional de 2,8% e cerca de 300.000 novos trabalhadores, por ano, no mercado de trabalho. O país tem tido altas taxas de crescimento económico na última década. No entanto, o crescimento foi em grande parte impulsionado por projectos de capital intensivo, especialmente em indústrias extractivas. Consequentemente, o crescimento não foi capaz de gerar emprego suficiente e o subemprego é generalizado. A economia formal é predominantemente de natureza urbana e representa apenas 32% do emprego total. Como resultado, muitos dos novos trabalhadores no mercado de trabalho são forçados a trabalhos marginais na economia informal, tanto em áreas rurais e como urbanas. A pobreza é generalizada, tanto em áreas rurais como urbanas, com 54,7% da população vivendo abaixo da linha nacional de pobreza, com cerca de 65 cêntimos do dólar (18 meticaís) por dia. A redução dos níveis de pobreza estagnou nos últimos seis anos, em grande parte devido à incapacidade de gerar emprego e aumentar a produtividade no sector agrícola.

O conflito social que terminou em 1992 deixou a economia e o sistema de ensino em ruínas. Ambos os factores continuam a criar pontos de estrangulamento para o desenvolvimento do país. Os dois sectores da economia que tradicionalmente são geradores de emprego significativo para os jovens são a agricultura e as pequenas e médias empresas (PME). No entanto, esses dois sectores enfrentam restrições significativas. Cerca de 70% da população vive em áreas rurais e depende da agricultura para a sua subsistência. O sector agrícola consiste basicamente na agricultura de subsistência, com 99,6% de todas as explorações agrícolas classificadas como pequenas. A produtividade agrícola estagnou nos últimos dez anos, com apenas uma minoria de explorações agrícolas com acesso a serviços e mercados. O crescimento das PME é, em geral, limitado pela falta de acesso a capital a preços acessíveis, por uma burocracia pesada e por um clima de negócios pobre. Actualmente, o sector das PME é responsável por 42,8% do emprego no país e vem crescendo a 7% ao ano. Consequentemente, a capacidade dos dois sectores de gerar emprego, a uma taxa suficientemente elevada, quer directamente no sector ou indirectamente através de ligações a outros, é actualmente limitada e irá requerer grandes investimentos e reformas por parte do Governo.

Estima-se que Moçambique registe o menor nível de educação, a nível mundial, da sua população adulta, com 1,2 anos de educação formal. O baixo nível de competências da força de trabalho continua a ser uma questão importante, tanto para os empregadores, que não são capazes de envolver os trabalhadores qualificados, como para promover uma cultura de empreendedorismo. Embora o nível de educação esteja a melhorar, a taxa de frequência líquida do ensino secundário é de apenas 20%. A educação é gratuita, mas há custos associados com uniformes e material escolar que representam um fardo para as famílias mais vulneráveis. O aumento de frequência das escolas colocou a qualidade da educação sob pressão e levou o Governo a reduzir os requisitos para se ser professor, a fim de atender à procura. Há indícios de que a absorção de jovens no sistema educativo, significou uma redução temporária do crescimento da força de trabalho que actualmente se estima que esteja a crescer 0,4% ao ano. Além disso, o baixo nível de escolaridade ainda faz da formação de trabalhadores um desafio e levou algumas empresas estrangeiras a recorrer à importação de trabalho para preencher posições-chave. Para contrariar esta tendência e promover a "moçambicanização" dos novos projetos, o Governo estabeleceu quotas para trabalhadores estrangeiros, que variam de 10% nas pequenas empresas, a 5% nos grandes projetos.

O Instituto de Emprego Formação Profissional (IEFP) está a graduar 156.000 trabalhadores por ano e, desde 2006, tem em funcionamento um Programa Integrado de Educação Profissional (PIREP), com o apoio do Banco Mundial e de outros doadores. No entanto, a fim de atender à procura do mercado de trabalho, o IEFP precisa aumentar a sua actividade e actualizar os currículos dos seus cursos de formação. O Governo já tem um pacote legislativo em análise para a criação de uma Autoridade Nacional para a Formação Profissional, com um comité de direcção composto pelos Ministérios da Educação e do Trabalho, sindicatos e representantes do sector privado. A nova entidade será responsável pela coordenação da descentralização e implantação nas províncias de centros de formação profissional, e será suportada por um novo Fundo de Formação Profissional, a ser financiado através de uma taxa de 1% sobre os salários do sector privado. Os centros provinciais serão dirigidos por representantes locais, e trabalharão em coordenação com os centros de emprego.

As estratégias de desenvolvimento do Governo incluem um plano de 5 anos, PARP (2011-14) e a Estratégia de Redução da Pobreza Urbana (2010-14), onde o emprego é uma prioridade. No entanto, não existe uma estratégia específica para a promoção do emprego de jovens. Após os distúrbios em Maputo e noutros lugares, em Setembro de 2010, a pressão sobre o Governo para criar emprego tem aumentado. O Governo manifestou interesse em expandir os sistemas de garantia de emprego de modo a incluir os jovens, em paralelo com medidas de protecção social para os mais vulneráveis.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) desenvolveu um Programa Nacional de Trabalho Digno, que tem o emprego dos jovens como área-chave. No entanto, o programa ainda não está totalmente financiado. O Governo pretende criar um observatório do emprego em 2012.

São Tomé e Príncipe

2012



- ⊕ Aeroporto
- Capital (212 600 In., 2009)
- Estrada principal
- Cidades importantes

Este mapa é para fins ilustrativos e não envolve reconhecimento de estado ou soberania sobre todo o território abrangido.



São Tomé e Príncipe

- O ano de 2011 foi difícil para o país. Estima-se que o PIB real tenha atingido 4.3% em 2011, comparado com 4.5% em 2010, impulsionado principalmente pela construção, o consumo, o turismo, o comércio a retalho e o sector mineiro. No futuro próximo, a taxa de crescimento deverá aumentar ligeiramente para 4.4% e 4.6% em, respectivamente, 2012 e 2013.
- O Governo tem feito progressos significativos na implementação das reformas, a fim de alcançar o desenvolvimento e o bem-estar económico. As reformas em curso, e futuras, continuarão focadas na melhoria da gestão financeira pública, na supervisão bancária e na regulamentação do trabalho.
- Apesar dos esforços do Governo para combater o desemprego dos jovens através da criação de programas e iniciativas, o desafio ainda persiste. A integração dos jovens no mercado de trabalho em STP é agravada pela ausência de uma política de emprego para jovens e por um inadequado fluxo de informações entre os candidatos a emprego e as entidades empregadoras.

Visão global

São Tomé e Príncipe (STP), localizado no Equador ao largo da costa da África Ocidental, é o país africano com menor população, com um Produto Interno Bruto (PIB) estimado de 253 milhões de USD e um PIB *per capita* de 1.222 USD em 2011. O país é considerado um estado frágil de acordo com a pontuação harmonizada do Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) e da Política do País e Avaliação Institucional (CPIA) do Banco Mundial, situada abaixo de 3.2 em 2010. A sua vulnerabilidade a choques exógenos é acompanhada pela alta dependência da agricultura e da ajuda pública ao desenvolvimento (APD). O sector de serviços tem sido, até agora, a força dominante na economia, representando cerca de 60% do PIB em 2010 e 48.6% em 2011 e empregando cerca de 60% da força de trabalho. Os sectores da indústria e da agricultura contribuíram cada um com 20% para o PIB (Tabela 2). De acordo com as estimativas, o crescimento real do PIB baixou ligeiramente para 4.3% em 2011, contra 4.5% em 2010. O crescimento económico global foi impulsionado principalmente pela construção, o consumo, o turismo, o comércio a retalho e o sector mineiro. Desde 2009, o Governo tem feito progressos significativos na reforma da gestão das finanças públicas. O conjunto de medidas implementadas levou o país a ocupar o 12º lugar entre 53 países no Índice Mo Ibrahim 2011 de Governança Africana.

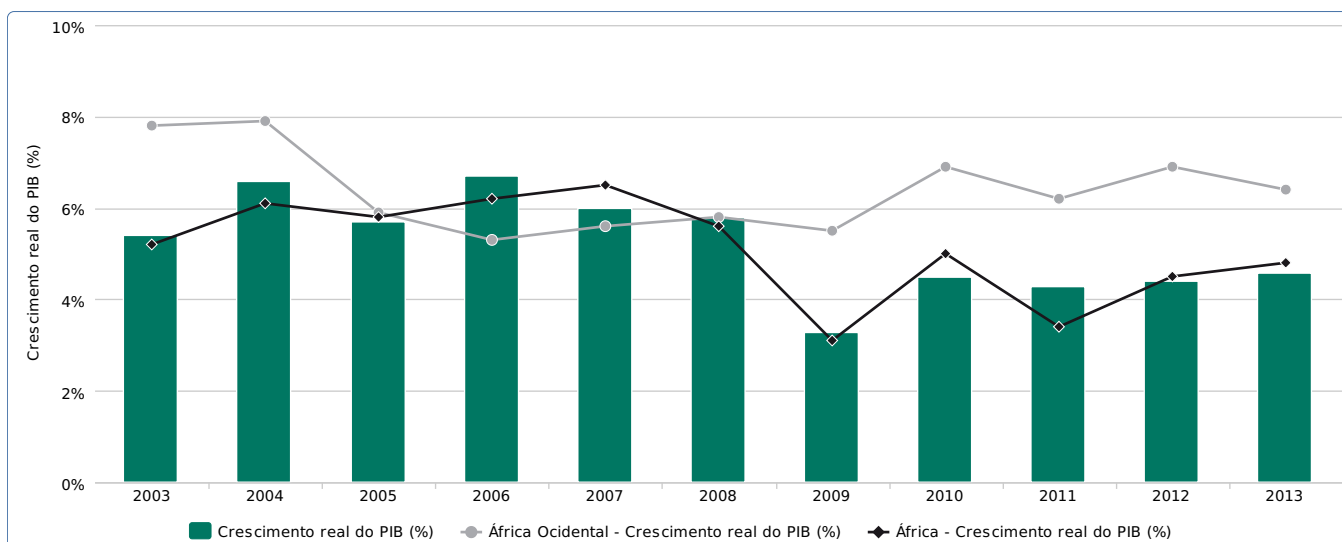
No futuro próximo, a taxa de crescimento deverá aumentar ligeiramente para 4.4% e 4.6% em, respectivamente, 2012 e 2013 (Tabela 1). Estas estimativas baseiam-se numa prudente política orçamental, no aumento projectado do bónus de assinatura de petróleo, bem como nos investimentos na agricultura e em infra-estruturas. Apesar do controlo rigoroso das despesas, estima-se que o défice orçamental global atingiu 15.9% do PIB em 2011, comparado com 11% do PIB em 2010. O défice deverá manter-se em 14.7% e 17.6% do PIB em, respectivamente, 2012 e 2013. Por outro lado, o défice corrente foi de 33.9% do PIB em 2011, e as previsões apontam para ligeira melhoria em 2012 e 2013, embora permanecendo na casa dos dois dígitos.

As eleições presidenciais livres e transparentes realizadas em Julho/Agosto de 2011 demonstraram o compromisso do país para com a paz e a estabilidade. A taxa fixa entre a dobra e o euro, vigente desde o início de 2010, tem ajudado a conter a inflação. Como resultado, a taxa de inflação deverá cair para 9.2% em 2011, que compara com 12.9% em 2010. A rigorosa política monetária também ajudou as autoridades a preservar o limiar mínimo de reservas internacionais no nível exigido pelo acordo de cooperação económica (3 meses de importações) assinado com Portugal. A paridade da dobra face ao euro foi concluída com a abertura de uma linha de crédito de 25 milhões de euros destinada a manter a estabilidade monetária. No entanto, a crise em Portugal pode levar a uma revisão da paridade.

A médio e longo prazo, STP deve aproveitar uma série de oportunidades a nível regional com vista a alcançar o desenvolvimento económico sustentável. Estas oportunidades incluem: fortalecer e intensificar as relações (políticas, económicas e culturais) para melhor aproveitar os benefícios da sua proximidade com os países da região e remover as restrições de barreiras não-comerciais, incluindo os impostos excessivos sobre os produtos e pontos de controlo não oficiais que afectam os pequenos estados insulares, incluindo São Tomé e Príncipe, e dificultam a sua efectiva integração na região.

A integração de jovens no mercado de trabalho em STP tem sido dificultada pela ausência de uma política de emprego para os jovens. A incapacidade do Governo em gerar emprego faz dos jovens o segmento mais vulnerável da população o que, por sua vez, pode ser um desafio à estabilidade política e à prosperidade económica. A política pró-crescimento deve ser centrada na melhoria da boa governação, na melhoria do ambiente de negócios e facilitar o acesso ao crédito para microempresas, a fim de criar empregos, especialmente para os jovens à procura do primeiro emprego.

Figura 1: Crescimento real do PIB (%) (Occidental)



Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932619241>

Tabela 1: Indicadores Macroeconômicos (2012)

	2010	2011	2012	2013
Crescimento real do PIB	4.5	4.3	4.4	4.6
Crescimento real do PIB per capita	2.7	2.4	2.4	2.5
Inflação medida pelo IPC	12.9	9.2	6.5	8.1
Saldo Orçamental % PIB	-11.1	-15.9	-14.7	-17.6
Balança Corrente % PIB	-25.4	-33.9	-30.8	-28

Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932602635>



Desenvolvimentos recentes e perspectivas

Tabela 2: PIB por setor (em percentagem) 2012

	2006	2010
Agricultura, silvicultura, pesca e caça	17.7	19.3
Agricultura, pecuária, silvicultura e pesca	-	-
Da qual agricultura	-	-
Minas e extração	0.6	0.7
Do qual petróleo	-	-
Indústrias manufactureiras	7.1	7.7
Electricidade, gás e água	2.5	2.6
Electricidade, água e saneamento	-	-
Construção	8.5	9.6
Comércio por grosso e a retalho, hotéis e restaurantes	26.7	28
Dos quais hotéis e restaurantes	1.4	1.5
Transporte, armazenagem e comunicação	16.4	14.7
Transporte e armazenagem, informação e comunicação	-	-
Finanças, imobiliárias e serviços prestados às empresas	7.1	8.4
Intermediação financeira, serviços imobiliários, empresariais e outras actividades de serviços	-	-
Serviços de administração pública	-	-
Administração pública e defesa, segurança social, educação, saúde e assistência social	-	-
Administração pública, educação, saúde	7.8	3.7
Administração pública, educação, saúde e outros serviços sociais e pessoais	-	-
Outros serviços comunitários, sociais e pessoais	-	-
Outros serviços	5.6	5.3
Produto interno bruto a preços base/factor custo	100	100
Comércio por grosso e a retalho, hotéis e restaurantes	-	-

Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932621217>

Um acontecimento de grande importância para o desenvolvimento económico de STP foi a descoberta de reservas de petróleo *off-shore* comercialmente exploráveis. Embora o país tenha estabelecido acordos de exploração de petróleo em 1997, a produção só deverá entrar em operação em 2016. Tal situação irá colocar riscos e desafios acrescidos ao desenvolvimento sócio-económico e à estabilidade de STP, dado o inadequado ambiente legal e regulamentar do país e a fraca capacidade dos sectores público e privado. A experiência internacional tem mostrado que os grandes fluxos financeiros, especialmente os propiciados pela produção de petróleo, podem criar desequilíbrios políticos e ameaçar tanto a sustentabilidade das despesas públicas, como a produção do sector não-petrolífero. O país precisa de salvaguardas urgentes contra a designada "doença holandesa". Tais salvaguardas devem residir na concretização de mudanças estruturais duradouras e na diversificação económica do sector não-petrolífero, com vista ao reforço do embrionário sector privado de STP.



Entretanto, o quadro legal e institucional das receitas do petróleo (Lei 8/2004), entre outros aspectos, prevê a centralização das receitas do petróleo numa conta especial da Reserva Federal dos Estados Unidos da América.

O investimento no sector petrolífero deverá aumentar. Em 2011, a empresa petrolífera francesa Total anunciou que vai investir cerca de 200 milhões de USD no bloco 1 da Zona de Desenvolvimento Conjunto (ZDC). Do mesmo modo, as negociações com o Kuwait para a exploração dos blocos 5 e 12 da Zona Económica Exclusiva (ZEE) foram retomadas. Se as negociações se concretizarem, as autoridades poderão arrecadar cerca de 4.5 milhões de USD.

Para garantir a transparência da gestão dos recursos naturais e ganhar a confiança dos investidores após a retirada do país da Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extractivas (ITIE), em Abril de 2010, STP, com o apoio dos seus parceiros de desenvolvimento, nomeadamente o Banco Mundial, retomou o processo para se tornar um país compatível EITI. Além disso, no Orçamento de Estado para 2012, o Governo fez uma provisão de cerca de 12 milhões de USD para questões relacionadas com a EITI.

O país é altamente dependente da ajuda pública ao desenvolvimento (APD). Em 2011, a ajuda representou cerca de 12.9% do PIB (contra 17.8% do PIB em 2010) e está previsto atingir 13.6% e 10.4% do PIB em, respectivamente, 2012 e 2013. Os doadores devem continuar a financiar os programas de desenvolvimento social, embora a actual crise mundial possa influir negativamente no volume dos fluxos de ajuda ao país.

STP é altamente vulnerável a choques exógenos. Nos últimos anos, tais choques centraram-se na escassez de alimentos e na actual crise financeira internacional. Apesar destas vulnerabilidades, STP, com o apoio dos seus parceiros de desenvolvimento (PD), conseguiu adoptar gradualmente políticas fiscais e monetárias mais prudentes que estão a promover o crescimento económico. Apoiado pela Facilidade de Crédito Alargado (ECF) do FMI, estima-se que o PIB tenha crescido 4.3% em 2011, impulsionado pela construção, agricultura, comércio a retalho e sector mineiro, em comparação com 4.5% em 2010. O sector dos serviços tem sido a força motriz da economia, representando cerca de 60% do PIB em 2010 e 48.6% em 2011. O comércio por grosso e a retalho, hotelaria e restauração contribuíram com 27.3% para o crescimento do PIB, seguidos dos transportes, armazenamento e telecomunicações e indústria manufatureira que contribuíram com 14.7% e 8.7% para o PIB, respectivamente. Os sectores da indústria e da agricultura contribuíram cada um com 20% para o PIB. É esperada uma taxa média de crescimento de 4.5%, em 2012 e 2013, com base em projeções de crescimento da agricultura, das pescas, e do turismo. Em 2012-2013, as despesas de capital vão priorizar a saúde, a educação, a agricultura e as infra-estruturas (transportes, comunicações e energia), enquanto as despesas correntes se destinam a financiar salários do sector público e transferências sociais.

O maior crescimento é também apoiado por uma política orçamental prudente que prevê o uso de apenas uma parte do bónus de assinatura do petróleo, previsto para 2012, correspondente ao bloco 1 da Zona Económica Exclusiva do (ZEE) do país. Em 2011, o défice orçamental global está estimado em 15.9% do PIB, contra 11.1% do PIB em 2010, principalmente devido ao aumento em despesas de capital. O défice previsto para 2012 está estimado em 14.7% do PIB, refletindo o bónus de assinatura do petróleo previsto para esse ano. Para 2013, as autoridades pretendem manter a sua prudente política orçamental. Em resultado da indexação da Dobra ao Euro e da contenção das despesas orçamentais, bem como das variações nos preços globais de matérias-primas, a inflação deverá abrandar para 6.5% em 2012, que compara com 9.2% em 2011. Para 2013, a inflação deverá manter-se em um dígito. O défice corrente também deve melhorar em 2012 e 2013, reflectindo a utilização de parte do bónus de assinatura do petróleo.

O consumo privado e o investimento, público e privado, elevaram a procura económica em 2011. O consumo privado foi o principal financiador da economia e representou cerca de 4.8% do PIB em 2011, enquanto a parcela do consumo público se situou em 0.4% do PIB. Apesar do aumento da produção agrícola (por exemplo, a reabilitação da "Roça Monte Café") em 2011, devido ao investimento estrangeiro, a variação percentual no volume de exportações deverá ser inferior a 10% em 2011, que compara com 10.6% em 2010.

A crise financeira mundial e a agitação social no Norte da África têm influenciado negativamente o investimento directo estrangeiro (IDE) no país. A construção de dois projectos de infraestruturas (Laico-Hotel a ser financiado no âmbito de fundos do Governo da Líbia) e o início da construção de um Porto de Águas Profundas (a ser financiado pela empresa francesa Terminalink) sofreram contratemplos. No entanto, novos projetos de infraestruturas (ex. aeroporto, porto e turismo) vão incentivar o investimento privado nos próximos anos. É esperado o aumento do investimento privado, em percentagem e volume, em 2012 e 2013, de modo a compensar a queda do consumo privado. Consequentemente, estima-se que a parcela do investimento privado na economia será 1.7% e 1.6% do PIB em, respectivamente, 2012 e 2013, em comparação com o aumento estimado de 1.1% do PIB em 2011. Os gastos públicos em infra-estruturas, transportes, comunicações e energia, nos próximos anos também devem criar um ambiente favorável ao investimento do sector privado. Além disso, a prioridade dada pelas autoridades à criação de condições adequadas para a geração de rendimento vai elevar o consumo público nos próximos anos.



A política macroeconómica

Política orçamental

Apesar dos progressos registados na cobrança de receitas e de uma política orçamental restritiva, o saldo primário interno tornou-se negativo em 2011. Tal ficou a dever-se, principalmente, à queda registada na APD. As receitas fiscais para 2011 foram estimadas em cerca de 17% do PIB em 2011, impulsionadas principalmente pelos impostos indirectos. A despesa corrente situou-se em 20.3% do PIB em 2011, contra 20.5% do PIB em 2010, dos quais 8.5% em salários e remunerações. A dívida externa é principalmente bilateral. Em 2011, estima-se que atingiu 76.8% da dívida externa total.

A economia é ainda guiada pelo programa *Extended Credit Facility* (ECF), a três anos, com Fundo Monetário Internacional (FMI), que fornece o quadro macroeconómico para a política orçamental. A primeira revisão do acordo foi concluída com êxito, embora a segunda e a terceira revisões ainda permaneçam incompletas devido à finalização pendente por parte do Governo do documento de estratégia para a redução da pobreza (PRSP), prevista para final de Março de 2012. Um novo programa do FMI pode concentrar-se no aumento dos gastos em sectores sociais prioritários, contando com o apoio dos doadores.

O país é considerado um estado frágil, de acordo com a pontuação harmonizada do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e da Política do País e Avaliação Institucional (CPIA) do Banco Mundial que, em 2010, era inferior a 3.2. STP é altamente dependente da ajuda externa, e pode ser ainda mais afetado pela crise da zona do euro. Em 2011, 50% das despesas de capital, destinadas a apoio a projectos, foram financiadas pela ajuda pública ao desenvolvimento. A médio e longo prazo, um desafio fundamental reside em convencer os doadores de que a assistência é, e será, gerida de forma eficiente. Em resultado do declínio da assistência externa, estima-se que a APD desça para 12.9% do PIB em 2011, que compara com 17.8% do PIB em 2010. Para 2012 está projectado um ligeiro aumento da ajuda externa para 13.6% do PIB e uma contracção para 10.4% do PIB em 2013. Para melhor agilizar a ajuda financeira, o Governo identificou o apoio orçamental como o canal receptor preferencial da ajuda. Neste sentido, em Abril de 2011, foram feitas promessas de apoio orçamental por parte do Banco Mundial (4 milhões de USD).

As autoridades também fizeram esforços significativos na melhoria da arrecadação de receitas e na regularização de atrasados mútuos com a Empresa Pública de Água e Electricidade (EMAE). Especificamente, as autoridades têm melhorado a aplicação da lei fiscal (tendo reduzido o imposto unificado às empresas de 45% para 25%) e aumentaram a cobrança de atrasados (a partir de Julho de 2011, o Governo liquidou suas dívidas à EMAE, de cerca de 5.8 milhões de USD, acumuladas até o final de 2009, o que, por sua vez, permitiu à empresa regularizar as suas obrigações fiscais sobre combustíveis em dívida). A introdução em 2010 do número de identificação fiscal para cidadãos e empresas permitiu, em 2011, a cobrança de impostos sobre o rendimento correspondentes a cerca de 20% da receita tributária total, em comparação com 18% em 2010.

Para melhorar ainda mais a transparência na gestão dos recursos naturais, o Governo criou uma conta especial na Reserva Federal dos Estados Unidos da América, que tem sido utilizada para financiar o défice orçamental.

Tabela 3: Finanças Públicas (em percentagem do PIB) 2012

	2003	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Receitas Totais e Donativos	31.9	37.2	161.9	45.4	35.8	37.3	32.1	31.8	27.4
Receitas fiscais	10.2	17.6	37.7	15.4	14.3	17	16.7	15.7	14.6
Receitas do Petróleo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Donativos	18.9	15.9	121.3	28.6	19.3	17.8	12.9	13.6	10.4
Despesas totais e empréstimos netos (a)	43.8	50.3	40.3	31.4	53.6	48.4	48	46.5	45
Despesas Correntes	22.9	30.5	28.7	23.3	19.9	20.5	20.3	19.3	17.8
Excluindo Juros	20.1	27.2	27.4	22.4	19.4	20.1	19.6	18.6	17.5
Remunerações e Salários	5.8	8.6	9	8.2	7.9	9.1	8.5	8.1	7.6
Juros	2.8	3.4	1.3	0.9	0.5	0.4	0.8	0.7	0.4
Balança Primária	20.9	-9.8	122.9	8.2	33.7	27.8	27.7	27.2	27.2
Balança Global	-9.2	-13.2	121.5	14.8	-17.3	-10.7	-15.2	-14	-17.3

Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932622205>

Política monetária

A decisão de indexar a Dobra ao Euro, em Janeiro de 2010, deixou o Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) com ferramentas limitadas de política monetária à sua disposição. Para gerir eficientemente a paridade cambial, o BCSTP utiliza um conjunto de medidas, nomeadamente os requisitos de reservas e limites sobre as margens das operações cambiais. Nesse contexto, o BCSTP estabeleceu uma lei que exige aos bancos comerciais a constituição de reservas, principalmente em Dobras.

A adopção da paridade permitiu reduzir a inflação de 17% em 2009 para 12.9% em 2010. No entanto, a inflação deverá cair ligeiramente em 2011 para 9.2%, devido a uma diminuição dos salários e a um ajuste nos preços internos de produtos petrolíferos, em Março de 2011. A esperada redução dos preços das matérias-primas e do petróleo em 2012-2013 será mais do que suficiente para compensar o enfraquecimento da dobra em relação ao dólar. Prevê-se que a inflação atinja 6.5% em 2012 e 8.1% em 2013.

Em Junho de 2011, num esforço para facilitar o acesso ao crédito, o BCSTP reduziu a exigência de reservas em Dobras para 21% e mais tarde, em Setembro de 2011, para 18% (90% do total reservas obrigatórias). A exigência de reservas para depósitos em moeda estrangeira foi mantida em 21%. Em Outubro de 2011, o BCSTP também implementou um novo plano contabilístico e um sistema de informação, enquanto os bancos comerciais introduziram as ATM (caixas automáticas) para as operações envolvendo contas bancárias nacionais.

O desafio para 2012-2013 será o de manter as reservas cambiais a um nível adequado e assegurar que as transacções em moeda estrangeira estão alinhadas com a taxa de juros do Banco Central (BC). O objectivo do BC para o próximo ano passa por reduzir a inflação a fim de aumentar a competitividade da economia e estabilizar a taxa de juro interna. A consolidação das reformas já realizadas, aumentando a vigilância monetária e preservando as reservas internacionais e acordos de taxa de câmbio, irá fornecer uma base sólida para o crescimento económico no período de previsão e ajudar a cumprir as metas para a inflação.

Cooperação económica, integração regional e comércio

STP é membro da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e tem estatuto de observador junto da Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC). Como membro da CEEAC, STP aprovou o acordo da Tarifa Externa Comum (CET), parte da visão da CEEAC (2025) que, entre outros objectivos, visa desenvolver uma área de comércio livre e a circulação de pessoas, bens e serviços. O país também vai beneficiar da plena implementação do *Central African*



Consensual Transport Master Plan (PDCT-AC), que visa resolver as restrições associadas a barreiras não comerciais, ou seja, a dupla tributação de mercadorias nos pontos de controlo não oficiais que afectam principalmente os países insulares da CEEAC, incluindo a STP.

A cooperação bilateral com Angola tem sido forte. O Governo angolano disponibilizou uma linha de crédito de 15 milhões de USD destinados às empresas angolanas interessadas em investir em STP. Além disso, um acordo de parceria foi assinado com as autoridades angolanas com vista a melhorar o porto e o aeroporto de STP, tendo já começado os trabalhos. O país também assinou um acordo de livre intercâmbio comercial com os países lusófonos e, em Maio de 2011, foi assinado um acordo de cooperação no sector de petróleo e do gás com Timor Leste.

A intenção do Governo em transformar o país num pólo de comércio regional, motivado pela descoberta de petróleo tanto na Zona de Desenvolvimento Conjunto (JDZ), como na Zona Económica Exclusiva (ZEE), aumentou o interesse de empresas e organizações internacionais em investir em STP. Para responder eficazmente a este interesse, o Governo identificou as seguintes prioridades de investimento, com financiamento e assistência já conseguidos através de uma variedade de fontes: a melhoria da rede de telecomunicações (Banco Mundial); a modernização do sector de energia, porto e aeroporto (Angola); aviação civil e censo populacional (BAfD) e reabilitação de infra-estruturas rodoviárias (União Europeia).

Na frente do comércio, os países europeus continuam a ser os principais parceiros comerciais do país, com Portugal como principal destino das exportações (45%) e como principal fonte das importações (60%). O défice comercial persistente fica a dever-se à elevada dependência das importações e das receitas das exportações, em queda desde 2003. A crise em curso na zona euro colocou ainda mais pressão sobre a balança comercial do país. A queda das exportações de cacau e as importações de bens alimentares, fez com que o défice comercial subisse para 40.7% (estimado) do PIB em 2011 (Tabela 4). A balança comercial deverá melhorar ligeiramente para 37.6% e 33.9% do PIB em, respectivamente, 2012 e 2013, principalmente devido à redução das importações de bens alimentares.

Tabela 4: Balança Corrente (em percentagem do PIB) 2012

	2003	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Balança Comercial	-25.1	-41.1	-41.8	-46.3	-37.7	-39.6	-40.7	-37.6	-33.9
Exportação de bens (f.o.b.)	8	6.1	4.7	4.3	4.6	5.3	4.7	4.4	4.3
Importação de bens (f.o.b.)	33.1	47.2	46.5	50.6	42.3	44.9	45.4	41.9	38.2
Serviços	-10.3	-15.6	-12.7	-7.3	-6.7	-9.5	-10.2	-8.9	-7.9
Rendimento dos Factores	-1.6	1.9	4.2	2.1	1.7	1.5	1.2	1.5	1.3
Transferências Correntes	22.9	26.0	11.7	13.8	15.6	22.2	15.8	14.1	12.5
Balança Corrente	-14.1	-28.8	-38.6	-37.7	-27.1	-25.4	-33.9	-30.8	-28

Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projecções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932623193>

Política da Dívida

O Sistema de Gestão das Finanças Públicas (SAFE) é o quadro jurídico de política da dívida do país. A lei permite às autoridades contrair empréstimos bancários até 10% da receita nacional do ano anterior. Em Março de 2007, STP atingiu o ponto de conclusão da iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC), beneficiando assim de alívio da dívida ao abrigo da Iniciativa HIPC e do Alívio da Dívida Multilateral (MDRI), de 91% da sua dívida externa multilateral (314 milhões de USD âmbito da iniciativa HIPC/MDRI e 24 milhões de USD por parte do Clube de Paris).

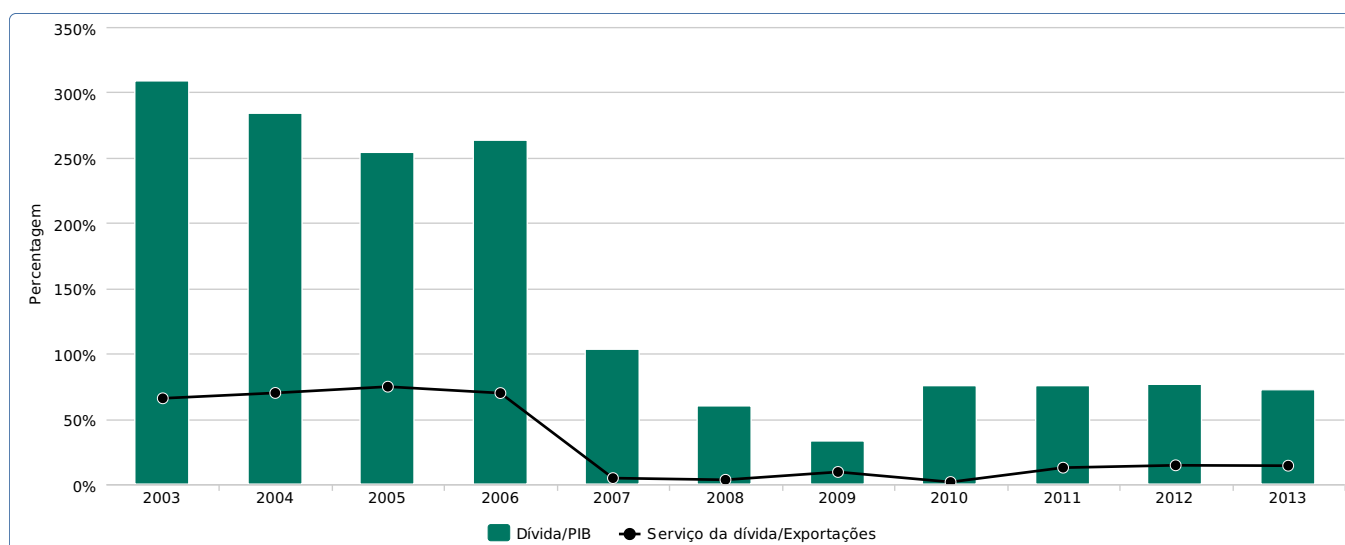
Apesar disso, a dívida permanece um desafio para STP. Em 2011, a dívida externa total da STP foi estimada em 75.8% do PIB, contra 71.5% do PIB em 2010. A dívida bilateral foi responsável por cerca de 76.8% da dívida total em 2011, contra 41% em 2005, com os financiamentos multilaterais a representarem apenas 23.2% em 2011, que compara com 59% em 2005. O Governo assinou acordos bilaterais com todos os seus credores do Clube de Paris, com excepção da Rússia. Em relação a este último, as autoridades começaram a discussão com o

Governo russo com vista ao alívio possível da dívida, está prevista a conclusão de um acordo em 2012. Na mesma linha, o país ainda aguarda o alívio da dívida por parte dos seguintes países, como parte do compromisso no contexto do ponto de conclusão da Iniciativa HIPC: China, Itália, Jugoslávia e Angola. Este último, juntamente com a Nigéria e Portugal, estão entre os credores bilaterais mais activos.

A avaliação conjunta do FMI e do Banco Mundial da Análise de Sustentabilidade da Dívida para Países de Baixo Rendimento concluiu que, apesar de ter beneficiado de alívio da dívida, o país corre o risco de constrangimentos a nível da dívida a curto e médio prazo. Prevê-se que o valor actual líquido (VAL) do rácio da dívida/exportações supere o limite de 50% durante o período de 2012-2014, e diminua até ao início da produção de petróleo em 2016.

O compromisso do Governo de evitar empréstimos comerciais e contar apenas com a ajuda pública ao desenvolvimento e empréstimos altamente concessionais para financiar programas de desenvolvimento é fundamental a fim de evitar o superendividamento. Portanto, a implementação de uma política orçamental sólida acompanhada por uma gestão prudente da dívida é de suma importância para que o crescimento económico sustentável a longo prazo possa ser alcançado.

Figura 2: Dívida externa total (percentagem do PIB) e serviço da dívida (percentagem das exportações de bens e serviços) 2012



Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932619241>



Governança económica e política

Sector Privado

A pequena dimensão de STP e o seu isolamento geográfico limitam o desenvolvimento do sector privado, mas as pesadas leis de investimento, regulamentos e procedimentos têm também contribuído para impedir a atividade do sector privado. O sector privado em STP é embrionário e, principalmente, composto por microempresas que se concentram a sua actividade no comércio, no turismo e na construção. Estes constrangimentos foram agravados pelas altas taxas de juro e pelo acesso limitado ao crédito dos investidores privados. Além disso, existem poucas Parcerias Público-Privadas (PPP) em STP, devido principalmente à ausência de um quadro jurídico e institucional adequado às mesmas. A Câmara Nacional de Comércio, criada em 1998, é o principal órgão responsável pela promoção de um ambiente favorável ao desenvolvimento do sector privado. Para superar os desafios nesta área, o país já tinha solicitado assistência aos seus parceiros do desenvolvimento, incluindo o Banco Africano de Desenvolvimento.

De acordo com o Relatório *Doig Business* 2012, do Banco Mundial, STP está classificado em 163º lugar entre 183 países, apresentando uma melhoria importante em relação a 2011 (quando ocupava a posição 174). Foi o melhor classificado no comércio externo (7º entre 46 países africanos), mas precisa melhorar significativamente a execução de contratos (45º) e o acesso ao crédito (44º). A liberdade económica aumentou 0.7 (pontuação total de 49.5) em 2011, relativamente a 2010, colocando a economia na 150ª posição no índice de 2011. O país ocupa também o 12º lugar entre os 53 países da região Subsaariana Africana nos indicadores de governação *Mo Ibrahim*. A melhoria registada está ligada a medidas que foram tomadas nos últimos anos pelas autoridades a fim de reforçar o quadro regulamentar e atrair os investidores estrangeiros. Estas medidas incluem: (i) a adopção de um novo código de investimento, destinado a facilitar os procedimentos para a obtenção de autorizações e licenças; (ii) redução das taxas de imposto sobre as empresas de 45% para 25%; e (iii) criação de um balcão único para acelerar o processo de início de um negócio. O novo código de investimento oferece incentivos para atrair IDE, incluindo serviços administrativos para facilitar o acesso às propriedades do Estado (edifícios e terrenos). A propriedade privada, a criação de empresas, e o envolvimento na actividade comercial são permitidos em todas as áreas, com excepção das reservadas ao Estado, que inclui as operações do Banco Central e as de defesa.

Sector Financeiro

O sistema bancário de STP expandiu-se significativamente nos últimos anos. O Banco Internacional de São Tomé e Príncipe (BISTP), uma subsidiária da Caixa Geral de Depósitos (banco público português), é o maior e mais antigo banco comercial, tendo beneficiado do estatuto de monopólio em STP até à revisão da Lei Bancária, em 2003. Apesar dos esforços recentes do Governo para liberalizar o sector financeiro, com a abertura de dois novos bancos comerciais (aumentando o seu número para 8 no total), o sistema bancário em STP ainda permanece atrasado e necessita ser modernizado. Além disso, existem apenas duas pequenas companhias de seguros e não existe uma Bolsa de Valores.

Para reforçar e desenvolver o sector financeiro, em Outubro de 2011, o Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) aprovou o lançamento por parte dos bancos comerciais da "Rede Dobra 24". Este sistema de pagamento automático, vai dar aos titulares de contas nacionais melhores condições de acesso aos seus fundos. No entanto, não está ligado internacionalmente.

O crédito a investidores privados permanece limitado e caro (taxa de juro de 26%). As carteiras dos bancos comerciais são compostas principalmente por empréstimos a empresas de pequeno e médio porte e a poucas pessoas individuais. Uma parcela significativa da população não tem acesso aos serviços bancários formais. Os desafios para o desenvolvimento do sector financeiro em São Tomé e Príncipe estão ligados, entre outros, a custos administrativos, às limitações do sistema judicial do país e à falta de garantias por parte dos potenciais investidores. Os depósitos em contas estrangeiras representam 60% dos depósitos dos bancos comerciais. Além da Soares da Costa e Mota e Engil são poucas as empresas privadas que garantem liquidez aos bancos comerciais.

Gestão do sector público, instituições e reformas

São Tomé e Príncipe foi um dos primeiros países africanos a implementar reformas democráticas, com a legalização dos partidos políticos após a sua independência em 1975. Em 2011, o índice de governação africano *Mo Ibrahim*, classificou STP em 12º lugar em termos de Segurança e Estado de Direito, em comparação com o 11º em 2010. As suas melhores avaliações foram obtidas em segurança nacional (89.9) e saúde (86.5), enquanto as mais baixas foram obtidas em infra-estruturas (16.9) e sectores rurais (40.8). O sistema judicial é independente, com o código penal baseado no código português.

O código de investimentos adoptado em 2007, e revisto em 2009, oferece incentivos para atrair IDE, incluindo

serviços administrativos facilitadores do acesso às propriedades do Estado (edifícios e terrenos). O Governo também garante o direito à propriedade privada, e prevê indemnizações em caso de expropriação por utilidade pública.

O Governo tem feito progressos significativos na implementação de reformas, a fim de alcançar o desenvolvimento económico e o bem-estar social. As reformas em curso, e futuras, continuarão a estar centradas na gestão das finanças públicas, na melhoria da supervisão bancária e na melhoria da regulamentação do trabalho. O Governo comprometeu-se a subsidiar o seu combustível e energia para resolver o problema (antigo) da empresa pública de água e eletricidade (EMAE). Se o apoio do Governo à EMAE não se materializar, a componente de produção da empresa pode ser privatizada, devido aos seus altos custos de produção.

Gestão dos recursos naturais e meio ambiente

STP assinou e ratificou a Convenção de Proteção Ambiental, demonstrando o seu compromisso com a gestão ambiental sustentável. No entanto, a implementação desta convenção foi dificultada pelas lacunas existentes na administração pública.

O país está confrontado com desafios climáticos, incluindo as alterações climáticas, a subida do nível do mar e a erosão em áreas costeiras, os quais afectam as infra-estruturas, as habitações e o turismo. Para tratar dessas questões, durante 2009-2010, o Governo investiu cerca de 1.4 milhões de USD em protecção costeira. Como resultado desses esforços para alcançar a meta sete dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), as emissões de CO₂ foram reduzidas para 0.9 kg por PPP do PIB em 2010, que compara com 1 kg por PPP do PIB em 2000. Em 2011, as emissões devem aumentar ligeiramente para 1.2 kg por PPP do PIB. Concomitantemente, a percentagem de pessoas com água potável chegou a 89.9% em 2011, contra 79% em 2000. Apesar destes progressos, o saneamento básico continua a representar um grande desafio, embora se registre uma ligeira melhoria em 2011, comparativamente a anos anteriores. As autoridades também tomaram medidas para preservar o meio ambiente, incluindo leis para um quadro ambiental e protecção do Parque Natural.

A descoberta de petróleo levou o Governo a aprovar leis e regulamentos que garantam a transparência na gestão dos recursos petrolíferos. Estes incluem uma estrutura para gerir as receitas do petróleo (Agosto de 2000), e a criação de uma Agência Nacional do Petróleo e de um Conselho Nacional do Petróleo (Decreto nº 3/2004). Para fortalecer ainda mais a capacidade do Governo no sector petrolífero, o país tem beneficiado de assistência técnica prestada pelo Governo norueguês, a fim de melhor compreender as regras e regulamentos do sector. Da mesma forma, o Banco Africano de Desenvolvimento, no seu novo documento de estratégia para 2012-2016 para STP, prevê um projecto de capacitação e fortalecimento institucional, para ajudar as autoridades a prepararem-se para o próximo *boom* do petróleo.

Contexto político

Desde a independência em 1975, STP evoluiu de um sistema partido único, e estado socialista, para uma sociedade liberal, e um sistema democrático multi-partidário. Em 2009, o relatório da *Freedom House* classificou STP em sexto lugar em África, em termos de liberdades civis e direitos políticos. Em 2011, STP atingiu 2 pontos em 7 (1 corresponde à pontuação máxima) em ambos os indicadores. A liberdade de imprensa é respeitada e existem vários jornais independentes.

As eleições presidenciais livres e transparentes de Julho de 2011 (com uma segunda volta, em Agosto), demonstrou o progresso do país na consolidação da estabilidade. A segunda volta foi vencida pelo Sr. Pinto da Costa, do partido para a independência de STP, primeiro presidente (1975-1991), que concorreu contra o presidente do Parlamento, o Sr. Evaristo de Carvalho. O panorama político para 2012 e 2013, no entanto, é motivo de preocupação. A colaboração entre o Presidente e o Primeiro-Ministro provou ser um desafio e constitui um risco significativo para a estabilidade social.

Durante esse período, o Governo de Patrice Trovoada, o primeiro-ministro de STP, que conseguiu fazer passar o orçamento de 2012 no Parlamento com muita dificuldade, pode encontrar-se numa posição delicada, porque não possui maioria no Parlamento. Isso pode levar o partido a buscar uma coligação para aprovar a legislação futura, possivelmente com o Movimento Democrático das Forças da Mudança-Partido Liberal (MDFM-PL), que ajudou o Governo a aprovar o Orçamento de Estado para 2012. Tal estratégia não é sustentável a médio e longo prazo e pode levar à possível formação de um novo governo de coligação, com o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe-Partido Social Democrático (MLSTP-PSD) e o Partido da Convergência Democrática (PCD), que no conjunto terá uma pequena maioria de 28 lugares no Parlamento.



Contexto Social e Desenvolvimento Humano

Desenvolvimento dos recursos humanos

O défice de capacidade técnica da administração pública tem sido um dos principais factores que dificultam a implementação bem-sucedida do programa de desenvolvimento do Governo. Tal situação tem sido reiterada em diversos estudos, incluindo o estudo "Insularidade e custo da insularidade em STP" do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), que recomenda ao Governo que preste atenção especial ao desenvolvimento humano.

O Governo está empenhado em resolver estas questões. Neste contexto, no Orçamento de Estado para 2012, estimou-se que 11% dos recursos serão destinados à educação e 12% à saúde. Para 2013, é provável que as intervenções prioritárias continuem a centrar-se em infra-estruturas, educação e saúde. As melhorias registadas na prestação de serviços sociais têm ajudado o país a subir no índice de desenvolvimento humano (IDH), com 0.5 contra a média de 0.43 em África em 2011.

Para apoiar o Governo no seu programa de capacitação e desenvolvimento humano, o Centro de Pesquisa e Análise de Políticas para o Desenvolvimento (CIAD) e os parceiros do desenvolvimento a vários níveis do sector público, proporcionaram formação nas áreas de Gestão de Finanças Públicas (GFP), fiscalidade e administração aduaneira e bancária, a fim de aumentar a produtividade e capacidade de resposta dos funcionários públicos.

STP está a caminho de alcançar a maioria dos ODM. A escolarização primária bruta situou-se em 133.8% em 2011, contra 100% para a África e de 107% para os países em desenvolvimento, e a taxa de mortalidade infantil em 69 mortos por 1.000 nados vivos em 2011, contra 78.6 e 46.9 para a África e países em desenvolvimento, respectivamente, em 2011.

Redução da pobreza, protecção social e trabalho

Como parte da sua política de desenvolvimento com vista a reduzir as desigualdades sociais, fornecendo serviços básicos, e atingir os ODM, o Governo, com o apoio dos seus parceiros de serviços sociais, tais como a Cruz Vermelha de São Tomé e a Santa Casa da Misericórdia, desenvolveu um programa nacional denominado "refeição-quente", para melhorar o estado nutricional da parte mais vulnerável da população.

Além disso, uma importante iniciativa foi introduzida para fornecer incentivos financeiros destinados às mães com mais de três filhos para aumentar o nível de educação de seus filhos, garantindo a educação mínima obrigatória (6 anos). A subvenção está sujeita à comprovação da matrícula das crianças no ensino básico, até à sexta classe. Além disso, o Governo também assinou um protocolo de microcrédito com os bancos comerciais a fim de facilitar o acesso ao crédito a 68 famílias de baixo rendimento, no distrito de Lembá e a outras 160 famílias em Água Grande. Espera-se que o acesso ao crédito vá estimular o sector privado e levar à criação de novas pequenas empresas.

O Orçamento de Estado para 2012 prevê meios para a educação infantil a "filhos de mães que trabalham no mercado informal - 2012", a fim de permitir que essas crianças tenham um lugar decente para ficar enquanto as suas mães estão a trabalhar.

STP ractificou 21 convenções da OIT, incluindo a Convenção 182 - Piores Formas de Trabalho Infantil, e tem feito progressos substanciais na sua implementação. O mercado de trabalho continua a ser orientado para a pesca artesanal e a agricultura, em especial a produção de cacau. A força de trabalho de STP é relativamente bem formada, fala mais que uma língua (Português e Francês) e jovem. As leis do trabalho actuais prometem um salário mínimo, horas extras, férias anuais pagas e feriados. As mulheres têm direito a uma licença de maternidade financiada pelo Estado de 30 dias antes e depois do parto.

Igualdade de género

A Constituição prevê direitos iguais para homens e mulheres. STP ractificou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), das Nações Unidas, convenção internacional que promove a igualdade de género e o combate à discriminação.

As estatísticas sobre violência doméstica são escassas, embora a evidência mostre que o tipo mais comum de violência é a física. A lei protege os cidadãos de todo o tipo de violência, mas a sua acção tem sido bastante reduzida, devido à capacidade limitada das forças policiais (em termos de formação e instalações) para responder rapidamente às necessidades dos cidadãos.

No que diz respeito ao poder e tomada de decisão, as mulheres ocupam altos cargos públicos, incluindo os cargos de ministro das Finanças, de presidente do Supremo Tribunal, e de Primeiro-Ministro. Apesar da lei 74/VIII/2009, que estipula que pelo menos 30% das mulheres devem participar no Parlamento, a proporção de



mulheres no Parlamento é de apenas 5%. Embora não haja compromisso claro por parte das autoridades em relação à igualdade de género, são necessários mais esforços no sentido de ampliar as oportunidades de participação das mulheres na tomada de decisão em todos os níveis (central e local).

O Governo também criou um programa especial, em cooperação com os serviços de proteção social e parceiros do desenvolvimento, com ênfase nas questões do género, destinado a incentivar as jovens a permanecerem na escola. Formação em gestão de empresas e os programas de capacitação também foram oferecidos aos pequenos agricultores, em colaboração com o Centro de Pesquisa e Análise de Políticas para o Desenvolvimento (CIAD).

No entanto, o sector da educação, em contraste, mostra uma tendência inversa à da participação das mulheres no Parlamento. Não há disparidades de género em termos de indicadores de desenvolvimento humano no acesso à educação. A percentagem de raparigas matriculados no ensino primário, relativamente aos rapazes foi de 97.5% em 2010, enquanto que para o ensino secundário foi de 100.6 por cento. Em 2011, as mesmas proporções no ensino primário e secundário foram, respectivamente, 97.3% e 115 por cento.



Promoção do Emprego de Jovens

Um desafio importante para São Tomé e Príncipe (STP) reside no desenvolvimento económico e no desemprego dos jovens. A situação é motivo de preocupação uma vez que os jovens representam mais de metade da população. De acordo com os últimos dados do FMI (*World Economic Outlook 2011*), a taxa de desemprego de STP situou-se em 15.1% em 2010. A incapacidade do Governo para gerar emprego torna os jovens no segmento mais vulnerável da população.

Apesar dos esforços do Governo para combater o desemprego dos jovens através da criação de programas e iniciativas, o desafio persiste. Em 2009, o Governo definiu um salário mínimo para os jovens que está abaixo do salário mínimo para pessoas com qualificações semelhantes, mas com mais anos de experiência. A iniciativa, que se destina a promover o emprego dos jovens, foi dinamizada em parceria com o sector privado através da partilha de custos, com as autoridades a suportar metade do salário. No entanto, o regime não foi bem-sucedido devido à falta de um quadro jurídico adequado para apoiar o acordo.

De acordo com dados de 2010, o número total de jovens (entre os 15 e os 24 anos) era 91.000, o que representa 52% da população total, dos quais 31.850 eram homens e 59.150 eram mulheres. Apesar da alta taxa de alfabetização de STP (percentagem de pessoas com 15 ou mais anos) em 2010 foi de 88.3%, contra 64.8% para toda a África e 80.3% para os países em desenvolvimento - apenas 1.125 jovens terminou o ensino pós-primário (ensino secundário - 370; formação profissional - 400, e ensino superior - 355). Desses graduados, 55% eram do sexo masculino e 45% do feminino. Em relação aos graduados por instituições de ensino superior, 25% dos alunos especializou-se em administração pública, direito e administração de empresas, seguidos de comunicação e tecnologias de informação e engenharia e ciências sociais, representando 10% cada. Apenas 5% dos estudantes tinham escolhido a agricultura e ciências naturais. Também é importante reiterar que o país tem um enorme potencial agrícola. Desde a sua independência em 1975, até aos últimos anos, em que sector de serviços ganhou relevância, tem sido o motor da economia e, ainda assim, apenas uma pequena parte (5%) dos diplomados escolhe esta área. A agricultura oferece as melhores oportunidade de criação de empregos (em 2008, empregava 55% da população economicamente activa), tendo em consideração que ela representa a principal fonte de rendimento para a grande maioria da população, em especial os mais pobres.

A integração dos jovens no mercado de trabalho em STP é prejudicada pela ausência de uma política de emprego dos jovens e pela falta de troca de informações entre os candidatos a emprego e os empregadores. O alto período de inatividade média após a graduação (até cinco anos) também amplia esses desafios. Nestas circunstâncias, a solução está em aumentar as oportunidades de emprego, de modo a capitalizar os ganhos do alto índice de alfabetização. É, ainda, imperativo propiciar formação destinada a reforçar as competências necessárias, melhorar o fluxo de informação nos mercados de trabalho e facilitar o acesso à formação profissional.

A luta por uma política de emprego estável para os jovens deve estar centrada no reforço da boa governação, na melhoria do ambiente de negócios e na facilitação do acesso ao crédito pelas micro-empresas, a fim de criar empregos, nomeadamente para os jovens que acedem ao mercado pela primeira vez. O Governo também deve maximizar o potencial do sector turístico, investindo em infra-estruturas geradoras de emprego. Por outro lado, reforçar as sinergias com o sector privado, a fim de vincular os programas nacionais de emprego dos jovens aos diferentes sectores, nomeadamente a construção e o sector petrolífero, com o objectivo de garantir que as necessidades de força de trabalho serão supridas por pessoas com qualificações adequadas, seria visto como uma resposta política adequada ao desemprego dos jovens por parte do Governo.